

Reforma fiscal em projecto do PCP
Por maior equidade e justiça

Pág. 7

EM FOCO

Fuga de Peniche
Um episódio da história da resistência ao fascismo

Dezenas de comunistas e outros democratas associaram-se à comemoração do aniversário da fuga que, há 40 anos, dez dirigentes comunistas empreenderam do Forte de Peniche. Ali, puderam ouvir o relato dos acontecimentos feito por dois dos seus protagonistas: Jaime Serra, um dos evadidos, e António Dias Lourenço, um dos dirigentes do PCP que, no exterior, ajudou a preparar a fuga.

Pág. 20

Explosão da precariedade provocada pela globalização neoliberal

■ Eugénio Rosa

Pág. 21

Elian
O menino náufrago sequestrado herói de uma ilíada cubana

■ Miguel Urbano Rodrigues

Pág. 23

Tony Blair em Lisboa

Tony Blair encontra-se em Lisboa, na residência do embaixador britânico. Mas a sua visita à capital do mais antigo país aliado julga-se estar ligada à passagem para Lisboa da presidência da União Europeia. O governo britânico, fiel às suas tradições, está a procurar influenciar a referida presidência e os governantes portugueses quanto a problemas que lhe interessam.

■ Manoel de Lencastre

Págs. 24 e 25

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 13 de Janeiro de 2000 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1363 • Director: José Casanova

Presidência portuguesa da União Europeia

Interesse nacional fora da agenda

Agostinho Lopes ao «Avante!»: «A reforma das instituições europeias retirará força a Portugal.»

Pág. 5

Marcha Mundial das Mulheres

2000 boas razões para marchar

■ Anabela Fino

Centrais



Comemoraram-se os 40 anos da fuga de Peniche

RESUMO

5
Quarta-feira

O PCP entrega na Assembleia da República um projecto de lei que visa o reforço das medidas de protecção a mulheres vítimas de violência ■ Tem lugar na AR o debate sobre a presidência portuguesa na União Europeia ■ Cerca de 200 timorenses manifestam-se em frente às instalações da ONU em Díli, reivindicando postos de trabalho que estão a ser cedidos a indonésios ■ O presidente tcheco Aslan Maskhadov propõe uma trégua de três dias imediatamente rejeitada por Moscovo ■ Os Serviços de Imigração dos EUA dão razão a Cuba ao defender que a custódia de Elián Gonzales é do direito do seu pai cubano.

6
Quinta-feira

O PCP exige na AR «um plano de urgência para o aumento de formandos» na área da saúde ■ O PS e o PSD inviabilizam o protesto apresentado pelo Bloco de Esquerda na AR contra a adesão da Turquia à UE ■ A Inspeção Geral de Saúde acusa o serviço de ortopedia do Hospital Distrital de Faro de não cumprir o mínimo de dez consultas clínicas diárias ■ O exército russo toma o controlo do centro de Grozni continuando, no entanto, os fortes combates entre forças russas e tchechenas ■ O general Wiranto acusa os jornalistas de exagero em relação à violência nas Molucas e defende o isolamento da ilha como forma de pôr termo ao problema.

7
Sexta-feira

O PCP apresenta na Assembleia da República uma proposta de reforma fiscal que prevê a quebra do sigilo bancário ■ Os grupos parlamentares do PCP, BE, PSD e PP exigem que João Cravinho denuncie os «lobbies» que, segundo as afirmações do ex-ministro, levaram à sua demissão ■ Guilherme Silva, vice-presidente da bancada parlamentar do PSD, é acusado de burla agravada no caso das viagens-fantasma ■ João Martins e Silva, presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, defende que devem ser as faculdades a escolher os seus alunos ■ Moscovo anuncia uma suspensão dos combates em Grozni, alegadamente para «proteger os civis e evitar um desastre ecológico».

8
Sábado

Comemora-se o 40.º aniversário da fuga de Peniche numa sessão-debate às 15 horas com a participação de Dias Lourenço e Jaime Serra ■ O Comité das Organizações Profissionais Agrícolas (COPA) reúne-se com António Guterres e Capoulas Santos, ministro da Agri-

cultura, para definir as prioridades do sector durante a presidência portuguesa ■ Ferro Rodrigues defende a realização da cimeira sobre o emprego e afirma que Portugal tem «problemas de emprego, de empregabilidade, de formação e qualificação» ■ Uma sondagem feita em Inglaterra revela que a maioria dos pais defendem o regresso dos castigos físicos às escolas.

9
Domingo

A Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP critica a vereadora Zita Seabra e afirma que a sua actividade vai pouco além «da presença nas reuniões da câmara (...) e vir buscar o cheque ao fim do mês» ■ Morre Ângelo Almeida Ribeiro, ex-Provedor de Justiça e antigo bastonário da Ordem dos Advogados, vítima de doença cardíaca ■ A Renamo anuncia que os seus deputados vão tomar posse no parlamento no dia 14, continuando no entanto a insistir na recontagem dos votos ■ O director dos Serviços Médicos do governo britânico divulga que uma vaga de gripe no país está a atingir níveis de epidemia e que 300 em cada mil britânicos estão afectados pelo vírus.

10
Segunda-feira

A Comissão Europeia dá início formal, durante uma reunião com Guterres e Jaime Gama em Queluz, à presidência portuguesa da UE ■ Iniciam-se as audiências no processo das FP-25, tendo apenas um dos 45 réus presentes mostrado intenção de prestar declarações ■ Moscovo anuncia o fim à trégua e recomeça os combates contra os tchechenos ■ Na Sérvia, 14 partidos da oposição assinam um acordo de união que tem como fim fazer frente a Milosevic ■ Mais de cem mil israelitas manifestam-se em Telavive, na praça Yitzhak Rabin, contra a devolução à Síria dos montes Golã.

11
Terça-feira

A presidência portuguesa da União Europeia dá um prazo de uma semana à Organização de Unidade Africana para que esta se pronuncie sobre o formato da cimeira a realizar-se no Cairo, em Abril ■ É detido na Baixa da Banheira um alegado assassino francês, acusado de ter morto três mulheres ■ Um relatório preliminar divulga que o acidente da SATA nos Açores terá ocorrido devido a um erro humano ■ Um relatório da ONU revela que na zona de Oecussi e Ainaro, em Timor, a ajuda humanitária é ainda «insuficiente» e que há ainda alguns problemas de segurança ■ O tribunal da Florida, nos EUA decide ceder a custódia do naufrago cubano Elián ao seu tio-avô, que vive em Miami, ao dia 6 de Março.

EDITORIAL

O silêncio e as palavras

As revelações de João Cravinho sobre as causas que levaram ao seu afastamento da pasta das Obras Públicas constituíram, como não podia deixar de ser, a grande notícia do passado fim-de-semana. Não era caso para menos e até o seria, certamente, para mais. Com efeito, o ex-ministro produziu declarações bombásticas que, a corresponderem à verdade – e nada leva a pensar que não correspondam, bem pelo contrário – deveriam ser devidamente clarificadas. Senão vejamos: afirmou João Cravinho que, enquanto ministro, foi «derrotado» por «lobbies» e grupos de interesses poderosíssimos, na sequência de um combate que travou contra os ditos «lobbies», cujos estão, segundo a informação prestada, solidamente «instalados na sociedade portuguesa». «E porquê esta derrota?» – pergunta, a dada altura, o derrotado, respondendo triunfante: porque «não governei para os interesses, como é claro». Mais: garante-nos o ex-ministro de António Guterres que, travando tal combate, evitou que «todos os anos» qualquer coisa como «30, 40 milhões de contos» fossem, «digamos assim, para os bolsos de quem não deveriam ir». Ora, concluiu João Cravinho num tom algo fatalista, «quando se fazem coisas destas, é evidente que se paga». E pagou: foi, evidentemente, demitido do cargo e substituído pelo seu colega Jorge Coelho.

Deixando para outra altura as observações que o transparente relato de João Cravinho merece no que respeita ao estado de saúde da democracia em que vivemos – e assinalando apenas a persistência de um pesado silêncio em torno do que ocorreu na JAE com os governos do PSD e do PS – fixemo-nos, por agora, no facto de estarmos perante um conjunto de revelações de enormíssima gravidade e que exigem urgente e total clarificação.

Na verdade, João Cravinho, falando como falou, agitou águas, revolveu lodos e lamas, destapou chagas porventura destinadas à mais cerrada privacidade, enfim foi longe na denúncia do que era mister denunciar. Louvem-se-lhe, por isso, as palavras. Só que, como é sabido, as palavras, depois de ditas... estão ditas, passando a ocupar inexoravelmente um espaço que antes pertencia ao silêncio... e gerando exigências que, honestamente, não é possível ignorar. Assim, indo até onde foi, o ex-ministro obrigou-se a ir mais longe, a ir até ao fim. Porque o que disse suscita a qualquer cidadão minimamente atento uma série infundável de questões que não podem ficar sem resposta. Com efeito, não é possível dizer-se que existem «lobbies» todo-poderosos habituados a, «digamos assim», arrecadar todos os anos 30 a 40 milhões de contos à custa do erário público e da cumplicidade do Governo – e não dizer o que são, quem os apoia e quem compõe esses «lobbies»; não é possível dizer-se que um membro do Governo – no caso concreto um ministro – trava durante vários anos uma guerra, infelizmente surda, contra esses «lobbies» impedindo-os de, «digamos assim», meterem ao bolso os tais milhões – e não dizer mais nada; não é possível dizer-se que a vitória alcançada sobre os referidos «lobbies» (não lhes permitindo, «digamos assim», sacar os habituais milhões) teve como desfecho a demissão forçada do ministro por imposição dos «lobbies» – e quedar-se na constatação da ocorrência; ou seja: não é possível fazer a

denúncia pública de operações fraudulentas de semelhante dimensão e gravidade e ficar-se por aí, fugindo à enunciação dos protagonistas dessas operações – a montante e a jusante, bem entendido.

Importa ainda sublinhar que as desassombradas revelações do ex-ministro João Cravinho nos incitam e desafiam, intencionalmente ou não, à busca de outras e mais complexas conclusões. De tal forma que, tendo o acima referido «cidadão minimamente atento» concluído o que vimos ter concluído, não poderá deixar de dar continuidade à sua reflexão e perguntar-se, atônito: se os «lobbies» têm força suficiente para enfrentar e afastar um ministro que os impedia de, «digamos assim», se apropriarem indevidamente de dezenas de milhões de contos por ano, não a terão igualmente para o substituir por outro que lhes permita, «digamos assim», voltar a arrecadar os tais milhões? A pertinência da pergunta é obviamente incontestável e não legítima ninguém a atribuir-lhe quaisquer intenções sub-reptícias. Quanto à resposta, ninguém melhor do que o ex-ministro João Cravinho está em condições de a dar.

Seja como for, uma coisa parece não oferecer dúvidas: a política de direita praticada vários anos por sucessivos governos do PSD e continuada, no essencial, pelo PS, com o seu ineludível conteúdo de classe – e tendo como uma das suas vertentes básicas a defesa dos interesses dos grupos económicos que, «digamos assim», se movimentam à velocidade de dezenas de milhões de contos/ano – constitui uma permanente sementeira de situações semelhantes à que João Cravinho trouxe a público.

Face a tudo isto, os posteriores «esclarecimentos» do ex-ministro sobre o que queria dizer quando disse o que disse, soam a arrependimento

de circunstância. «Esclarecendo» que as suas declarações não se referiam a nada do que se referiram e que deveriam ser interpretadas no contexto das perguntas que os jornalistas lhe fizeram, João Cravinho deu o dito por não dito e transformou um acto de louvável coragem num penoso acto de contrição. É certo que o prestimoso líder do Grupo Parlamentar do PS deu um contributo precioso para a «clarificação» da situação ao lembrar que «a única pessoa em condição de interpretar as declarações é o próprio»... Mas os «esclarecimentos» do ex-ministro deixam-nos agora perante uma série de incógnitas: afinal há ou não há «lobbies» que «todos os anos», «digamos assim», metem nos bolsos «30, 40 milhões de contos»?; afinal houve ou não houve luta contra os ditos «lobbies», saldando-se a peleja pela derrota do ex-ministro João Cravinho, traduzida na sua saída do Governo?

Como acima se disse, as palavras, depois de ditas... estão ditas. Inexoravelmente. Pretender apagá-las e substituí-las pelo silêncio que as precedeu é um exercício inútil e com consequências para quem a ele recorre. Como disse – se é que disse... – o próprio João Cravinho, «quando se fazem coisas destas, é evidente que se paga».

Foi certamente pensando em situações como esta que, há cerca de dois mil e quatrocentos anos, Eurípedes – poeta trágico ateniense – advertiu: «Se estás na posse de palavras mais fortes do que o silêncio, fala; senão, mantém-te calado.»

Avante!

Atenção aos novos números de Telefone do Partido Comunista Português e da Redacção do «Avante!»

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soares Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa. Tel. 21 781 38 00

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soares Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90 — 21 781 71 91.
Fax: 21 781 71 93

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A.
— 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE/s
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A.
— 1169-161 Lisboa.
Telef. 21 815 34 87/815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. 21 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. 21 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B. L. 227 — 4470 Maia
Telef. 22 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
— Telef. 21 815 34 87/21 815 35 11 — Fax: 21 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
— Telef. 21 815 34 87/21 815 35 11 — Fax: 21 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 — 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Elián no «país da liberdade»

O «Serviço de Naturalização e Imigração» (INS) dos EUA decidiu, há dias, reenviar para Cuba, em 14 de Janeiro, Elián Gonzalez – o garoto cubano sequestrado há semanas naquele país. «Os anticastistas de Miami ameaçaram incendiar a cidade» se a decisão fosse cumprida. No dia seguinte, na sequência de uma manobra baixa na qual desempenhou papel importante um fascistoide chamado Dan Burton – que é um dos autores da criminosa lei Helms-Burton – o Congresso dos EUA intimou o pequeno Elián – que, recorde-se, tem seis anos de idade – a comparecer no dia 10 de Fevereiro perante a Comissão Parlamentar, assim anulando a decisão do INS na medida em que, segundo a lei, nos EUA quem receber uma intimação do Congresso fica proibido de sair do país seja a que pretexto for. Tudo isto poderá provocar no pequeno Elián feridas psicológicas irremediáveis. Mas esse é um problema que não preocupa nem os mafiosos de Miami nem o governo dos EUA – país onde nem um garoto de seis anos escapa ao «bombardeamento humanitário» característico do conceito de «direitos humanos» que ali vigora.

É sintomático que um constitucionalista norte-americano tenha sugerido aos advogados

que defendem a continuação de Elián nos EUA que «transformem esta batalha (...) num caso humanitário». O referido constitucionalista revela, assim, um profundo conhecimento do significado real da palavra «humanitário» nos EUA... É igualmente sintomático, porque elucidativo de um aspecto específico do «modo de vida norte-americano», que o pai do pequeno Elián tenha sido contactado, por telefone, pela mafia de Miami, que lhe prometeu 2 milhões de dólares caso ele se deslocasse a Miami e ali ficasse a residir com o filho, trocando o «inferno de Cuba» pelo «paraíso dos EUA»... Aliás, e como não se cansam de repetir os sequestradores, o seu objectivo é intrinsecamente «humanitário»: eles só querem que Elián «cresça num país livre» (por isso o prendem...) e onde «disporá de todas as condições para estudar, ter emprego, assistência médica» (condições que «em Cuba não existem»).

Exemplos dessa «liberdade» e dessas «condições» podem ser constatados, resumidamente, nestes dados oriundos de insuspeitas instituições: enquanto Cuba se encontra entre os 20 países do mundo com menor taxa de mortalidade infantil (6,4 por cada mil nascimentos), os

EUA ocupam a 25.ª posição com 7,2, com a particularidade de essa taxa atingir os 14,1 entre a comunidade negra. Por outro lado, o número de crianças norte-americanas que vivem na pobreza e sem assistência médica ascende a 15 milhões. Mais: em 79% dos lares de imigrantes há insuficiências alimentares e em 8,5% há fome. Quanto ao consumo de drogas, diz quem sabe que nos EUA «estamos conscientes de que há um nível inaceitável de abuso de drogas, particularmente entre as nossas crianças». E no que respeita à violência, nesse país-modelo onde circulam mais de 200 milhões de armas de diferentes calibres, em cada 24 horas 13 crianças são mortas a tiro.

Uma questão há, no entanto, em relação à qual toda a gente está de acordo: se Elián não fosse cubano – e fosse, por exemplo, mexicano ou haitiano – 48 horas depois de ter entrado nos EUA teria sido expulso e reenviado para o seu país. O que demonstra o carácter político do sequestro e a sua inserção na constante acção provocatória dos EUA contra Cuba e a sua Revolução.

■ José Casanova

Uma morte exagerada

Quem sabe se vítima de algum «bug» cerebral, o director do «Expresso» estreou-se no novo ano com um texto inenarrável onde, para além de explorar a sempre rendosa demagogia contra o «Parlamento» e os «deputados», avança expedito para a audaciosa conclusão de que «o Parlamento morreu», que «já não basta mudar o Parlamento que existe» e que «é necessário fechá-lo para dar lugar a outra instituição diferente, assente no mesmo conceito de controlo do poder executivo, mas concebida em termos novos e originais».

A este respeito, e repetindo propositadamente o que já aqui escrevemos noutra ocasião, é necessário insistir que os autores de diatribes contra «a Assembleia» ou «os deputados» escrevem e falam sempre, não apenas no pressuposto do sucesso fácil, mas sobretudo na certeza da dificuldade de alguém poder fazer a «defesa» total da «Assembleia», isto é, de todas as suas características de funcionamento ou decisões, ou dos «deputados», isto é, de todos os deputados.

E isto porque gostam muito de esquecer que a Assembleia da República, para além da distintiva natureza das suas funções, é o único órgão de soberania de composição plural, pelo que, em geral, o seu pior e o seu melhor se ficam a dever, não tanto à instituição em si, mas às maiorias que nela se formam e às forças políticas que nela intervêm, o que conduz a que não possa ser avaliado pelos mesmos critérios com que se avalia a acção do Governo ou do Presidente da República.

A nós não nos passa pela cabeça ignorar quanto deva ser feito para melhorar, dignificar e prestigiar a função e a actividade da Assembleia da República e dos deputados em geral e muito menos ignorar atitudes,

estilos, fenómenos e opções na esfera do Parlamento de que temos sido dos mais firmes e consequentes críticos. Mas não estamos dispostos a dar um tostão que seja para o pedatório das generalizações cobardes (que são aliás uma forma de cumplicidade com o que alegadamente se critica), da demagogia rasteira e populista e deste supremo cinismo das sentenças pretensamente moralizadoras dos que, nos «media» que dirigem, sempre trocam a notícia do trabalho consistente e das importantes matérias discutidas e votadas por uma boa intriga nos corredores de S. Bento ou por uma apimentado conflito verbal em plenário.

E, por isso, continuamos e desafiar os grandes acusadores do «Parlamento» e dos «deputados» para que, ajudando os eleitores, não lhes faleça a coragem de pôr os nomes aos bois e que nos digam então quem são e a que partidos pertencem os deputados que ou nunca falam, ou são preguiçosos, ou são incompetentes ou são protagonistas de atitudes, cenas e episódios desprestigiantes. E depois veremos que conclusões políticas se podem tirar e o que é que sobra das suas constantes generalizações.

Infelizmente, o Arq. Saraiva não nos iluminou com a sua nova e original alternativa ao actual Parlamento. Apenas nos disse que tem de ser uma instituição «leve, rápida, transparente e tecnicamente preparada». E nós, a rematar, apenas dizemos que já agora convinha que fosse representativa das opções dos portugueses e que não fosse nem uma velha Câmara Corporativa nem uma moderna Comissão composta por representantes dos «mercados» e dos «media».

■ Vítor Dias

FILHAS e enteadas

O FMI exigiu a Portugal cortes nas despesas sociais do Orçamento de Estado, com «soluções de choque: controlo dos salários da Função Pública, da despesa com a Saúde» (D. Notícias, 23.10.99). Não é a primeira nem há de ser a última vez que nos afirmam ser «necessário» cortar despesas e direitos sociais, reformar os sistemas de previdência, poupar o dinheiro dos contribuintes. A mais recente obsessão parece ser a de elevar a idade das reformas. Na jantarada que abrilhantou a recente «Cimeira dos Progressistas» (curiosa designação para os serventuários de turno na gestão dos interesses do grande capital mundial: Clinton, Blair, Schroeder, Jospin, D'Alema, Prodi, Solana, FH Cardoso e, num canto, Guterres), o «progressista» Presidente da Comissão Europeia, Prodi, afirmou: «uma das ideias que se discute hoje na Europa é a de elevar a idade das reformas» (La Stampa, 22.11.99). Outro «progressista», o ainda 1.º Ministro de Itália, D'Alema, pediu que se acelerassem os prazos de aplicação da reforma do sistema de previdência em Itália que, entre outros aspectos, eleva a idade das reformas. Na plateia, um dos verdadeiros patrões de Itália, o Agnelli da FIAT, ouvia, orgulhoso, a sua «progressista» criadagem. «Hoje eleva-se a esperança de vida das pessoas, e portanto deve-se elevar também a idade das reformas», afirmou. E recentemente, o Presidente da Associação dos Fundos de Pensões do Reino Unido também defendeu a elevação da idade das reformas dos 65 para os 70 anos. Com o aplauso dum comentarista do Financial Times (9.10.99), que acrescentava ser esta a «opção que está a ser escolhida pela maioria dos governos». Isto, apesar de ainda há pouco ter sido elevada de 60 para 65 anos a idade da reforma das mulheres britânicas (e das portuguesas...). O desemprego alastra, as novas tecnologias permitem produzir muito mais com muito menos mão-de-obra, mas os «progressistas» que nos governam querem obrigar os poucos que têm emprego fixo a trabalhar ainda mais anos! Os mercados financeiros andam encharcados em dinheiro, mas quando se fala em despesas sociais, o dinheiro «não existe»...

Se as despesas sociais são enteadas, outras despesas há que são seguramente filhas. No DN não constava que os subsídios do Governo para a expansão dos lucros privados de Belmiro de Azevedo na América Latina, ou os jogos de guerra de Guterres nos Balcãs, tivessem suscitado qualquer reparo do FMI. E a prioridade da Comissão Europeia de Prodi parece ser a criação de novas forças militares de intervenção rápida. Como afirmou o Primeiro-Ministro britânico Blair, «a capacidade militar da Europa nesta fase é modesta – demasiado modesta» (Financial Times, 9.3.99). Reparos, e fortes, ouviram-se quando o Governo alemão, empenhado em efectuar severos cortes orçamentais nas despesas sociais, não aumentou o seu orçamento militar, actualmente de 47,7 mil milhões de marcos. O «progressista» ministro da Defesa americano Cohen foi, em pessoa, discursar numa «reunião de generais e almirantes alemães», afirmando que isso era inaceitável. Cohen afirmou que a atribuição de apenas 1,5% do PIB para a Defesa não era suficiente, e enviava uma mensagem negativa para os aliados Atlânticos, em especial os novos membros da NATO, a Polónia, a Hungria e a República Checa. As verbas orçamentadas pela Alemanha para investimentos militares e equipamento com novas armas «devem aumentar substancialmente de forma a se equipararem ao que é típico dos outros aliados principais», declarou Cohen, sublinhando o esforço de Washington para que a Europa gaste mais com a Defesa» (Financial Times, 2.12.99). Que bela lição de respeito pela não-ingerência nos assuntos internos doutros Estados, pela subordinação dos militares aos seus governos, e pela poupança do dinheiro dos contribuintes...

Os cortes nas despesas sociais são a outra face da moeda do aumento das despesas militares, e dos subsídios ao grande capital. É o capitalismo do ano 2000, que está cada vez mais parecido com o do ano 1900. Para garantir direitos sociais é necessário derrotar os serventuários do grande capital, qualquer que seja a sua designação. Mandá-los trabalhar para a estiva, com reformas só após os 100 anos? Ou para a pré-reforma já, com pensão de miséria?

■ Jorge Cadima



Foto: Jorge Caria

Morre Almeida Ribeiro

Vítima de doença cardíaca, morreu aos 88 anos Ângelo Almeida Ribeiro que, entre outros cargos, desempenhou o de Provedor de Justiça, o de Bastonário da Ordem dos Advogados e o de relator especial da Comissão dos Direitos Humanos da ONU para a intolerância e discriminação religiosa. Nascido em Lisboa, em 1922, Almeida Ribeiro licenciou-se com 21 anos e chegou a ser magistrado do Ministério Público antes de se dedicar à advocacia, que exerceu durante 42 anos e onde deixou marca indelével, como assinalou o actual bastonário da Ordem dos Advoga-

gados, Joaquim Pires de Lima, que o classificou como «um dos maiores advogados que conheceu», que «fez pela Ordem o que muito poucos seriam capazes de fazer», destacando-se «na defesa do Estado de direito numa época difícil». «Era um profissional exemplar, que defendia os clientes de forma intransigente, mas sempre com uma lealdade extraordinária para com os colegas», disse ainda Pires de Lima, acrescentando que «em termos deontológicos, era conceituadíssimo entre nós. Todos, incluindo a geração mais nova, o têm como referência».



Aumenta o abandono escolar

Segundo o *Diário de Notícias* e citando estatísticas oficiais, a percentagem de alunos portugueses que abandonam a escola antes da conclusão da escolaridade obrigatória (9.º

ano) aumentou 9,3% entre 1995/96 e 1996/97, os últimos anos lectivos em relação aos quais existem dados oficiais disponíveis. No primeiro período considerado (ano lectivo de 1995/96) saíram p r e m a t u r a -

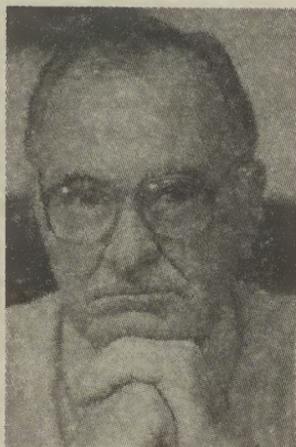
mente do sistema 35 674 alunos, enquanto no ano lectivo seguinte esse abandono aumentou para 39 mil jovens, o que representa uma percentagem de abandono de 9,6%, isto apenas na escolaridade obrigatória. Por outro

lado, ascende a 14,5% a percentagem de estudantes que registam insucesso escolar persistente durante a escolaridade obrigatória, enquanto as notas negativas e a «ausência de aproveitamento escolar» - um fenómeno que se-

gue de perto o abandono escolar e está na sua génese - atingem 116 mil estudantes desde a primeira classe até ao 9.º ano, com o pormenor de 119 mil se maticularem no mesmo ano lectivo duas e mais vezes.

Morre Vítor Cunha Rego

Após doença prolongada, morre, aos 66 anos, o jornalista Vítor Cunha Rego. Licenciado em Direito pela Universidade de Grenoble, seria no jornalismo que Cunha Rego se destacaria, profissão que abraçou em 1956 com o repórter do jornal lisboeta *Diário Ilustrado* que abandonou no ano seguinte como protesto contra a falta de liberdade de imprensa, radicando-se pouco depois no Brasil, onde continuou a sua carreira de jornalista: de 1958 a 1961 como redactor do *Estado de S. Paulo*, de 1963 a 1964 como chefe do serviço internacional do *Última Hora* e, por último, os cargos de chefe de serviço internacional e Chefe de Redacção do *Folha de S. Paulo* entre 1968 e 1973. Após o 25 de Abril, regressou a Portugal onde ocupou diversos cargos e funções, quer jornalísticos quer políticos: director do *Diário de Notícias* entre 1975 e 1976, presidente da RTP, participação na fundação do *Semanário*, chefe de



gabinete de Mário Soares quando este foi ministro dos Negócios Estrangeiros e seu secretário de Estado-adjunto quando este chefiou o I Governo Constitucional. Sendo um dos fundadores do PS, afastar-se-ia progressivamente até formalizar o abandono deste partido em Dezembro de 1978. Nos últimos oito anos - e até a doença o incapacitar - manteve uma crónica diária na última página do *Diário de Notícias*, que se tornaria rapidamente numa referência incontornável no comentário político nacional.

Recomeça o processo das FP-25

O julgamento das FP-25 começou na segunda-feira no Tribunal da Boa Hora em Lisboa onde, dos 64 arguidos envolvidos no processo, apenas 45 estiveram presentes nesta primeira sessão. A maioria dos réus presentes optou por não prestar qualquer tipo de declarações ao tribunal, à excepção de Mário Lamas, que foi conotado como «arrepentido» do PRP (Partido Revolucionário do Proletariado). A sessão foi preenchida pela identificação dos réus, após o tribunal

ter negado um pedido de adiamento dos advogados de defesa.

O megajulgamento em curso inclui 14 processos correspondentes a nove homicídios atribuídos à organização no período entre 1980 e 1986.

As próximas sessões estão marcadas para os dias 24 de Janeiro, 14 e 28 de Fevereiro, 13 e 24 de Março, 10 de Abril e 8 e 22 de Maio, sendo previsível que o julgamento seja extremamente demorado.

Até Amanhã, Camaradas adaptado à televisão pela SIC

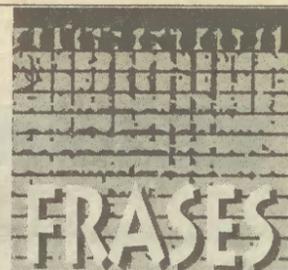
Em colaboração com a produtora MGN, que negociou os direitos de autor e apresentou o projecto, o canal de televisão SIC vai produzir a adaptação do romance de Álvaro Cunhal *Até Amanhã, Camaradas* a uma série televisiva de seis episódios de 50 minutos cada, uma obra orçada em 600 mil contos - uma verba nunca atingida em produções televisivas congéneres, quer na SIC quer a nível nacional -, estando a realização a cargo do cineasta Luís Filipe Rocha, que igualmente elaborou o guião em estreita colabora-

ção com o próprio autor, Alvaro Cunhal. Segundo os responsáveis pelo projecto, trata-se de uma produção de grande qualidade, totalmente filmada em película, à semelhança das produções históricas europeias de prestígio, envolvendo técnicos de primeira linha e um elenco de pelo menos 100 pessoas. As filmagens começarão, o mais tardar, no segundo semestre deste ano, devendo estreiar-se na SIC em 2001 e planeando-se ainda a sua exibição para as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro e para os países lusófonos, admitindo-se ainda, segundo o director da SIC, Emídio Rangel, a sua transmissão num dos canais temáticos a inaugurar por esta estação televisiva. Na apresentação do projecto, Emídio Rangel considerou que o romance *Até Amanhã, Camaradas* «é um livro decisivo pela



forma como conta a resistência ao regime» e «Cunhal é uma das figuras deste século, que marcou a vida portuguesa de uma forma definitiva», enquanto o responsável pela produtora MGN, Tino Navarro, afirmou que «é um desafio adaptar este livro, com a sua carga mítica de resistência ao fascismo, quer pelo seu valor intrínseco quer pelo seu autor». O realizador Luís Filipe Rocha, por seu lado, escreve que «*Até Amanhã, Camaradas* é um dos mais importan-

tes e vívidos testemunhos da luta, sobretudo a clandestina, dos comunistas portugueses no princípio dos anos 40 - do ponto de vista do seu principal dirigente: Álvaro Cunhal. Enquanto condensação artística de histórias da resistência, é uma obra indispensável». Os responsáveis do projecto admitem o eventual apoio do Estado à sua concretização, dada a sua óbvia importância, mas frisam que não estão dependentes desse apoio para concretizar a obra.



“PSD - Açores procura independentes”

(Título do Público, 10.1.00)

«Eu não sou um agente político isolado. Se fui derrotado, essa derrota tem quer assumida por todos, porque nem o Governo nem o PS foram capazes de contrariar a ideia de que não se fez obra pública na anterior legislatura. Nem o Governo nem o PS foram capazes de repor a verdade”

(João Cravinho, Expresso, 8.1.00)

“[Com a prescrição do processo Aquaparque] criam a ideia de que a Justiça não é igual para todos, que depende de caprichos, de interpretações, de pressões e de compadrios. Nada necessita tanto de nova gente, de ideias novas e de processos diferentes”

(Henrique Monteiro, idem)

“Se está em crise a imagem da justiça, se o sistema judicial não responde como devia, então é toda a vida democrática que está em crise”

(João Amaral, Jornal de Notícias, 10.1.00)

“A nossa Justiça continua a ser aplicada com base em dois princípios não escritos. Primeiro: o Estado é irresponsável. Segundo: se alguém é apanhado, come por todos - o medo guarda a vinha. É a lógica de uma cidade agrária e pré-industrial”

(Luís Salgado Matos, Público, 10.1.99)

“É urgentíssimo repor a confiança do cidadão na Justiça. E para isso é preciso que o comportamento nos tribunais não afaste os cidadãos”

(Jaime Cardona Ferreira, Focus, 10.1.00)

“É tempo de voltar a encarar séria e frontalmente a dramática situação de Timor-Leste em que, mau grado o incómodo que tal invocação provoca em certos espíritos, há milhares e milhares de pessoas que gostam de Portugal e dos portugueses”

(António Ribeiro Ferreira, Diário de Notícias, 10.1.00)

“Não se pode acreditar que um Xanana, ele sozinho, vá determinar a vida desta nação. Assim negaríamos a participação democrática (...) Não se pode e não se deve estar a mitificar um indivíduo. Não se deve estar a pensar que se houver grandes problemas, o Xanana põe lá a assinatura e acabou”

(Xanana Gusmão em entrevista ao Público, 9.1.00)

“[Os timorenses] sentiram mágoa por os indonésios terem destruído o que construíram à custa do seu suor. Mas ouvi já dizer e as pessoas aplaudiram imenso: “Se quiserem vir enrolar todo este alcatrão para irem colocar na Indonésia, façam favor!””

(idem ibidem)

Presidência portuguesa da UE

«A reforma das instituições europeias retirará força a Portugal»

O programa da presidência portuguesa da União Europeia, discutido na passada semana na AR, foi criticado pelos deputados comunistas por não incluir temas ditados pelo interesse nacional, limitando-se a fazer a «gestão bem comportada de dossiers» de uma Europa que se afasta cada vez mais dos objectivos da coesão económica e social. Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e deputado na AR, comenta algumas das questões que marcam o actual rumo da construção europeia.

A anunciada reforma institucional tem como suposto objectivo dar coesão política à UE de forma a poder ombrear com os Estados Unidos. De que forma ela irá afectar a possibilidade de os países mais pequenos defenderem os seus interesses nacionais?

Agostinho Lopes - Perguntas bem, porque esse é de facto apenas o «suposto objectivo». O verdadeiro objectivo é garantir e reforçar, no quadro do previsível alargamento (mais países integrando a União Europeia), o comando das políticas comunitárias pelas grandes potências europeias: Alemanha, França, Reino Unido. Garantir que, contra a vontade desse «directório de grandes países», não haverá decisões, e que a sua vontade prevalecerá qualquer que seja o posicionamento dos pequenos países. Podemos até prever que, ao «mexer» na igualdade relativa (já hoje muito relativa!) dos diversos países nos órgãos e funcionamento da União Europeia, reforçando o peso político dos grandes países, a ensejada reforma institucional fragilize a actual coesão política da União Europeia. De acordo com as principais ideias que vão sendo avançadas, países como Portugal serão afectados pela perda dos respectivos comissários (recorde-se que a Comissão tem o grosso da iniciativa legislativa), pela perda de influência relativa do seu voto, pela redução do número de decisões em que é obrigatório que haja unanimidade, pela liquidação de «direito de veto» - questão chave e seguro institucional para qualquer pequeno país defender os seus interesses fundamentais - e ainda o afastamento de línguas nacionais, como o «português», das línguas de trabalho da União Europeia.

A tese da «União Europeia como Anão Político», perfiçada pelo primeiro-ministro Guterres e outros, só poderá servir os interesses das grandes potências e dos que defendem o figurino «federal» para a União Europeia.

Que consequências poderá ter para Portugal o alargamento da UE, num momento em que os países mais ricos querem pagar menos e os menos desenvolvidos querem e precisam de mais fundos?

Portugal poderá, nas condições financeiras e institucionais definidas pela União Europeia, ser afectado essencialmente devido a duas consequências do alargamento:

- Uma concorrência acrescida no mercado interno da União Europeia (incluindo em Portugal) pelas produções dos novos países aderentes - ter em conta que as suas produções concorrem fortemente com as nossas - tendo esses países reconhecidamente uma mão-de-obra mais qualificada e mais baixos salários na comparação com o nosso país.

- Uma redução dos fundos comunitários destinados a Portugal, exactamente como resultado do que referes.

Não considerando aqui e agora uma provável maior «periferização» económica e política do País como resultado do deslocamento para Leste do «centro da União Europeia», o alargamento, como temos dito e escrito, deve depender única e exclusivamente da expressa vontade política desses países e povos, que não devem ser sujeitos a quaisquer imposições ou condicionalismos no processo de adesão que firam a sua soberania de decisão.

Vai realizar-se em Portugal uma cimeira sobre o emprego. Que perspectivas poderá abrir para a resolução de um dos mais graves problemas sociais da Europa, onde existem mais de 17 milhões de desempregados?

A «Cimeira» sobre o emprego, como aliás todas as anteriores, não visa resolver o problema do desemprego na União Europeia. É mais uma nova encenação com que se pretende tapar, esconder, as opções dos governos sociais democratas e de direita da União Europeia, por orientações políticas e económicas neoliberais responsáveis pelo desemprego na Europa: privatizações, liberalização e desregulamenta-

ção, a marcha forçada para a convergência nominal... Se não vier, mais uma vez, dizer que a culpa do desemprego é dos próprios trabalhadores, que não aceitam pôr fim à dita «rigidez dos mercados de trabalho», que não aceitam reduzir «os custos do factor trabalho»...

O lançamento de uma política de defesa comum é um dos pontos que constam da agenda da presidência portuguesa da União Europeia. Como se coaduna esse objectivo com o facto de muitos dos estados da UE estarem integrados na NATO?

A instauração de uma «política de defesa comum» pela União Europeia é uma tentativa de reduzir, aplinar divergências, diferenças que possam haver (e há) de alguns países (e de grande parte da própria opinião pública) da União Europeia relativamente à sua transformação num bloco político-militar. E aquele objectivo não contraria ou choca com a política imperialista da NATO, sob a tutela dos EUA e a participação activa e cúmplice de alguns países da União Europeia nessa política. Antes visa alinhar e uniformizar a política de defesa de todos os países da União Europeia pelo «figurino NATO», apesar das contradições (secundárias) que existem...

Faz sentido pensar-se num exército europeu quando não nem sequer existe uma política externa comum?

A primeira coisa que não faz sentido é a existência de uma «política externa comum» da União Europeia como se esta fosse já um Estado Federal. E muito menos sentido faz qualquer ideia de um «exército comum» para apoiar/suportar uma política externa comum e uma política de defesa comum... Só fará sentido para quem defender uma Europa armada, armamentista, agressiva,... competindo ou colaborando com os EUA na guerra aos povos do Terceiro Mundo... no policiamento do planeta.

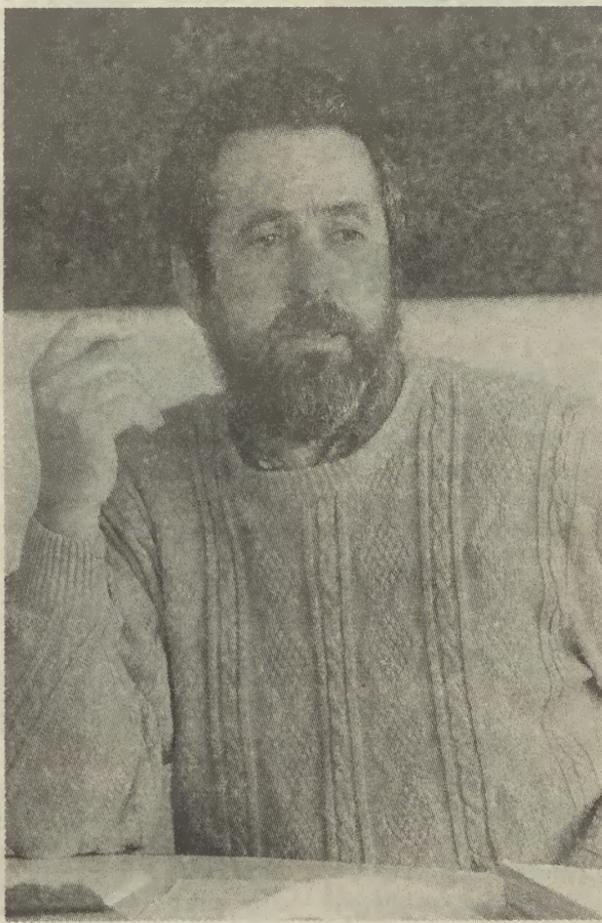
Outra coisa completamente diferente é a procura de convergência das políticas externas autónomas dos países que integram a União Europeia e a possível cooperação no uso de meios militares nacionais em missões de paz decididas pelas Nações Unidas ou no âmbito da OSCE.

Como comentas o cancelamento da cimeira africana?

A concretizar-se o cancelamento, isso significa o falhanço de uma das principais iniciativas da Presidência portuguesa, que poderia ter efectivas e positivas repercussões nas relações de Portugal e da União Europeia com África, e em particular com os povos de língua oficial portuguesa.

Mas o cancelamento denuncia, também, como, em questões consideradas centrais, a União Europeia é dominada pelos interesses das «suas» grandes potências. Não se fazer a Cimeira durante a Presidência portuguesa significa que poderá vir a fazer-se durante a Presidência seguinte, que por acaso é francesa. França, África francófona, interesses franceses em África.... Serão precisas mais palavras...?

A população europeia continua a envelhecer. Há mesmo quem diga dentro alguns anos não poderá suprir as suas necessidades de mão-de-obra. Não obstante, as fronteiras da Europa continuam fechadas aos imigrantes. Como avalias a actual política de imigra-



Agostinho Lopes
ao «Avante!»

ção, designadamente em relação aos países africanos de expressão portuguesa?

Como é sabido, o PCP não considera que a solução para os problemas do subdesenvolvimento (de África ou de outros continentes) passe pela emigração. Sendo um fenómeno certamente muito complexo, a emigração é consequência desse subdesenvolvimento e é sempre um remédio doloroso, fracturante das sociedades que a sofrem. Estão os portugueses em muito boas condições para a avaliar devidamente.

Ora o que, em primeiro lugar, se exige da União Europeia é um comportamento exemplar no apoio e ajuda ao desenvolvimento desses povos, no respeito pela sua independência e soberania: perdão da dívida, comércio justo, cooperação para o desenvolvimento tecnológico, para a saúde e educação... O que não significa desvalorizar a política de emigração.

E nesta matéria, combater uma política que faz de cada emigrante um suspeito «terrorista» ou «traficante de droga», ou seja, combater a Europa de Schengen. E defender o emigrante como cidadão a quem são reconhecidos direitos, a começar pelo direito a uma vida digna, salário, habitação, ao reagrupamento familiar, e não mão-de-obra barata para ajudar a desvalorizar salários e atacar os direitos dos outros trabalhadores. Não um cidadão minorizado na sua cidadania e humanidade.

Não será, na minha opinião, a emigração que resolve o envelhecimento da população europeia. Talvez começar por reflectir nos valores com que o capitalismo neoliberal marca as sociedades actuais. Talvez pensar nas transformações sociais que rompem com os estrangulamentos e contradições a que lógica da maximização dos lucros, a total mercantilização das actividades humanas, conduziram a vida do planeta neste virar do milénio.

Há dias, o ministro da Agricultura anunciou mais dois mil milhões de contos para os agricultores portugueses. No entanto, os preços à produção têm vindo a descer na sequência dos acordos da PAC, e Portugal tem ficado ao longo dos anos cada vez mais dependente das importações de produtos alimentares. Que medidas precisa a pequena e média agricultura para sobreviver nas actuais condições?

Em primeiro lugar é preciso desmontar a propaganda dos «milhões». Porque parte significativa desses milhões (cerca de 50%) será paga pelos próprios agricultores, e outra parte, não menos significativa, é destinada a compensar, em parte, baixas de preços - não acrescentam nada, compensam de forma insuficiente «prejuízos» dos agricultores.

Depois há que sublinhar a necessidade de uma completa reforma das regras da PAC. Com a actual PAC não há pequena e média agricultura que sobreviva. Duas questões essenciais: inverter os critérios com que são actualmente distribuídas as ajudas e apoios, privilegiando a exploração agrícola familiar, os que efectivamente fazem a terra produzir; defender um comércio internacional de produtos agro-alimentares sujeito aos princípios da segurança e soberania alimentares. O direito a alimentos saudáveis e o direito de cada país ter uma agricultura e agricultores.

EUROPA

ASSEMBLEIA

Presidência portuguesa da UE

Governo limita-se a gerir *dossiers*

A apresentação do programa da presidência portuguesa da União Europeia limita-se a reproduzir objectivos e orientações já conhecidas e a indicar a disposição do governo português para realizar uma mera gestão bem comportada dos *dossiers* que recebeu e que pretende entregar sem introdução, leve que seja, de uma marca própria que pudesse vir a reflectir uma forma autónoma e nacional de encarar e influenciar a integração europeia.

(...) Não seria a presidência portuguesa o momento adequado para propor iniciativas políticas que permitissem rediscutir e redefinir algumas das orientações que têm marcado certas políticas comuns e cujas consequências para os



■ Honório Novo

países menos desenvolvidos, em especial para Portugal, se têm revelado particularmente negativas?

Não seria este o momento para propor alterações sensíveis em matéria de política agrícola ou de pescas – como

é o caso da justiça orçamental para com as produções mediterrânicas ou sobre o futuro da zona exclusiva para a actividade piscatória – que permitissem a salvaguarda de especificidades nacionais diferenciadas?

Não seria este o momento certo para que se tomassem iniciativas destinadas a acompanhar e a influenciar as negociações da OMC, cujo fracasso, em Seattle, podem ter aberto perspectivas políticas para que sejam abandonadas as actuais orientações neoliberais baseadas na dominação financeira, na delapidação de recursos e na degradação ambiental, e se definissem novas orientações no desenvolvimento, na cooperação e

nos interesses de todos os Estados e Povos?

Não seria este o momento adequado para que a presidência portuguesa colocasse na ordem do dia das prioridades a definição urgente dos sistemas de apoio permanente às regiões ultraperiféricas tal como prevê o actual Tratado da União Europeia?

Não seria este o momento para colocar na agenda política a revisão de orientações económicas que se têm traduzido pela desarticulação de sectores produtivos – caso dos têxteis ou da construção naval – essenciais aos países mais pobres da União Europeia, entre os quais Portugal? (...)

(Extracto da intervenção na sessão da AR, de 5 de Janeiro)

Mera continuidade

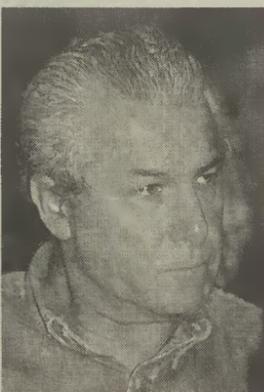
(...) Por um lado: não há nenhuma questão ou tema, dos considerados prioritários pelo governo, que seja directamente ditado pelo interesse nacional. O governo assume que a escolha de temas e prioridades decorre da lógica e das necessidades de afirmação europeia e nunca da ponderação dos interesses nacionais directos.

Por outro lado: o resumo que o governo aponta para a presidência é o de uma mera continuidade de objectivos e seu aprofundamento, na direcção da construção de uma espécie de superpotência europeia vocacionada para as guerras da competição global.

(...) A tese com que o governo justifica as posições que assume para a presidência portuguesa pode resumir-se na ideia de que a defesa dos interesses portugueses assegura-se pelo aprofundamento da construção europeia. Mais Europa seria, para o governo, automaticamente, a resposta aos problemas do País. Não é verdade.

(...) É preciso que se afirmem das linhas essenciais de política na Europa para que isso suceda:

- Primeiro, é preciso que a Europa direcione as suas políticas erigindo em objectivos essenciais a coesão eco-



■ João Amaral

nómica e social e a justiça social. Não se trata, não se trata só, de mais Europa, trata-se sim e fundamentalmente de melhor Europa, de

um novo rumo para a Europa que a torne no que não é hoje, um coeso espaço social de progresso e paz.

- Segundo, é preciso que a Europa assuma a diversidade dos interesses nacionais que a compõe como uma mais-valia; e que assuma o respeito dessa diversidade com a via única para o progresso da construção europeia.

É a completa ausência destas perspectivas políticas que, na nossa opinião, condena a presidência portuguesa, aos olhos dos portugueses. (...)

(Extracto da intervenção na sessão da AR, de 5 de Janeiro)

O emprego e as políticas europeias

A luta por um emprego de qualidade, com direitos e salários dignos, continua a ser a questão mais importante para os cidadãos da União Europeia, sejam trabalhadores no activo, desempregados, jovens à procura do primeiro emprego e mulheres domésticas que deixariam de o ser se houvesse emprego em número suficiente. É que, mesmo tendo por base números oficiais, há ainda cerca de 16 milhões de desempregados na União Europeia e mais de 50 milhões de pobres que, em muitos casos, são trabalhadores a tempo parcial ou por conta própria, sem direitos e com salários muito baixos.

Dá que seja natural alguma expectativa em torno da anunciada Cimeira Extraordinária sobre «Emprego, reforma económica e coesão social para uma Europa da inovação e do conhecimento», a realizar em Lisboa, em 23 e 24 de Março. A presidência portuguesa tem apresentado

esta iniciativa como a mais importante deste semestre.

Ora, é fundamental que esta cimeira não se fique pela repartição de princípios gerais já contidos noutros encontros semelhantes e que não sirva de cortina de fumo para novos ataques aos direitos laborais sob o pretexto de aumentar a competitividade da UE face aos EUA. É essencial que a cimeira concretize políticas, medidas e objectivos quantificados, o que pressupõe alterar as orientações neoliberais das políticas económico-sociais que têm predominado desde a aprovação do Pacto de Estabilidade. Só que, como se viu durante a discussão das «directrizes de emprego para 2000», não há vontade política para alterar a situação actual.

Todos afirmam lamentar que haja uma taxa de desemprego de 19,5 por cento entre os jovens, que metade do desemprego seja de longa duração, que as disparidades de género no chamado «mercado de trabalho» continuem a ser significativas na

generalidade dos países da União Europeia, com as mulheres a receberem, em média, apenas cerca de 76 por cento dos salários dos homens. A própria Comissão reconheceu que «as políticas da igualdade de remuneração para trabalho igual ou de igual valor não receberam a atenção que merecem nos planos de emprego dos Estados membros, em 1999».

Mas foram rejeitadas quase todas as propostas que visaram alterar a actual situação, incluindo propostas tão limitadas como as que estabeleciam que a taxa de emprego na União Europeia devia passar de 61 por cento para 65 por cento em cinco anos e que o desemprego de longa duração devia ser reduzido em 50 por cento em cada Estado membro nos próximos cinco anos.

Assim, há sérias dúvidas sobre a real eficácia das medidas a tomar na próxima Cimeira Extraordinária do Emprego, embora haja condições, se houvesse vontade política, para um crescimento económi-



■ Ilda Figueiredo

co mais elevado, desde que se promova uma maior coordenação das políticas económicas e de emprego, se reforce a coesão social, se desenvolva a dimensão social, designadamente através de uma mais equilibrada distribuição do rendimento que estimule a actividade económica, de um forte empenhamento na redução da precariedade do emprego e na redução do horário de trabalho que permita a salvaguarda e a criação de empregos de qualidade com direitos e salários dignos.

Novo aeroporto de Lisboa
Falta sustentabilidade à decisão

Duras críticas ao processo que envolve a construção do novo Aeroporto foram feitas pelo Grupo Parlamentar do PCP. «A decisão, a ser tomada, é no mínimo precipitada e pouco fundamentada», disse o deputado comunista Joaquim Matias, assim resumindo a posição da sua bancada, no debate de urgência realizado na semana transacta por iniciativa do PSD.

Sem deixar de reconhecer a importância de um novo aeroporto de Lisboa, enquadrável, como referiu, na «orientação estratégica de desenvolvimento do País, valorizando o território com uma nova centralidade», Joaquim Matias considera no entanto que um tal projecto não pode deixar de reunir um «amplo consenso nacional».

Ora não é isso que sucede, como testemunha a polémica instalada, e tudo porque a decisão a tomar carece de fundamentação adequada. «Sem sustentabilidade em estudos sérios e seguros não haverá projecto estruturante, mas antes um enorme elefante branco», advertiu o deputado do PCP.

E é aqui que reside a questão nodal do problema, segundo a formação comunista. É que, como assinalou Joaquim Matias, houve estudos (como os de impacto ambiental) que não foram objecto do aprofundamento exigível, enquanto de outros e respectivos pareceres nem sequer foi dado conhecimento público, para não falar da inexistência - face a um investimento que se quer estruturante -, de um plano de ordenamento do território e de um plano estratégico.

«Fala-se da construção do novo aeroporto, mas há estudos aprofundados que exijam a sua construção? E as acessibilidades rodo e ferroviárias? E o ordenamento do território circundante? Quando foram avaliados os seus custos?», perguntou Joaquim Matias.

Reestruturação administrativa
A cambalhota do PSD

O deputado comunista Honório Novo classificou de «verdadeira cambalhota política» a posição adoptada pelo PSD em matéria de desconcentração de serviços da administração pública. Estava-se num debate sobre o tema suscitado por um projecto de lei da bancada social-democrata. Trata-se de uma iniciativa legislativa que, como observou o deputado do PCP, contraria todo o edifício legislativo construído pelo PSD durante os anos em que governou com «mão de ferro e fúria centralizadora». Depois de ter extinguido e esvaziado de competências e atribuições múltiplos serviços com incidência geográfica distrital, assim prejudicando as populações, em áreas fundamentais como a Saúde, Segurança Social ou Educação, a iniciativa do PSD de propor a realocação distrital de serviços da administração central só pode ser entendida, segundo Honório Novo, como um «acto de mea culpa política», revelador de uma «indisfarçável má consciência», que, sublinhou, «só peca por tardio».

Reiterada pelo parlamentar comunista foi entretanto a posição da sua bancada no sentido da defesa de uma «reestruturação administrativa» visando uma «desconcentração de serviços mais adequada e mais próxima das populações».

Caso Aquaparque sobe a plenário

Está agendado para o próximo dia 20 um debate de urgência sobre os atrasos na Justiça. No centro das atenções estará a recente prescrição do processo do Aquaparque. Esta é, aliás, a principal razão que justifica a realização do debate, requerido pelo Grupo Parlamentar do PCP, que quer ver discutidas as medidas a adoptar para «evitar o decurso injustificado do prazo de prescrição de procedimento criminal».

Na carta em que solicitou o debate, Octávio Teixeira, presidente do Grupo comunista, aludindo à decisão judicial que prescreve o procedimento criminal relativo ao caso das duas crianças que morreram nas tubagens do Aquaparque do Restelo, afirma tratar-se de mais um exemplo das várias situações, em tudo idênticas, que têm vindo a lume relativas a processos envolvendo figuras públicas ou instituições sob suspeita.

Descrevendo-o como «chocante», o caso do Aquaparte vem assim juntar-se ao rol de situações que a bancada comunista, ecoando o sentir geral, afirma causarem «pública indignação».

No quadro do princípio da separação de poderes, entende a bancada do PCP que o Parlamento e o Governo (com poderes legislativo e executivo, respectivamente), no exercício dos seus poderes próprios, «podem contribuir para alterar a presente situação».

Na missiva dirigida a Almeida Santos, o líder parlamentar comunista solicita a presença no debate do ministro da Justiça.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Reforma fiscal em projecto de lei do PCP

Por maior equidade e justiça

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de lei de reforma dos impostos sobre o rendimento. Depois de sucessivos expedientes dilatórios do Governo, numa passividade só explicável pela inexistência de vontade política para concretizar a reforma fiscal, esta é a resposta da bancada comunista com vista a garantir não apenas eficiência e eficácia ao sistema tributário, como, fundamentalmente, a dotá-lo de maior equidade e justiça fiscal.

O «alargamento do acesso das autoridades fiscais às informações protegidas pelo sigilo bancário» e a «inversão do ónus da prova para as empresas que, em três anos consecutivos, declarem prejuízos ou resultados fiscais nulos» constituem duas das medidas preconizadas no diploma, em matéria de luta contra a fraude e a evasão fiscais.

Privilegiado no projecto de lei, noutro plano, é o alargamento das bases de tributação, bem como a opção por uma política de restrição dos benefícios fiscais, condição, na perspectiva do PCP, para que seja possível «promover uma moderação das taxas de impostos a curto prazo».

Neste capítulo, entre outras, destaque para a proposta que prevê a «tributação efectiva dos resultados das instituições bancárias e seguradoras», eliminando as benesses actuais que os comunistas consideram «afrontosas» e destituídas de «justificação económica».

Relevo, ainda neste domínio, merecem as propostas que apontam para a «revogação do regime de excepção concedido às mais-valias mobiliárias, decorrentes da alienação ou troca das quotas ou acções de que são titulares as sociedades gestoras de participações sociais» e, bem assim, para a proposta que elimina os «múltiplos benefícios fiscais concedidos a rendimentos e operações financeiras».

Sistema fiscal injusto

Na base desta iniciativa legislativa, entregue no final da passada semana, estão razões por de mais conhecidas. Octávio Teixeira, líder parlamentar da bancada comunista, que estava acompanhado pelos deputados João Amaral e Lino de Carvalho, voltou a recordá-las em conferência de imprensa: «A repartição da carga fiscal é profundamente iníqua, penalizando os rendimentos do trabalho dependente e privilegiando os rendimentos do capital. A carga fiscal é excessiva e injusta para os contribuintes cumpridores, os rendimentos do capital vivem num paraíso fiscal, a evasão e os benefícios fiscais atingem proporções insustentáveis.»

Com a aplicação das propostas contidas neste projecto de lei, baseado em muitos aspectos em dois relatórios encomendados pelo Governo, Octávio Teixeira garante que serão geradas receitas anuais superiores a 100 milhões de contos. Como explicou aos jornalistas, o diploma «segue de perto» as propostas dos relatórios elaborados por Silva Lopes e Rogério Ferreira,

pelo que, aceitando-se como boas as declarações do ministro das Finanças, concluiu, o Governo terá necessariamente de o apoiar.

Para o líder da bancada comunista, face à apresentação do diploma, o que agora volta a ficar «clara e expressamente em questão» é se «tem ou não o Governo efectiva vontade política de concretizar a reforma fiscal».

Combate à fraude e à evasão

A «redução do período para reporte de prejuízos e a exclusão da dedução aos lucros da actividade normal da empresa das perdas de capital imputadas a menos-valias mobiliárias» é outra das medidas defendida pelos deputados comunistas. Ainda no plano do combate à fraude e evasão fiscal, o diploma prevê a «revogação dos benefícios fiscais concedidos às actividades financeiras nas zonas francas», como é o caso do chamado off-shore da Madeira, e a «aplicação de regimes indirec-

tos, simplificados e objectivos de determinação de rendimentos líquidos das profissões liberais e dos comerciantes e industriais em nome individual».

No caso dos profissionais liberais, segundo a solução defendida pelo PCP, compete à Administração Fiscal encontrar um valor médio de remuneração para cada uma das profissões - de acordo com o tipo de serviço e de entidade a quem é prestado -, com base no qual será feita a tributação.

Estabelecido no diploma é igualmente a «consagração do princípio da presunção de rendimentos pelo exercício de determinadas funções e nas operações entre uma sociedade e os seus sócios, administradores ou gerentes». Trata-se de uma medida de combate à fraude absolutamente necessária, porquanto, como salientou o presidente da formação comunista, existem administradores e gestores que dizem nada receber pelas suas funções ou declaram o salário mínimo. «Ninguém acredita que administradores que têm assento nos conselhos de administração de dez ou quinze empresas nada recebam pelo seu desempenho», sublinhou.

Por uma mais justa repartição

No já referido plano do alargamento da base tributária e de uma mais justa repartição da carga fiscal importa ainda reter a proposta que estabelece o princípio do «englobamento dos rendimentos para efeitos fiscais, acabando com as taxas liberatórias que beneficiam os mais elevados rendimentos».

Igualmente importante é a eliminação do que o Grupo comunista classifica de «indecoroso privilégio fiscal concedido às mais-valias geradas na transmissão onerosa de partes sociais e outros valores mobiliários». Tais ganhos, na perspectiva do PCP, devem passar a ser submetidos ao regime geral de tributação.

Com vista a uma «mais justa repartição da carga fiscal», defendido pela bancada comunista é também a «alteração da tabela de taxas do IRS», que passará a ter mais dois escalões. O objectivo, segundo Octávio Teixeira, é «reduzir de forma degressiva a carga fiscal sobre os contribuintes e introduzir-lhe uma maior progressividade».

«A fixação da dedução específica pelos rendimentos do trabalho em 80 por cento de 12 vezes o valor mensal do salário mínimo nacional mais elevado» apresenta-se como outra das medidas no sentido de uma maior equidade fiscal defendidas no diploma do PCP, que estabelece, por outro lado, um «regime optativo de tributação separada dos cônjuges casados e não separados judicialmente de pessoas e bens».

Conflito na Tchechénia



A Assembleia da República aprovou por unanimidade um voto sobre a situação de conflito militar na Tchechénia.

Clarificando a posição do Grupo comunista sobre esta matéria, João Amaral, depois de referir os brutais custos em vidas humanas e materiais que resultam da guerra, fez notar que a informação disponível «está muito longe de ser clara e transparente».

Não obstante, sobre as partes em conflito e os interesses que as movem, disse «estar muita coisa escrita», permitindo algumas observações. Que, por exemplo, a «forma terrorista como as Forças Armadas da Federação Russa actuam e a forma como é feita a propaganda da guerra se destinam a efeitos de preservação do clã leitstin/Putin no poder e, atrás deles, das mafias que controlam o bolo económico da Rússia».

«Do outro lado das trincheiras», assinalou João Amaral, podem encontrar-se «outras mafias, outras formas terroristas de prosseguir a guerra, e muitas ligações internacionais aos mais conhecidos centros do fundamentalismo e radicalismo político e militar, com o afastamento de cena dos líderes mais moderados».

Antes de expressar o «repúdio e protesto» do PCP pelo conflito, João Amaral disse ainda que o «pior que se pode fazer», numa região onde «vários expansionismos» espreitam de todos os quadrantes, «é ceder à tentação fácil de reduzir a situação a um filme de cowboys com os bons de um lado e os maus de outro».

Despedimentos na Siemens

O Grupo Parlamentar do PCP exigiu que o Governo adopte uma postura interventiva e em tempo útil junto das multinacionais no sentido de que estas cumpram os contratos livremente assinados com o Estado português. Só assim, garantiu Lino de Carvalho, poderão ser defendidos os interesses e a economia nacional, o emprego e os direitos dos trabalhadores. Esta questão, sob a forma de pergunta ao Governo, em sessão realizada faz amanhã oito dias, veio a propósito da situação do Grupo Siemens em Portugal. Para a bancada comunista, que já alertara para o problema há um ano num debate de urgência por si promovido, o comportamento daquela multinacional é inaceitável. Os factos, recordados por Lino de Carvalho, falam por si: em Évora, no Casal do Marco, em Corroios, no Sabugo, só no ano de 1999, foram eliminados mais de 600 postos de trabalho. Como causa directa, o encerramento de unidades produtivas que foram transferidas para outros paragens. Do debate não resultou, entretanto, qualquer garantia de uma mudança de atitude do Governo, já que o secretário de Estado se limitou, face às questões colocadas por Lino de Carvalho, a reproduzir aquilo que têm sido as opiniões da administração da Siemens veiculadas através de comunicados.

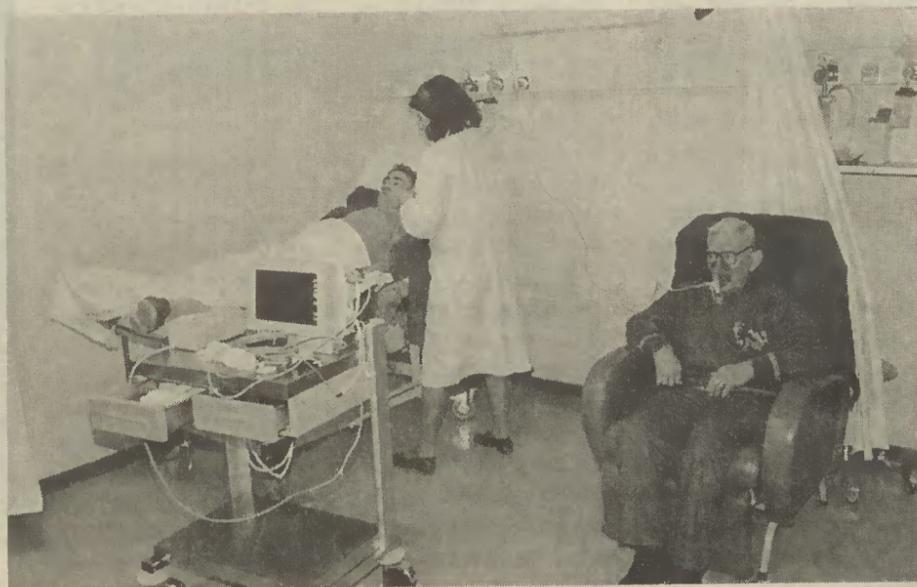
Para evitar rupturas e melhorar serviços PCP quer mais formandos na Saúde

A Assembleia da República deverá votar hoje o projecto de resolução subscrito pelo Grupo Parlamentar do PCP no qual se recomenda ao Governo que adopte um plano de emergência visando o aumento efectivo de formandos nas profissões da área da Saúde. Debatidas faz hoje oito dias, as medidas preconizadas no projecto afiguram-se de extrema importância por forma a evitar que processos de ruptura venham a ocorrer face às actuais carências de recursos humanos no sector da Saúde.

Para a bancada comunista, como sublinhou no debate a deputada comunista Natália Filipe, trata-se sobretudo de garantir que sejam assegurados os «recursos necessários à prestação de cuidados de saúde à população portuguesa, mantendo o nível de qualidade que está internacionalmente reconhecido».

O ponto de partida para se perceber a importância desta questão reside no princípio de que o desenvolvimento das políticas de prevenção da doença e de promoção da saúde, para além da construção de novas unidades hospitalares e centros de saúde, carece obrigatoriamente de mais recursos humanos em quantidade e qualidade.

Tanto mais que, em matéria de saúde, como salientou Natália Filipe, «a evolução tecnológica não substitui mão-de-obra». Pelo contrário, frisou, «exige maior nível de qualificação e diferenciação técnica dos seus profissionais».



Em todas as instituições hospitalares e nos cuidados de saúde primários existem vagas nos quadros de pessoal

Ora o que vem sucedendo desde há vários anos é que das políticas adoptadas pelos diferentes governos - torpedeando o dispositivo constitucional que imputa ao Estado o dever de «garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde» - têm resultado «situações de instabilidade laboral, precariedade de vínculos e graves carências de profissionais de saúde».

«Décadas de subfinanciamento na formação de recursos humanos conduziram às gravíssimas situações de carência de médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, entre outros», lembrou a parlamentar comunista.

A tudo isto acresce, por outro lado, um injusto regime de aces-

so ao ensino superior, que impede, num quadro de grave carência de profissionais de saúde, que milhares de jovens acedam a uma formação nesta área.

«É inadmissível que centenas de alunos com notas superiores a 18 valores não tenham sido admitidos nas Faculdades de Medicina e que apenas tenha aumentado em cinco o número de vagas para o actual ano lectivo», exemplificou Natália Filipe, que considerou igualmente «inadmissível que, existindo estudos que apontam para uma necessidade actual de pelo menos 10 mil enfermeiros, o Governo tenha reduzido em 109 o número de vagas de acesso a enfermagem no ano lectivo que está em curso».

Explicitando algumas das linhas essenciais preconizadas

pelo PCP para alterar este estado de coisas e incrementar um sistema de saúde mais eficiente, Natália Filipe defendeu a abertura de mais hospitais, centros de saúde e extensões, bem como a remodelação das unidades existentes, o alargamento do funcionamento de consultas e blocos operatórios dos hospitais em função das necessidades das populações.

Para além do cumprimento dos programas de «saúde escolar», «planeamento familiar» e «vigilância de saúde», entre outros, a deputada do PCP exigiu ainda o estabelecimento de um novo e mais justo regime de acesso ao ensino superior e rápida expansão do ensino superior público com a abolição do *numerus clausus*.

VIANA DO CASTELO

Saúde e ensino em questão

Uma delegação do PCP, constituída pelo deputado Honório Novo, João Duarte, da Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo, e Fátima Silveirinha, da JCP, reuniu-se recentemente com elementos da Administração do Hospital de Santa Luzia, junto de quem confirmou a falta de recursos humanos em algumas especialidades - impedindo a recuperação das respectivas listas de espera - e a afluência indevida de muitas pessoas aos serviços de urgência, não só por hábitos adquiridos, mas também pelo facto do SAP funcionar apenas até às 20 horas. Referida foi ainda a política de subfinanciamento do sector de saúde, que provoca atrasos significativos no pagamento de horas extraordinárias aos profissionais de saúde e nos pagamentos aos fornecedores. Na sua deslocação, a delegação do PCP encontrou-se, ainda, com o vice-presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, com o objectivo principal de dar o «pontapé de saída» para a discussão sobre o que deve ser o ensino superior no distrito. Uma discussão que os comunistas defendem que seja aberta à sociedade civil do distrito e tenha a participação das autarquias locais, dos intelectuais e dos professores.

VILA FRANCA DE XIRA

Desorientação na Câmara

A Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP reuniu recentemente para definir as tarefas imediatas do Partido e analisar a situação existente na Câmara Municipal. Deixando para o encontro da CDU, a realizar no próximo dia 29, o aprofundamento e análise da situação do município, a Concelhia do PCP considera, contudo, «muito grave e prejudicial» para o poder local democrático e para a população do concelho o descrédito crescente que o município está a merecer e é patente em, pelo menos, dois exemplos. Um, o de Zita Seabra, a quem o PSD retirou a confiança política mas não abandona o cargo, não se sabendo quem neste momento representa. Outro, as inúmeras acusações à Câmara de faltar aos compromissos assumidos. Os serviços da Câmara vivem, assim, um ambiente «de desorientação e desorganização» que, a continuar, trará graves consequências para a população do concelho, alerta o PCP.

ÉVORA

Um silêncio incompreensível

Também a Direcção da Organização Regional de Évora do PCP reuniu, no passado sábado, para analisar a situação política e social do distrito e da região e traçar as linhas de trabalho do Partido para o ano 2000. Consta o PCP que os trabalhadores de grandes empresas do distrito vivem um clima de «instabilidade» e de permanente ameaça aos seus postos de trabalho, designadamente os da Siemens/Tyco, cuja situação foi chamada à Assembleia da República, após uma visita à empresa do deputado Lino Carvalho e outros dirigentes do PCP. A DOREV, reiterando o seu apoio aos trabalhadores em luta, designadamente da Siemens, ARJAL e Portucel, estranha, entretanto, o silêncio do Governo e dirigentes locais do PS em relação a questões de vital importância para o desenvolvimento da Região, como é o problema da Siemens ou o III Quadro Comunitário de Apoio, cujo conteúdo ainda não é conhecido. A ligação do eixo norte (vindo de Portalegre) ao eixo sul (vindo de Beja), a construção de um novo Hospital Regional, do novo edifício do Palácio da Justiça e da Biblioteca Pública de Évora são outros projectos cuja concretização os comunistas exigem e pelos quais vão continuar a bater-se.

AÇORES

Uma decisão tardia

A dez meses do fim do mandato, e com o Plano e Orçamento para 2000 já aprovados, o Presidente do Governo Regional dos Açores anunciou, na quinta-feira passada, a criação da Secretaria Regional do Ambiente, que agregará as competências até agora exercidas pela Direcção Regional do Ambiente. Tendo presente o contexto em que a decisão é tomada, a Direcção de Organização da Região Autónoma dos Açores considera que ela apenas visa «neutralizar descontentamentos e arregimentar apoios». Assim, embora a medida anunciada dê razão ao PCP que, em 1996, afirmou que «a estrutura governativa estava mal pensada, mal dimensionada e mal distribuída», ela não é credível, pois não foi tomada em tempo útil para poderem ser assumidas novas políticas e atribuídos novos meios ao sector do ambiente, e deve ser encarada apenas como uma «manobra eleitoralista» do Presidente do Governo.

Oliveira do Bairro

Saúde com pouca atenção

Uma delegação da Comissão Concelhia de Oliveira do Bairro do PCP, fazendo uso do Estatuto de Oposição que a lei lhe confere, reuniu com o Presidente da Câmara Municipal e o vereador substituto do Presidente, a quem transmitiu as propostas do PCP relativamente ao Orçamento e Plano de Actividades da Câmara para o ano 2000.

Na reunião, o PCP aproveitou ainda para criticar a forma como a Câmara tem vindo a elaborar os OPAs, afirmando, entretanto, que apoia a inclusão no Orçamento e Plano de várias propostas avançadas pela CDU, como sejam a consideração da prioridade de investimentos na área do saneamento básico e abastecimento de água; as intenções expressas relativamente ao planeamento urbanístico, recuperação dos barreiros de Bustos, despoluição de rios e da Pateira e soluções para cruzamentos peri-

gosos e, finalmente, a concretização da construção da Escola de Ensino Básico Integrado de Oiã, de um novo Centro de Saúde em Oliveira do Bairro, do Palácio da Justiça e do Quartel dos Bombeiros.

Alvo de discordância foi, porém, a pouca atenção que continua a ser dada a áreas como a Acção Social (0,85%) e a Saúde (0,23%). Quanto à habitação, os comunistas sublinharam o facto de os 23 mil contos previstos para habitação social darem para muito pouco,

se se tiver em conta que o preço das habitações e das próprias rendas, em algumas freguesias do concelho, são das mais elevadas de toda a região.

A verba prevista para pagamento à empresa privada SUMA (65.000 contos) levou, por outro lado, o PCP a sublinhar a justeza do voto contra da CDU à privatização do serviço de recolha dos lixos. É que aquela importância «não só constitui um desperdício de dinheiros públicos como representa um agravamento dos custos que a população do concelho já suporta através do pagamento de taxas. A propósito lembraram que, só através da taxa do lixo, a Câmara prevê cobrar aos munícipes a importância de 45.000 contos.

Em relação ao Desporto, o PCP considerou que os apoios

da Autarquia deviam dirigir-se para o desporto amador mas, ao mesmo tempo, estranhou o facto de a quase totalidade das verbas previstas se destinarem apenas a uma freguesia.

Por fim, os comunistas colocaram a necessidade de se estudarem medidas visando a dinamização das bibliotecas do concelho e chamaram a atenção para a homenagem a Arlindo Vicente, que continua a faltar.

Apesar das críticas formuladas, quando da votação final ao Orçamento e Plano de Actividades da Câmara para o ano 2000, tendo em conta que ele contempla obras e iniciativas de grande importância para o desenvolvimento do concelho, o voto da CDU foi, «responsavelmente, o de não inviabilizar a sua aprovação, abstendo-se».

Bairro da Boavista

Luta prossegue

A célula do PCP no Bairro da Boavista não se tem poupado a esforços no sentido de procurar a resolução para os problemas mais sentidos da população.

Na sequência das reivindicações apresentadas pela Comissão de Freguesia de Benfica do PCP - Extensão do Centro de Saúde, Posto dos Correios, Casa Mortuária, passagem das carreiras da Carris (n.º 24 e 29) pelo interior do bairro e Praça de Taxis - tudo tem servido aos comunistas do Bairro da Boavista, dos comunicados, aos abaixo-assinados, às deslocações a diversas instituições ou às entrevistas à comunicação social, para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Assim, foi possível concretizar já a instalação no bairro de uma praça de táxis e, fruto de várias iniciativas, que fosse acordado com os CTT um contrato para a venda de selos na papelaria situada na R. Rainha D. Catarina, de que a firma Adolfo Alves Pestana é proprietária.

No contrato efectuado foi igualmente acordado que, após a mudança da papelaria para a loja nova (todos os proprietários de lojas antigas foram transferidos para lojas novas), ali se poderia fazer também o pagamento das reformas aos idosos e pensionistas, assim como os pagamentos de água, electricidade e telefone.

Como, porém, a firma Adolfo Alves Pestana alterou o projecto da loja, esta foi suspensa pela fiscalização da Câmara Municipal de Lisboa, impedindo a concretização do projecto e prejudicando milhares de pessoas do Bairro que não têm culpa do facto.

Considerando a necessidade de urgentemente se ultrapassar este problema, a célula do PCP afirma ainda que irá prosseguir a luta para que as carreiras 24 e 29 da Carris passem pelo interior do Bairro da Boavista e que não descansará enquanto os problemas da população não estiverem resolvidos.

CAMARADAS FALECIDOS

Fernando Francisco Grilo

Com 75 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Fernando Francisco Grilo. Estava organizado na freguesia de Agualva/Cacém, Sintra.

Herculano Barata Alpelhão

Faleceu recentemente, com 79 anos de idade, o camarada Herculano Barata Alpelhão, natural do Barreiro. Foi trabalhador da MONPOR. Membro do Partido desde 1975, realizou tarefas principalmente no Lavradio.

Vítor Manuel Roque

Faleceu no dia 4 de Janeiro, com 65 anos de idade, o camarada Vítor Manuel Roque, vidreiro reformado, da Marinha Grande. Membro do Partido desde muito jovem, sofreu cinco anos de prisão nas cadeias do Aljube, Caxias e Peniche. Apesar de preso pela Pide, nunca virou a cara à luta ou deixou de correr riscos pela defesa dos ideais que defendia e manteve vivos até ao fim.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Morreu

Fernanda Alves

Fernanda Alves, recitadora, encenadora e uma das maiores actrizes do nosso tempo, morreu na quinta-feira, no Porto, onde ensaiava o espectáculo vicentino «Barcas», a estrear proximamente no Teatro de S. João.

No apelo à participação de amigos e admiradores de Fernanda Alves na homenagem que constituiu o seu funeral - saído da Basílica da Estrela para o Cemitério dos Prazeres, em Lisboa -, a direcção do CCT/TEP classificou-a como «grande actriz e mulher de cultura, personalidade exemplar de cidadã» e uma das figuras que, «ao longo de quase cinco anos de carreira no TEP, nos anos sessenta, mais dignificou a arte teatral e a companhia do Teatro Experimental do Porto».

Membro do PCP desde 1967, a Direcção do Sector Intelectual de Lisboa do PCP, onde se encontrava organizada, afirma, em nota de pesar, que a morte de Fernanda Alves representa «uma perda irremediável» para o teatro português, pois ela, como ninguém, «era capaz de interpretar, respeitando as nuances que as definiam, personagens dotadas de um perfil, ao mesmo tempo rigoroso, subtil e comunicativo, trabalhado na sua interioridade».

Assumindo cada personagem como um ser único, Fernanda Alves «rejeitava o fácil, o secundário». Ao longo da sua carreira, interpretou dezenas de personagens «sem que repetisse os sinais que as definiam em termos sociais, políticos, culturais, em termos teatrais».

Fernanda Alves foi uma figura destacada do teatro



independente (societária do Teatro Moderno de Lisboa, fundadora dos Bonecreiros e da Barraca), passando por alguns dos seus principais grupos, como actriz e encenadora; pertencia ao elenco do Teatro Nacional D. Maria II; interpretou alguns dos maiores autores do teatro do nosso tempo; foi justamente homenageada no âmbito do Festival Internacional de Almada, em 1997, e foi em Almada que interpretou o seu último grande papel, na peça de José Sanchis Sinisterra, «O Cerco de Leninegrado».

Em telegrama de condolências enviado ao marido e família de Fernanda Alves, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, lamentou a perda desta grande figura do teatro e da cultura e, ainda, da camarada «sempre dedicada aos ideais da justiça e do progresso social».

TAP

Uma empresa de bandeira a defender

A Comissão Política do PCP considera de «extrema gravidade» as anunciadas intenções do Conselho de Administração da TAP de dividir a empresa em três, de substituir o Acordo de Empresa por um «Pacto Social» e de congelar salários e eliminar postos de trabalho. Em nota à comunicação social (que a seguir se transcreve), o PCP denuncia ainda o silêncio cúmplice do Governo do PS face a estes rumores.

Têm vindo a público notícias sobre a TAP que o PCP considera de extrema gravidade, sem que o Governo do PS tome posição, o que legitima a suspeita da sua concordância com as orientações e decisões que são divulgadas.

É, desde logo, de sublinhar que, aparentemente, não há nenhuma lógica que, num quadro de anúncio da aceleração das privatizações definida no Programa do Governo (onde está incluída a TAP), este tenha decidido da compra de parte do capital de uma empresa privada, a Portugaláia.

Tal decisão parece ser tanto mais irracional, no plano económico, quando o critério de avaliação para a compra de parte do capital dessa empresa residiu na sua facturação de 1998 (cerca de 22 milhões de contos) enquanto que relativamente à TAP, que

teve nesse mesmo ano uma facturação superior a 200 milhões de contos, aparece avaliada em 40 milhões de contos.

Simultaneamente, a ausência completa de qualquer referência, pela primeira vez, no Programa do Governo, sobre a Política de Transporte Aéreo e à sua empresa de bandeira, indicia que o Governo quer desresponsabilizar-se da obrigação de definir uma Política Aérea Nacional e desfazer-se da TAP a qualquer custo. Só assim se pode compreender o silêncio do Governo face às anunciadas intenções do Conselho de Administração tendentes à divisão da TAP em três empresas (transporte aéreo, handling e manutenção); às intenções de rever antecipadamente o Acordo de Empresa, substituindo-o por um «Pacto Social», com o objectivo de legitimar a divisão



O PCP entende que o Governo não pode manter silêncio sobre as medidas anunciadas para a TAP

da empresa; à vontade de congelar salários e eliminar postos de trabalho.

Manter identidade e independência

Sabendo-se que há outras alternativas ao Qualiflyer/aliança com a Swissair que indiciam soluções mais favoráveis para a

TAP, indo ao ponto da valorização da empresa, o que leva o Governo a insistir na solução Qualiflyer? Tudo isto indicia uma grande falta de transparência na política de alianças, nomeadamente o papel da TAP no Qualiflyer.

Neste contexto, não deixa de ser significativo o facto de o Presidente do Conselho de Administração ter demitido o director-geral comercial, no-

meado há pouco menos de seis meses.

O PCP defende uma TAP unida, com uma dimensão próxima da actual, mantida no sector público empresarial, única forma de manter as características de empresa de bandeira. Esta é uma empresa de aviação ao serviço de Portugal, da sua economia e das comunidades portuguesas no estrangeiro.

É também uma condição fun-

damental para a garantia da manutenção dos postos de trabalho com direitos. Aliás, conforme consta num relatório da Comissão Europeia, o número de trabalhadores, de postos de trabalho, com direitos é maior e mais estável nas companhias de bandeira dos países-membros do que nas pequenas empresas de aviação civil.

Sobre as opções na política de alianças estratégicas, no quadro da informação disponível, o PCP sublinha que o que melhor serve os interesses da TAP e do País é a que sirva para a sua complementaridade comercial, que reforce a manutenção da sua identidade e independência contrariando, no contexto da privatização, a actual política de submissão aos interesses da Swissair, visando a integração/fusão da TAP nesta aliança.

O PCP reclama do Governo, especialmente do primeiro-ministro, que informe o país e sobretudo os trabalhadores da TAP sobre as intenções e projectos quanto ao futuro da transportadora aérea nacional.

O PCP reafirma a sua solidariedade aos trabalhadores e à luta em defesa da TAP, dos postos de trabalho, dos seus direitos e salários.

Barreiro

Privatização da Quimigal aumentou o desemprego

A privatização e desmantelamento da Quimigal SA tem-se traduzido pelo aumento do desemprego e o empobrecimento de muitas famílias.

Assim, de acordo com o balanço feito pela Comissão Concelhia do Barreiro do PCP, desde a privatização da Quimigal, a pretexto de uma suposta reestruturação e modernização, já foram destruídos mais de 300 postos de trabalho.

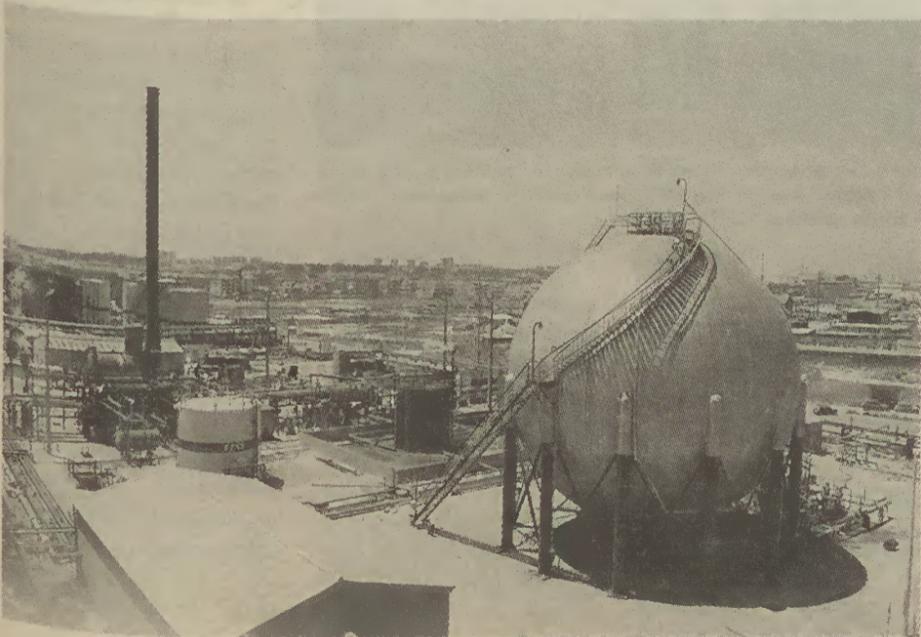
Existem, ainda, em várias empresas graves problemas de despedimentos colectivos e rescisão de contratos («despedimentos encapotados»); polivalência de funções; incumprimento da contratação colectiva e aumento da repressão na Adubo de Portugal, Lusol, Plasquisa, Quimitecnica, CIN e outras.

Por outro lado, enquanto se despede e retira direitos aos trabalhadores, assiste-se à intensificação dos ritmos de trabalho, ao recurso a trabalho

suplementar e à utilização de mão-de-obra temporária e sem direitos.

O resultado desta política está à vista: redução da capacidade e actividade no complexo da Quimiparque e encerramento de fábricas e sectores, como é o caso das instalações de produção, ensacamento e expedição de adubos compostos na ADP e na fábrica de margarinas da Lusol.

Para a concelhia do PCP, é, pois, necessário resistir a esta política do Governo PS com «fins ainda obscuros e inconfessáveis», que favorece a restauração dos grandes grupos económicos, nomeadamente do grupo Mellos/Cuf. Pelo que os trabalhadores devem continuar a lutar em defesa dos seus postos de trabalho e direitos, a exemplo do que têm feito os trabalhadores da Adubo Portugal e da Plasquisa.



Desde a privatização da Quimigal, já foram destruídos 300 postos de trabalho

Despedimentos na «Nórdica»

Governo permanece passivo

A Comissão Concelhia de Vila do Conde do PCP está indignada com o despedimento de 260 trabalhadores da empresa Têxtil «Nórdica» depois de, há meia dúzia de anos, após um complicado «Processo Especial de Recuperação de Empresas e Protecção de Credores», ter despedido cerca de uma centena de trabalhadores.

Os comunistas temem também os reflexos destes despedimentos no seio das famílias dos trabalhadores e no próprio comércio tradicional da cidade, visíveis que são ainda os efeitos do encerramento da «Míndelo» e da «Prazol» que lançaram no desemprego cerca de um milhar de trabalhadores.

No final de Dezembro, a «Nórdica» devia aos trabalhadores três meses e meio de salários, incluindo o 13.º mês e os trabalhadores, muitos deles há dezenas de anos na empresa, foram forçados a despedir-se com justa causa, para poderem beneficiar de apoios sociais. A sua situação é, na opinião dos comunistas, «extremamente delicada», tanto mais

que muitos deles, acreditando nas promessas de estabilidade do Governo, contraíram empréstimos para aquisição de casa.

Entretanto, as dívidas da «Nórdica» têm vindo a acumular-se, sendo que a dívida à Segurança Social excede largamente o milhão de contos e a EDP e a Telecom, no mês de Dezembro, cortaram o fornecimento de energia eléctrica e os telefones.

O Governo e os e os órgãos autárquicos de Vila do Conde continuam, porém, indiferentes à situação, que não fiscalizam, e permanecem passivos face ao avolumar de dívidas por parte do patronato. Mas os que «trabalham e sustentam o país» reclamam que, através da aprovação e aplicação da legislação em vigor, o patronato seja forçado ao cumprimento rigoroso das suas obrigações.

Por seu lado, a Comissão Concelhia de Vila do Conde do PCP, solidária com os trabalhadores da «Nórdica», reafirmam a sua intenção de continuar a lutar para pôr fim à precariedade do emprego e alcançar mais justiça social.

VIMECA retalia

Na sequência de uma greve às horas extraordinárias levada a efeito pelos trabalhadores da VIMECA/LT, a administração desta empresa decidiu, como forma de retaliação, impedir que os trabalhadores façam horas extraordinárias, facto de que resulta ficarem diariamente 50 a 60 autocarros parados no parque da empresa.

A administração da VIMECA está ainda a criar uma situação de «discriminação inaceitável», ao recusar um mesmo Acordo de Empresa para todos os traba-

lhadores, sejam eles originários da antiga VIMECA ou da ex-Rodoviária Nacional de Queluz de Baixo.

A Comissão Concelhia de Oeiras do PCP, a quem cabe a denúncia, diz que com a atitude que tomou, a administração da VIMECA, concessionária do serviço rodoviário de transportes públicos nos concelhos de Oeiras e Amadora, «tem vindo a causar graves transtornos à população».

O PCP manifesta, assim, o seu apoio e envolvimento na

luta das populações contra esta situação e exige da administração da VIMECA/LT a satisfação das justas reivindicações dos trabalhadores e «uma posição responsável e séria nas negociações».

Ao mesmo tempo, chama a atenção da população de Oeiras para as consequências nefastas que advêm da privatização ou concessão a privados de serviços públicos essenciais, como é o caso do transporte público rodoviário.

TRABALHADORES

Membros da Comissão Sindical da Kallen e da organização do Partido relataram ao «Avante!» os episódios mais significativos dos quase 30 anos de vida da empresa, questionando os motivos que levaram à actual situação

Aveiro

O 6.º Congresso da União dos Sindicatos de Aveiro vai ter lugar em Abril e o seu regulamento vai ser submetido ao plenário da estrutura distrital da CGTP, convocado para a próxima quarta-feira. Na primeira reunião realizada neste ano, a Comissão Executiva da USA decidiu apresentar ao plenário, para discussão e aprovação, o plano de actividades e o orçamento para 2000. Foram ainda analisadas orientações relativas a iniciativas que vão ter lugar até ao Verão, no quadro das acções da CGTP em Março e em Junho, apontadas à presidência portuguesa da UE, entre outras.

Reis Barbosa

Reúnem hoje no Porto representantes dos trabalhadores e o proprietário da empresa Reis Barbosa & Filhos, da Afurada (Gaia), que não pagou os salários de Dezembro. Na delegação do Ministério do Trabalho vai ser procurada uma solução para o problema. Domingos Pinto, do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário do Porto, disse à Agência Lusa que as 80 trabalhadoras da empresa, que terça-feira se concentraram à porta da fábrica reclamando o pagamento dos salários, acederam em desmobilizar, após o patrão ter concordado em participar na reunião. «Pretendemos encontrar uma solução, de forma a assegurar os postos de trabalho, mas neste momento estamos sobretudo concentrados em conseguir o pagamento do mês de Dezembro», que o proprietário da empresa se tinha comprometido efectuar até segunda-feira, disse Domingos Pinto. A unidade fabril encerrou segunda-feira, tendo o proprietário da empresa prometido liquidar os salários das trabalhadoras até à data de encerramento.

Frio

Os alunos e professores de cerca de quarenta por cento das escolas do primeiro ciclo do ensino básico da Região Centro «morrem» de frio, revela um levantamento efectuado pelo SPRC. O Sindicato dos Professores da Região Centro confirmou assim a existência de deficiências graves ao nível do sistema de aquecimento das escolas de toda a região. Uma nota de imprensa citada pela Lusa refere que, embora a situação «afecte todos os sectores da educação e ensino, pelas características da rede e dos edifícios, ela é mais grave ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico, onde 40 por cento das escolas não tem qualquer sistema de aquecimento instalado». As deficiências foram detectadas em 59 concelhos, afectando milhares de alunos e professores, que trabalham em salas de aula sem as necessárias condições de conforto, verificando-se mesmo, em alguns casos, temperaturas de zero graus centígrados.

«Não nos pagam, mas há dinheiro...»

Falência da Kallen gera dúvidas e protestos

Muito perto da Ota, o terreno e os edifícios da fábrica de confecções poderão render muito dinheiro à VET France Disfra. Quem fica a perder são 120 trabalhadores, que no final de Janeiro acumularão o maior volume de créditos arrolados num processo de falência que os membros da comissão sindical consideram *sui generis*.

O caso da Kallen foi relatado ao «Avante!» numa conversa em que participaram **Nazaré Rodrigues**, costureira, com 25 anos de casa e outros tantos de actividade sindical, e que também integra a Concelhia de Alenquer e a DORL do PCP; **Ana Eucário**, preneira há 4 anos e delegada sindical (que resistiu a uma tentativa de despedimento no final de dois anos e meio de contratos a prazo e conquistou, com o apoio do sindicato, o direito ao vínculo efectivo); **Helena Rodrigues**, controladora de qualidade, com 27 anos de trabalho na Kallen, e dirigente sindical; **Maria João Gomes**, costureira com 17 anos na empresa e delegada sindical; e **Bento Luís**, responsável da organização do Partido nas empresas do concelho.

Paz atribulada

Começaram por recordar que a Kallen instalou-se no Casal do Cartaxo, em Cheganças, no ano de 1972, por iniciativa de uma multinacional alemã. Fabricava então apenas calças dos modelos clássicos.

Após o 25 de Abril, os alemães vendem a fábrica a um industrial de Oliveira do Hospital. Carlos de Brito ensaiou a produção de casacos e fatos de senhora, mas ao fim de cinco anos desencadeou um processo de falência. Tinha comprado a empresa por 12 mil contos, mas já apresentava 8 meses de salários em atraso e 200 mil contos de dívidas.

A VET France, que era já cliente, compra a Kallen no início da década de 80. Acordou condições mais favoráveis para pagar a dívida aos trabalhadores, fez algumas modificações na empresa e passou a comercializar toda a produção da Kallen.

Através da VET France, a fábrica orienta a sua produção para a *Bruno Saint-Hilaire*, respondendo às exigências de alta qualidade da marca BSH. A VET decide começar a passar encomendas de outros clientes para outras empresas portuguesas, a *feito*. Além da Gouveia, em Viseu, e da HF, em Odivelas, os representantes dos trabalhadores referem-nos ainda a Integal, em Carregal do Sal, que foi praticamente criada com trabalho que deixou de ser feito na Kallen e que assim se mantém.

Face aos alertas dos trabalhadores e dos delegados e dirigentes do Sindicato Têxtil do Sul, os responsáveis da empresa

minimizavam os motivos de preocupação derivados da grande dependência de um único grande cliente, que dava trabalho para todo o ano e pagava os preços acordados nos prazos previstos.

Apesar de alegar sempre a existência de dificuldades, como motivo para manter salários muito baixos, a gerência não provocava conflitos e foi mesmo, no distrito de Lisboa, a primeira a aceitar a redução do tempo normal de trabalho para 40 horas semanais, com respeito pelas pausas, em 1987.

No final de 1989, um dos principais responsáveis da empresa em Portugal desaparece, ficando a saber-se que teria desfalcado a Kallen em cerca de 150 mil contos. Com este pretexto, a Kallen contrai um empréstimo de 180 mil contos junto de um banco suíço.

Nazaré Rodrigues diz que nunca se notou que tenha havido especial esforço para encontrar o gerente desaparecido e responsabilizado pelo desfalque, Oliveira Santos. Mais estranho ainda, foi a recente revelação de que, afinal, o empréstimo – que seria para fazer face ao desfalque – começou a ser negociado ainda por aquele responsável. Para culminar, o dinheiro do empréstimo nunca entrou em Portugal.



Desde 3 de Dezembro, os responsáveis da empresa deixaram de comparecer na fábrica, mas as trabalhadoras mantiveram a laboração e agora, sem combustível para a caldeira, cumprem o horário recorrendo até a aquecedores que levam de casa

Nas contas de 1997, a que tiveram acesso, os representantes dos trabalhadores espantam-se com a existência de 250 mil contos de dívidas incobráveis. Acabam por ser informados de que o dinheiro que a VET France não pagou à Kallen serviu para custear indemnizações a trabalhadores de empresas encerradas em França.

A gerência francesa, entretanto, decide delegar a gestão corrente da Kallen em José António

Soares, antigo electricista que passou a chefe de produção e assumiu a direcção da empresa, em nome dos franceses, que se deslocavam à fábrica meia dúzia de dias por mês. Os representantes dos trabalhadores insistiram, junto dos franceses, em alertar para a degradação do ambiente de trabalho (no relacionamento de José António Soares com os trabalhadores e nas negociações do Acordo de Empresa com a comissão sindical) e também para as consequências negativas da falta de investimentos. Mas, apesar das reuniões com Michel Ruscassie, em que este até agradecia as críticas e sugestões dos delegados sindicais, nada se alterou. Já corria o ano de 1999.

Alertado em Fevereiro, o gerente francês reúne ainda com a comissão sindical em Julho, promete novo encontro em Setembro, mas acaba por só comparecer na empresa em Outubro. Só que, nesses dias, dava entrada no tribunal um pedido de falência.



raramente pára na fábrica, tal como o seu mandatário Soares. Por essa altura, a Kallen deixa de receber encomendas para a BSH e passa a trabalhar com tecidos antiquados.

Uma carta armadilhada

Questionado insistentemente, José António Soares esclarece que o cliente optou por encomendar o



trabalho na Roménia, mas descansou os representantes dos trabalhadores, afirmando que a empresa procurava novos clientes e havia condições para pagar todos os compromissos até final do ano. O gerente francês, contactado no mesmo dia 26 de Novembro, acabou por dizer no dia 30 à comissão sindical que fosse levantar aos correios uma carta registada.

Esta continha a informação de que a empresa decidira avançar com um processo de despedimento colectivo, alegando a perda do cliente principal, a quem a Kallen vendera, em 1998, calças no valor de mais de 200 mil contos (numa facturação total de 216 mil). Para resolver as questões ligadas ao despedimento, ficava mandatado um escritório de advogados; mas, para os trabalhadores poderem reclamar os seus créditos, dava entrada no tribunal um pedido de falência.

mais de 40 mil contos na dívida de 1989, que entretanto já passara para outro banco suíço.

No início de Dezembro, os advogados informam por fax que José António Soares está impedido de movimentar as contas bancárias da empresa. Para os trabalhadores, isto mostra que há contas, embora impeça o pagamento dos salários de Novembro.

Desde essa manhã de 3 de Dezembro, Soares abandonou a Kallen. Desde então, os trabalhadores ficaram entregues a si próprios e mantiveram a laboração. No dia 3 de Janeiro, quando se acabou o combustível para a caldeira que alimenta os ferros de engomar, a prensa-gem... e o aquecimento da fábrica, a produção parou, mas continuam a cumprir o horário.

Também as empresas subcontratadas pela Kallen conti-

nuam a trabalhar para a VET France. O mesmo camião que carregava em Cheganças recolhe a produção para entregar em França.

Os trabalhadores mantêm-se unidos e alerta. Querem encontrar-se com «o sr. Michel», mas os advogados dizem que precisam fazer primeiro «o trabalho de casa». Exigiram que, até ontem, fosse feito o pagamento dos salários e assegurada a direcção da empresa e o seu normal funcionamento. Hoje, em plenário, vão analisar as respostas. Alertam, desde já, que no final de Janeiro os seus créditos vão superar os 200 mil contos, ultrapassando assim os 148 mil reclamados pelo banco suíço.

Mesmo sem fazerem estas contas, já se tinham apercebido que, se pode haver alguém que lucra com este estranho caso, os trabalhadores – mulheres que, na esmagadora maioria, recebem ordenados de 67500 escudos – estão desde há muito a perder. Mas não estão dispostos a aceitar a injustiça como fatalidade.

TRABALHADORES

Sindicatos de Setúbal criticam acção do Governo

Ano Novo começou com políticas velhas

O aumento do desemprego no distrito vê-se no número crescente de desempregados e na degradação da qualidade do emprego, diz a União dos Sindicatos de Setúbal, apontando os casos do grupo Valério, da Norporte, da Lusol, da Lisnave, da Lear e da Montitec.

«O Governo do Partido Socialista entrou no ano 2000 com a sua velha política, aumentando os preços de serviços públicos essenciais muito para além do esperado», enquanto «para os aumentos salariais dos trabalhadores da Administração Pública os critérios já são outros», protesta a USS/CGTP-IN, numa nota de imprensa que divulgou após a primeira reunião realizada este ano pela sua Direcção.

A União coloca particular ênfase no aumento dos preços do serviço universal de telecomunicações, a cargo da Portugal Telecom, com a subida da assinatura mensal e das chamadas locais em valores muito acima da inflação esperada.

Refere ainda os aumentos dos preços do gás para uso doméstico, das portagens das auto-estradas e dos correios.

Aos trabalhadores do Estado, no entanto, o Governo propõe uma actualização salarial em valor que apenas iguala a inflação esperada, o que «é igual a dizer-se que os salários aumentam menos que os preços e que iria aumentar o fosso em relação aos salários médios da comunidade».

Ao patronato, seguindo critério diferente, o ministro da Economia e das Finanças «promete descida dos impostos e, certamente, mais uns milhões de benesses fiscais em sede de Orçamento de Estado», nota a USS.



Nos últimos três meses os centros de emprego do distrito de Setúbal registaram uma constante subida do número de desempregados (foto de arquivo)

Os sindicalistas de Setúbal consideram haver condições para que os trabalhadores desencadeiem lutas por melho-

res salários, nomeadamente na Administração Pública. No quadro das acções da CGTP por ocasião da Cimeira Europeia, em Março, a USS vai realizar uma iniciativa «Pela qualidade do emprego, contra a precariedade».

Para 10 de Março, está convocado o 6.º Congresso da União.

Desemprego agravado

Apesar das declarações oficiais de preocupação, no dis-

trito «mantém-se e agrava-se o problema estrutural do desemprego», salienta a União, citando os números do Instituto do Emprego e Formação Profissional, que «apresentam uma constante subida» após as eleições de Outubro.

Para além das estatísticas, a USS sublinha que o crescimento do desemprego se nota também no encerramento de empresas do grupo José Valério, no arrastamento da situação de despedimento colectivo na Lusol e nas declaradas intenções do grupo Mello de redu-

zir postos de trabalho na Lisnave e atacar direitos dos trabalhadores.

O caso da Lear Corporation, frequentemente apresentado como exemplo de criação de emprego no distrito, é para a USS «sintomático» de como se degrada a qualidade de emprego:

«A Lear Corporation recebeu milhares de contos para se instalar em Setúbal; obrigou-se a ter 4022 trabalhadores efectivos no final de 2002 e a mantê-los até 2007; no final de 1999 tinha 2060 trabalhadores, dos quais cinco efectivos».

«Não satisfeita, iniciou um processo de despedimento de contratados a prazo, em fim de contrato, ao mesmo tempo que ia admitindo novos trabalhadores, a prazo, aos quais o IEFP indicara para três meses de formação, aproveitados pela empresa na produção», denuncia a União.

Na nota é apontado também o caso da Montitec, como «mais um, de entre muitos exemplos de utilização abusiva e ilegal de contratados a prazo».

A Direcção da USS acusa ainda o Governo de não abranger o distrito com a declarada paixão pela Saúde, uma vez que pretende encerrar os serviços do Hospital de Palmela a partir da meia-noite e admite fechar o Hospital de Alhos Vedros.

Por melhores salários nos têxteis e lanifícios

«É chegado o tempo dos industriais negociarem melhores e mais justos salários», afirma a Fesete/CGTP-IN, num comunicado em que apela ao envolvimento dos trabalhadores no processo de revisão da contratação colectiva para o sector de têxteis, malhas, têxteis-lar, lanifícios e tapeçaria.

A federação lamenta que tenha terminado 1999 sem que fosse possível negociar o contrato colectivo, tanto no que toca a clausulado geral, como no que respeita aos aumentos salariais, que deviam vigorar desde o início do corrente ano.

Nas reuniões realizadas com os representantes patronais, estes foram intransigentes: não aceitam nenhum aumento salarial superior à inflação enquanto os sindicatos não aceitarem a polivalência de funções em grandes áreas de produção (fição, tecelagem, acabamentos, estampanaria, etc.), a flexibilidade de horários durante 12 sábados por semestre, e nova regulamentação sobre faltas, férias e 13.º mês.

A Fesete recorda que as estruturas sindicais admitem negociar «novas matérias necessárias ao bom funcionamento das empresas», mas recusam qualquer proposta que venha reduzir os já baixos rendimentos dos trabalhadores, num historial recente de desvalorização dos salários.

«Ao fim de dez anos de vultuosos investimentos na reestruturação e modernização das empresas, de que resultaram empresas mais competitivas, melhor qualidade dos produtos e uma redução de dezenas de milhar de postos de trabalho nestes sectores», a federação e os sindicatos defendem que «é urgente dar passos nas próximas reuniões de negociação».

A actualização reivindicada para 2000 prevê aumentos de cinco contos para a maior parte dos grupos salariais, sobre valores que em 1999 variaram entre o salário mínimo nacional e 120 contos. «Não é pela nossa proposta que as empresas deixam de ser competitivas», afirma a federação.

Enfermeiros querem até Março definição do risco profissional

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses quer ver rentabilizados os recursos do Serviço Nacional de Saúde e consagrados o risco, a penosidade e a insalubridade da profissão de enfermagem. Enquanto aguarda uma contraproposta do Ministério da Saúde em relação a esta última questão – no contexto do processo negocial já iniciado com a nova equipa da tutela –, o SEP afirma desde já esperar apenas até Março para ver resolvida a situação.

Guadalupe Simões, da direcção do SEP, adiantou à Agência Lusa que, se até Março este assunto não estiver concluído, o sindicato avançará para «outras formas de luta».

A par da melhoria das condições de trabalho dos enfermeiros, o SEP defende ainda ser necessário avançar com um conjunto de medidas prioritárias, que «coloquem o cidadão no centro do sistema e, simultaneamente, diminuam um pouco os gastos orçamentais». Entre estas, encontram-se a rentabilização dos recursos humanos e técnicos do Serviço Nacional de Saúde, uma possibilidade que é fundamentada por «estudos que demonstram que, se fosse aproveitada toda a capacidade instalada, era possível servir todos os utentes do SNS», frisou Guadalupe Simões.

O reforço da posição dos centros de saúde como «porta

de entrada» no sistema, a criação da figura do enfermeiro de família como modo de melhorar o acesso dos utentes aos cuidados de saúde, o desenvolvimento dos medicamentos genéricos e a dispensa dos medicamentos nas farmácias por dose útil são outras propostas defendidas pelo sindicato e apresentadas anteontem em conferência de imprensa. Prioritária, para o SEP, é também a dispensa, aos doentes das urgências e consultas externas através das farmácias hospitalares, dos medicamentos cujo fornecimento desta forma sai mais barato ao Estado do que a participação no custo das farmácias privadas.

Convocados plenários na Portugal Telecom

A Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom e os sindicatos decidiram realizar dia 20 um plenário regional de trabalhadores, no Porto, e um plenário nacional, em Lisboa, dia 28. Estas acções inserem-se na resposta das ORTs à reestruturação em curso na PT, onde vários sectores estão a ver as suas actividades entregues a novas empresas participadas. Neste contexto, a empresa confronta centenas de trabalhadores com contratos de cedência que não salvaguardam os direitos e as regalias conquistadas e consignadas no Acordo de Empresa da PT.

As organizações representativas dos trabalhadores, ao fazerem na semana passada o balanço das acções levadas a cabo e das posições da administração (Comissão Executiva), presidida por Murteira Nabo, recordaram que «o processo negocial do AE/98 e os seus históricos plenários no Porto e no Pavilhão dos Desportos de Lisboa provaram que os trabalhadores da PT não gostam que se despreze nem provoque as suas ORTs».

Criticando severamente o facto de os responsáveis da PT



Os protestos dos trabalhadores vão subir de tom, para defender aquilo que a PT lhes quer retirar a pretexto da liberalização das telecomunicações (foto de arquivo)

e, em particular, o seu presidente, não reunirem com os representantes dos trabalhadores «há já longos meses» e avançarem com profundas alterações na empresa sem que as ORTs fossem ouvidas, admite-se no comunicado da CT e dos sindicatos que seja necessário realizar «acções de luta mais fortes». Murteira Nabo, sublinham, apenas reuniu duas vezes com as organizações dos trabalhadores do grupo, desde 1996.

Na reunião de dia 5, na sede da CT, os membros das ORTs concluíram que os plenários rea-

lizados nos serviços de Informática (em Lisboa, Porto e Coimbra) e na área de serviços empresariais (PT Prime, em Lisboa) foram «bastante participados», mostrando que «os trabalhadores em causa estão dispostos a lutar pelos seus direitos». Nas moções aprovadas – e depois entregues a Murteira Nabo e ao Ministério do Equipamento Social – exige-se que a administração da PT negocie previamente com os sindicatos regras que defendam os postos de trabalho, bem como os direitos e benefícios conquistados.

JCP da Terceira debate ensino

A JCP da Terceira, Açores, reuniu recentemente com vista a analisar a situação política regional e local.

Os jovens comunistas açorianos analisaram, em particular, questões ligadas ao ensino, nomeadamente a situação dos docentes e a proliferação de programas de formação profissional, «numa corrida desenfreada a fundos comunitários, sem serem tidas em conta as condições humanas e materiais existentes na região».

Em face do crescente número de alunos com dificuldades de aprendizagem, a JCP/Terceira defende que o governo deveria tomar algumas medidas de fundo, nomeadamente a reestruturação do sistema de ensino, começando pela primária, «visto que muito do insucesso escolar se deve ao facto de os alunos chegarem aos 2.º e 3.º ciclos com uma preparação básica insuficiente».

Laboratórios sem segurança

O Sindicato dos Professores da Região Centro afirmou, em Coimbra, que há laboratórios químicos de escolas em condições preocupantes. Em comunicado, o sindicato refere que, no âmbito do trabalho desenvolvido «em defesa da melhoria das condições de higiene, segurança e de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino, teve acesso a dados sobre esta matéria e pode afirmar, com toda a certeza, que há laboratórios cujas condições são preocupantes». A estrutura sindical lembra ainda as «declarações infelizes do secretário de Estado dos Recursos Educativos a propósito de uma denúncia feita pela Associação de Consumidores de Portugal sobre a matéria, em que negou a sua razão de ser. Simultaneamente registava-se a explosão de um laboratório na Universidade de Aveiro.

O mais antigo clube de campismo

O mais antigo clube português de campismo – o Clube de Campismo de Lisboa (CCL) – fez terça-feira 59 anos.

Sócio número um e fundador da Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo, o CCL tem actualmente cerca de 60 mil associados e cinco parques, na Costa da Caparica (2), Almornos (Sintra), Melides (litoral do Alentejo) e Ferragudo (Algarve) e outro em construção em Torres Novas.

A festa de aniversário está marcada para o próximo sábado, na Quinta da Valenciana, em Fernão Ferro, cerimónia para que foram convidadas diversas entidades oficiais.

No âmbito das suas actividades nos parques de campismo, o CCL incentiva à prática de modalidades desportivas, entre as quais o andebol, futebol de salão, surf, bodyboard, natação, voleibol, montanhismo, atletismo, ténis de mesa, cicloturismo e jogos tradicionais portugueses.

O clube organiza periodicamente excursões pelo país e ao estrangeiro, destinadas aos seus associados, e viagens de estudo, salientando-se ainda na área cultural as actividades de teatro, concursos de actividades recreativas e culturais, grupo coral, rancho folclórico e filatelia. Há actualmente em Portugal 56 clubes de campismo e caravanismo, enquanto o número de campistas filiados (até Dezembro de 1998) ascendia a 72.635.

Atentado urbanístico na Aldeia do Meco

Depois da emissão de alvará de urbanização e construção por parte da Câmara Municipal de Sesimbra para o projecto de urbanização previsto para a Aldeia do Meco, e das declarações do ministro do Ambiente no sentido de inviabilizar a urbanização no Meco, o grupo parlamentar de «Os Verdes» dirigiu um requerimento ao Ministério do Ambiente para saber das medidas que terão sido tomadas para anular a permissão de construção, dada a urgência de acção nesta matéria.

«Os Verdes» reafirmam «que o projecto em questão constitui um grave crime ecológico, que estamos perante uma zona classificada e por isso com estatuto de protecção a preservar, e que o interesse público deve, obviamente, prevalecer sobre a pretensão de construção da empresa alemã em questão».

Apoio às colectividades

O Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa apresentou, dia 7 de Janeiro, no Fórum Lisboa, o processo de candidatura das colectividades do concelho aos apoios a atribuir no ano 2000. Esta sessão pública de apresentação é a primeira etapa de um processo que terminará no dia 31 de Março, data em que serão divulgados publicamente os apoios a atribuir.

O processo é regulado por critérios aprovados em 1996 pelas próprias associações na Festa das Colectividades de Lisboa. Em 1997, o primeiro ano em que foram aplicados os critérios, foram atribuídos 90 mil contos a 120 colectividades para a realização de obras, actividades e projectos especiais. No ano seguinte, o número de candidaturas subiu para 183 e a verba atribuída foi de 150 mil contos e, em 1999, foram distribuídos 157 mil contos por 209 colectividades.

Os apoios incidem sobre áreas tão diversas como as actividades desportivas regulares, projectos especiais e ainda obras de construção, manutenção ou ampliação de sedes sociais e instalações desportivas cobertas ou ao ar livre.

Nas diferentes fases de debate deste processo vão participar os técnicos do pelouro do Desporto da CML, as juntas de freguesia, a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e todas as colectividades interessadas.

CDU/Madeira propõe «Fundo de solidariedade» contra a miséria

Garantir novos mecanismos de apoio social enquanto vector para o desenvolvimento local é o objectivo das propostas de alteração do orçamento regional para 2000, apresentadas pelo grupo parlamentar da CDU na Madeira.

Em conferência de imprensa realizada no passado dia 7, o grupo parlamentar apresentou a proposta de criação de um *Fundo de solidariedade*. Esse fundo, a ser incluído já no orçamento regional para 2000, corresponderia a uma aplicação dos recursos públicos para o apoio directo a opções específicas de erradicação da pobreza.

O fundo deveria ser dotado de uma verba de 4 milhões de contos, fruto da reorientação dos recursos financeiros, «por forma a implementar políticas redistributivas sem custos acrescidos em termos de crescimento económico».

A CDU/Madeira critica os sucessivos orçamentos regionais, ao longo de mais de duas décadas de *poder absoluto* do PSD/Madeira, por se caracterizarem por «uma completa falta de preocupação pelos problemas sociais».

Considerando que o Governo Regional elabora os seus orçamentos «com base numa visão de desperdício de dinheiro em privilégios», o grupo parlamentar lembra os milhões que se gastam com o golfe e com o futebol profissional ou para apoiar o *Jornal da Madeira*.

«O combate à miséria e à desigualdade social não se faz com a caridade dos chás ou com planos vagos e indefinidos», sublinham os comunistas madeirenses. Impõe-se, sim, «recorrer a um grande conjunto de medidas que requerem recursos continuados e suplementares, à escala regional».

Essa a razão de ser da proposta de criação do *Fundo de Solidariedade*. Na certeza de que «o desenvolvimento económico, associado a reais políticas sociais compensatórias, pode mesmo reduzir as desigualdades. Há é

que saber como promover esse desenvolvimento».

Meia Serra Unir forças

Todos os partidos da oposição madeirense se juntaram agora à luta que tem vindo a ser desenvolvida pela CDU/Madeira, designadamente pelo deputado à Assembleia Legislativa Regional, Edgar Silva, contra as condições de insegurança da estação de resíduos da Meia Serra.

No quadro das acções de protesto que se repetiram no passado dia 9, os partidos da oposição madeirense comprometeram-se a unir forças para resolver os problemas ambientais provocados pela Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, que tem vindo a ser contestada pela população.

Durante uma concentração na Quinta da Vigia, a oposição madeirense decidiu elaborar um documento de compromisso de combate à situação nesta estação e promover um abaixo-assinado para entregar ao Provedor da Jus-

tiça e às principais instituições europeias.

A concentração decorreu depois de um buzinao que envolveu cerca de 30 automóveis, num percurso entre a Estação da Meia Serra e a cidade do Funchal. Alguns populares da Camacha, Meia Serra e Ribeiro Serrão tentaram, sem o conseguir, entrar na Estação de Resíduos para ver a evolução das obras do muro de um dos aterros que desabou no princípio de Dezembro.

Com palavras de ordem como *A luta continua/Jardim lixeira para a rua ou Meia Serra não/abaixo Alberto João*, a mobilização popular reuniu cerca de duas centenas de pessoas que se comprometeram a continuar a luta contra a estação.

No início de Dezembro de 1999, um dos muros do suporte de um aterro da Estação de Resíduos desabou, fazendo cair toneladas de material depositado sobre uma das lagoas de água lixiviante, o que provocou uma espécie de onda de terra, lama e pedras que se abateu sobre a população do Ribeiro Serrão.

Solidariedade com Timor para a reconstrução do novo país

Estão neste momento em fase de criação grandes redes de solidariedade com Timor, de par da miríade de pequenas iniciativas que têm vindo a desenvolver-se por todo o país.

Assim, e na continuidade da campanha de solidariedade com o povo de Timor, está a ser constituída uma Organização Não Governamental (ONG), que englobará várias instituições, entre as quais a FENPROF, o Instituto Irene Lisboa e o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC).

Entre as iniciativas já em curso, salientam-se a reedição da *Cartilha Maternal* de João de Deus, pela Câmara Municipal de Lisboa, numa edição integralmente destinada a Timor; o envio de livros, em português, sobre Timor; e *Uma Escola por Timor*, iniciativa da FENPROF que está a ter uma aceitação muito positiva.

No quadro desta campanha insere-se nomeadamente a edição de um CD, com a participação de M. Freire, Pedro Barroso, Isabel Silvestre e outros autores, e a venda de postais de Natal patrocinada por várias escolas. Através da recolha de fundos a canalizar para uma conta entretanto aberta, participa ainda activamente a CIG – Confederação Intersindical Galega.

A FENPROF reafirma, por outro lado, a sua disponibilidade e o seu empenho para dar apoio na formação de professores para Timor e na reflexão sobre a construção de um sistema educativo adequado.

Municípios solidários

Uma delegação da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) deslocou-se a Dili para uma ronda de contactos com o objectivo de definir em que sectores poderá contribuir para a reconstrução de Timor-Leste.

Até agora a ANMP já contribuiu com cerca de 40 mil contos – entre bens e fundos – no quadro de uma campanha *para a reconstrução do novo país*, envolvendo todos os municípios portugueses, que visa angariar uma verba inicial de 200 mil contos.

Para além de um carregamento de placas de zinco, a ANMP forneceu ao Conselho Nacional de Resistência Timorense

(CNRT) material de escritório e didáctico, computadores, rádios de alta frequência e outro equipamento.

Outro dos aspectos em estudo pela ANMP centra-se na formação de quadros timorenses, nomeadamente através da disponibilização da sede da instituição, em Coimbra, ou de municípios portugueses, para programas de treino de técnicos timorenses.

Igualmente em estudo está uma bolsa de geminações para apoiar o território de Timor-Leste, através da qual os 308 municípios portugueses poderão unir esforços para programas de parceria com as 13 câmaras do território.

O projecto deverá ser debatido durante o próximo congresso da ANMP, marcado para este

fim-de-semana, em Vilamoura, Algarve.

Loures apoia reconstrução

Dez mil contos é o valor da verba aprovada pelo Município de Loures para ajuda à reconstrução do território timorense, no âmbito da iniciativa lançada pela ANMP e da campanha *Reconstruir a esperança, uma casa para Timor*.

A maior fatia do apoio, nove mil contos, vai para a reconstrução de casas destruídas pelas milícias e militares a soldo da Indonésia. A autarquia manifesta ainda a sua disponibilidade em estabelecer um protocolo de cooperação com um município timorense, com vista à reabilitação das infra-estruturas fundamentais.

Incineradora militar em Alcochete

A eventual instalação de uma unidade de desmantelamento e de eliminação de material militar em Alcochete, levou o grupo parlamentar «Os Verdes» a questionar o governo, no passado dia 7, em plenário da Assembleia da República, sobre as suas possíveis consequências para a população.

O movimento ecologista sublinha em particular o secretismo e a falta de informação à população e respectiva autarquia, que têm marcado a conduta do governo nesta questão. Considerando que se trata de materiais perigosos, «Os Verdes» consideram que «as preocupações de ameaça à saúde pública e à qualidade ambiental são reais e legítimas».

À pergunta concreta do grupo parlamentar sobre o tipo e quantidade de material a eliminar, bem como o método a utilizar para o efeito, o ministro respondeu que está em causa a eliminação de 184 mil minas anti-pessoais, confirmando que a combustão seria uma realidade e portanto a previsão de métodos de incineração e ainda a emissão de gases e a produção de escórias, que seriam futuramente armazenadas em silos.

Um processo que, de momento, está ainda em fase de estudo, e que «Os Verdes» irão acompanhar de forma regular para que as populações venham a ter um papel activo, de participação, numa questão que tem implicações na qualidade de vida.

NACIONAL

Milhões de contos para a agricultura

Muita parra para pouca uva

«Quem mais e melhor trabalha, a agricultura familiar, recebe os *tostões* orçamentais; os grandes proprietários absentistas, a grande agro-indústria intensiva (e a Banca) recebem os milhões...» - esta é, em linhas gerais, uma primeira apreciação da Confederação Nacional da Agricultura - CNA à *chuvada* de milhões de contos anunciada pelo Ministério da Agricultura para o sector agrícola.

Em comunicado de imprensa, a CNA começa por considerar que os valores anunciados, podendo embora impressionar a opinião pública, não permitem alimentar grandes expectativas. Antes do mais porque «a agricultura continua em crise e sujeita a um contexto muito difícil, com sucessivas baixas de preços, com falta de escoamento dos produtos, com a *invasão* de importações desnecessárias e sem controlo eficaz, com as más perspectivas do alargamento da União Europeia a outros países, com mais ameaças em resultado das (re)negociações da OMC, Organização Mundial do Comércio».

Uma das críticas de fundo da CNA aos anunciados *milhões* para a agricultura reside na «grande e enganadora *mistura* de programas e de intenções».

Assim, e em relação às *ajudas*

directas ao rendimento, quase 50% do total são verbas exclusivamente dos orçamentos da União Europeia. Este tipo de ajudas foi estabelecido, desde 1992 para *compensar* os agricultores pela perda de rendimentos motivada pelas grandes baixas nos preços, à produção, impostas pela Política Agrícola Comum - PAC e que, em média, cobrem apenas 60% da baixa dos preços agrícolas.

Também as verbas em princípio disponíveis para o novo Plano Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural, resultam de uma *mistura* de diferentes programas e passam a exigir co-financiamento dos agricultores a cerca de 50% (contra os anteriores 35%, em média).

A *mistura* abarca ainda outras verbas, nomeadamente as do próximo Leader e até dos apoios à política das pescas.



Um sistema de distribuição extremamente injusto

A profunda injustiça na distribuição dos dinheiros públicos destinados à agricultura é outra crítica de fundo da CNA à política implementada nesta área pelo governo.

Até hoje, 90% desses dinheiros «foram parar ao bolso de menos de 10% dos maiores agricultores, proprietários da grande agro-indústria e da Banca».

Das verbas anuais destinadas às *ajudas directas ao rendimento* apenas 1% de grandes agricultores recebe mais de 40% (42 milhões de contos), enquanto que as 266 842 explorações familiares recebem,

em média e por ano, apenas 103 contos cada.

Uma questão a que agora se somam as defraudadas expectativas em relação à *modulação* das ajudas.

O ministro da Agricultura anunciou finalmente a intenção de aplicar fórmulas de *modulação* (redução progressiva, por escalões) das *ajudas directas ao rendimento* dos maiores beneficiários. Um mecanismo que, nosso país, permitiria uma *poupança* de cerca de 8 milhões por ano, que poderiam reverter para os programas específicos do Desenvolvimento Rural. Serão entretanto bem mais limitados os ganhos, pois o governo decidiu só aplicar a *modulação* nas *ajudas directas* acima dos 10 mil contos. Valores que ultrapassam, por exemplo, os aplicados em França, em que as reduções neste tipo de subsídios começam a partir dos 7600 contos/ano e por agricultor.

Medidas positivas versus medidas negativas

A CNA regista, apesar de tudo, algumas melhorias. Por exemplo, «o (eventual) aumento de subsídio à primeira instalação de jovens agricultores, o tratamento diferen-

ciado (simplificação/majoração) ao investimento nas explorações familiares, o aumento das verbas para a floresta (esperemos que principalmente para a floresta não-industrial...); há a criação dos Planos Operacionais *Regionais* com a respectiva decisão mais próxima dos interessados e com a participação das organizações da lavoura». Outras medidas surgem, entretanto, ao arpejo das de sentido positivo. É o caso da diminuição geral do apoio público para os projectos de investimento, que passam de uma média de co-financiamento público de 65% para 50%.

Por outro lado, algumas medidas agro-ambientais ficam outra vez sem *tecto* máximo elegível, estando ainda previsto um prémio *extra* para a pecuária sobre-extensiva. O que, na prática, significa mais dinheiro para as grandes explorações.

Face a estas perspectivas, e sendo «provável que a situação geral de profunda injustiça na distribuição dos *subsídios* não venha a ser significativamente alterada», a CNA alerta para a necessidade de «um permanente esforço de esclarecimento e mobilização dos agricultores e agricultoras para se tentar abrir outros caminhos».

Em defesa do Hospital de Alhos Vedros

A população e os órgãos autárquicos do concelho da Moita contestam o possível encerramento do Hospital de Alhos Vedros, na sequência de uma reestruturação dos serviços de saúde do concelho. A constituição de uma comissão de utentes e a promoção de um abaixo-assinado, que já recolheu cerca de cinco mil assinaturas, foram acções entretanto promovidas pela população. A Junta de Freguesia de Alhos Vedros e a Câmara da Moita também contestaram o encerramento do hospital, considerando que as várias alterações verificadas nos últimos anos, com a desactivação de alguns serviços, se têm traduzido sempre em prejuízo para a população do concelho.

A recém-criada comissão de utentes considera o hospital como «uma unidade de saúde imprescindível ao concelho da Moita, dada a carência de equipamentos existentes nesta zona» e afirma que irá organizar a luta pela sua manutenção e melhoria.

Em comunicado de imprensa, a comissão de utentes lembra que está em causa o «único equipamento de saúde com uma unidade de internamento e com atendimento permanente de 24 horas por dia, num concelho com 33 787 utentes inscritos nos centros de saúde mas sem médico de família».

A alternativa que se coloca é o Hospital Distrital do Barreiro que - sublinha a comissão - «além de significar por vezes uma espera de dois anos para uma consulta, impõe despesas

de transportes, inoportunos para uma parte significativa da população».

Ao constituir-se, a comissão de utentes assume como objectivos fundamentais: melhores condições de salubridade, higiene e bem-estar; manutenção do serviço de atendimento permanente; melhores condições, nomeadamente do serviço de internamento.

Os utentes consideram mesmo que, pelas suas características, localização e população abrangida, o hospital de Alhos Vedros «pode e deve funcionar como unidade de apoio de retaguarda e triagem» para o hospital do Barreiro, pelo que esta será uma direcção fundamental da luta a desenvolver pela comissão.

Ponte de ligação

A Câmara da Moita rejeita a ligação viária entre as freguesias de Sarilhos Pequenos (Moita) e Sarilhos Grandes (Montijo) proposta pela autarquia do Montijo, por considerar que desrespeita o Plano Director Municipal (PDM) e as áreas de reserva ecológica/agrícola.

Em Dezembro último, a Câmara do Montijo, de maioria socialista, propôs como alternativa à actual ponte pedonal, que liga as duas freguesias, a construção de uma estrada com início numa rotunda à entrada de cada uma das localidades, cujo custo ascenderia a mais de cem mil contos.

Entretanto, os eleitos da CDU da Câmara da Moita defendem, com um orçamento de cinco mil

contos, a recuperação da ponte como passagem para automóveis ligeiros.

A obra foi embargada pela presidente da autarquia do Montijo, em Julho passado, com o argumento de que se trata de um «atentado ambiental e à qualidade de vida da população de Sarilhos Grandes».

Um argumento contestado nomeadamente por um movimento cívico, a Comissão Pró-Ponte, que defende que o projecto «concilia a modernidade com a harmonia paisagística e ambiental» e que «honra o património comum das duas freguesias», beneficiando as populações, pelo acesso facilitado ao comércio e a diferentes serviços.

Carta aberta aos trabalhadores da Amascultura

Em Carta Aberta ao encenador do Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett (CDIAG), actores e restantes trabalhadores da Amascultura, um Grupo de Jovens de Santo António dos Cavaleiros/Loures manifesta a sua solidariedade com todos os que têm vindo a denunciar a situação de crise que de há muito se arrasta nesta associação cultural, e que agora culminou com o despedimento de José Peixoto, seu director artístico e encenador.

Na Carta Aberta, o grupo de jovens lembra que «a cultura é hoje parte integrante de um conceito de desenvolvimento que se queira sustentável» e que a Amascultura (que congrega os municípios da Amadora, Loures, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira) tem sido, nestes últimos dez anos, «uma materialização desse conceito, sendo um projecto pioneiro e inovador

Utentes da linha de Sintra Dez anos de luta

«Incumprimento de horários, supressões de comboios e paragens nunca esclarecidas, avarias sucessivas. Ameaças e assaltos no interior das carruagens, falta de higiene do material circulante, estações desumanizadas...». Esta era a situação que se vivia na Linha de Sintra há dez anos, e que levou à criação da Comissão de Utentes da Linha de Sintra (CULS).

Uma década depois, há uma evolução a registar. No balanço destes dez anos - e sempre na perspectiva de defesa dos direitos dos utentes - a CULS refere, como passos positivos, o aumento da qualidade dos comboios e da via, a instalação do controlo automático de velocidade, a quadruplicação da linha até ao Cacém, a criação de novas estações e a melhoria no cumprimento de horários.



Dez anos depois da sua criação, a Comissão continua a lutar pela melhoria da linha de Sintra

A Comissão continua a exigir, entretanto, uma melhoria dos serviços por parte dos Caminhos de Ferro de Portugal (CP), com especial referência à segurança.

Nesta área, defende a necessidade de passagens desniveladas e, em caso de acidente, uma maior rapi-

dez e humanização nas medidas que se imponham.

Ainda no que respeita à segurança, a comissão pretende a concretização do plano de evacuação e emergência no túnel do Rossio em caso de acidente e o aumento do número de polícias ferroviários.

A entrada em circulação de comboios directos e semidirectos, o prolongamento dos horários de e para a estação do Oriente e a luta contra o recente *aumento injustificado* dos passes para o Areiro, são outras das preocupações dos representantes dos utentes.

A lista de críticas inclui, por outro lado, a falta de informação sonora e sinalética dentro dos comboios e nas estações, a falta de abrigos, em especial nas estações do Oriente e da Amadora, e a necessidade de instalar ar condicionado em todos os comboios.

A comissão de utentes considera ainda *inadmissível* que as máquinas de bilhetes, recentemente instaladas, entreguem nalguns casos vales em vez de dinheiro, e defende a possibilidade de comprar bilhetes aos revisores a partir de determinadas horas.

Manifestação no País Basco no sábado

Está prevista para sábado, em Bilbao, uma manifestação convocada por diversos partidos com o objectivo de defender o direito do País Basco decidir o seu futuro, apelar à ETA que suspenda a sua actividade armada e pedir aos governos espanhol e francês que resolvam a questão basca. Organizada pelo Partido Nacionalista Basco (no poder na região), pelo Eusko Alkartasuna e pelos comunistas bascos, a iniciativa é apoiada pela coligação independentista Euskal Herriarrok, a designação eleitoral do Herri Batasuna. Entretanto, no domingo, cerca de 150 jovens apoiantes da ETA envolveram-se em confrontos com a polícia de Pamplona, capital da região de Navarra. Três pessoas ficaram feridas e 12 foram detidas.

Chuva faz 32 mortos no Brasil

O mau tempo que afectou os estados brasileiros de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro na semana passada provocaram 32 mortos, 215 feridos e mais de 72 mil desalojados, revelou a Defesa Civil citada pela Lusa. Os desalojados foram colocados em instalações provisórias. O governo federal concedeu uma ajuda de cerca de 580 mil contos e, de acordo com Pedro Sanguinetti, secretário nacional da Defesa Civil, as autoridades dispõem de «recursos para a construção de habitações para a população mais pobre que reside em áreas de risco nas margens de rios».

«Guerra santa» na Indonésia

Quinze mil muçulmanos manifestaram-se, na sexta-feira, em Jacarta, apelando a uma «guerra santa» contra a comunidade cristã das ilhas Molucas. «Vinguemos os nossos mortos» e «vamos lançar fogo às igrejas» foram as palavras de ordem mais ouvidas na iniciativa, organizada pelo Comité Mundial para a Solidariedade Muçulmana, a Frente Islâmica de Defesa e partidos políticos muçulmanos. A Marinha indonésia decidiu entretanto bloquear o tráfego marítimo

Argentina

Oficiais detidos por rapto de crianças

Nove suboficiais da Marinha argentina foram detidos na noite de sexta-feira, no bairro da base naval de Mar del Plata, por alegada participação no rapto de filhos de presos políticos e desaparecidos, durante a ditadura militar que durou entre 1976 e 1983. Este é o único crime cometido neste período que não prescreve, visto não ter sido incluído nas leis de Obediência Devida e Ponto Final nem na amnistia decretada por Carlos Menem.

Os suboficiais (categoria entre sargento e oficial) são ainda acusados de apropriação e troca de identidades de quase uma centena de crianças. Todos eles têm filhos nascidos entre 1976 e 1980 e, segundo a associação Avós da Praça de Maio, as esposas de vários suboficiais navais tiveram filhos em circunstâncias estranhas.

«Em muitos casos há registos de partos em casas particulares, apesar de terem à disposição clínicas na zona. Em outros não existe documentação médica prévia em relação à suposta gravida», afirmou Estela Carloto, presidente da organização.

Para as Mães da Praça de Maio estas detenções constituem «um passo em frente na justiça». «Nunca foi permitido a estas crianças conhecer a sua verdadeira origem», afirma Andrea Benítez, que considera que «não podemos cobrir este assunto com um silêncio de

esquecimento, porque os criminosos devem pagar pelo que fizeram».

«Trata-se de crimes contra a humanidade, delitos que não prescrevem, pelo que os seus autores devem ir para a prisão», acrescenta. «A justiça deve ser um valor natural e não um objectivo pelo qual há sempre que lutar, com o sofrimento das pessoas.»

Testemunhos

O diário argentino «Página 12» publicou, na sua edição de domingo, o relato de alguns testemunhos recolhidos pela justiça na investigação do caso, a maioria de vizinhos dos detidos.

Um deles identifica um oficial que tinha «a ilusão de que lhe tinham dado um menino branco, mas tentaram dar-lhe um que era meio negroito». «Como não quis



Manifestação na década de 80 pelas vítimas da ditadura

o bebé, fê-lo desaparecer. Isto fez-se bastantes vezes. As únicas crianças que lhes importavam eram os recém-nascidos e se eram brancos. Os mais velhos eram sempre postos de lado», acrescentou.

«Matavam as mães e distribuíam os bebés a casais ligados à marinha. Todos sabíamos que a esposa de Policarpo Vásquez (suboficial detido em Março) saía de casa simulando estar grávida com uma almofada na barriga», afirma uma das testemunhas.

«Recordo que a esposa de Díaz (outro suboficial) me disse: «O meu marido não me deixou chorar o bebé que perdi, porque logo a seguir trouxe-me uma menina de não sei quem.», afirma outra.

Esta realidade, conhecida segundo as testemunhas em toda a base, foi tornada pública em 1985. Outra testemunha fala de um enfermeiro que «anestesiava os detidos e logo eram atirados ao mar».

Um dos militares detidos confirmou as acusações. «O que as testemunhas dizem é verdade. A quantidade de bebés que foram apropriadas na Base Naval supera os dez», declarou o suboficial Pedro Munõz.

«Quando chegava uma rapariga grávida teciam uma história sobre ela. Diziam que era uma subversiva muito perigosa, que tinha morto um comissário, que era uma guerrilheira importante. Com este argumento, isolavam-na e ninguém se podia aproximar. Faziam tudo isto, porque queriam ficar com o bebé», conta Munõz.

O suboficial confirma a preferência de crianças brancas e diz que os de pele escura passavam a engrossar a lista de desaparecidos. «É verdade, quase tudo é verdade. É verdade o roubo de bebés e também é verdade que os enfermeiros injectavam os detidos para os atirarem ao mar», afirma.

Médio Oriente

Negociações recomeçam quarta-feira

A segunda ronda de conversações entre Israel e a Síria terminou segunda-feira, na localidade norte-americana de Shepherds-town, sem que as partes tenham chegado a nenhuma conclusão.

Espera-se que na próxima quarta-feira, quando se iniciar a próxima ronda, os representantes de Telavive e de Damasco tragam uma posição sobre a proposta apresentada por Bill Clinton, que prevê a devolução por Israel dos Montes Golã e o regresso das fronteiras para o ponto em que estavam até 4 de

Junho de 1967, data da Guerra dos Seis Dias. Por seu lado, o documento pede à Síria que dê garantias de paz e segurança.

Na segunda-feira, cerca de cem mil pessoas manifestaram-se contra a devolução dos Golã, em Telavive. Entre eles estavam naturalmente os 17 mil colonos judeus que moram na zona em questão, mas também dois ministros israelitas que ameaçam abandonar o Governo se as concessões a Damasco se concretizarem: Natan Sharanski, ministro do Interior e dirigente

do partido B'Aliyah para os Imigrantes, e o ministro da Habitação, Yitzac Levy.

O ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, David Levy, garantiu que Telavive não aceitará a retirada total dos montes. De qualquer forma, qualquer acordo alcançado deverá ser sujeito a referendo em Israel. Pelo menos foi o que o primeiro-ministro Ehud Barak prometeu.

«Não há dúvida que são umas negociações difíceis», afirmou Barak, no domingo, assegurando que só assinará um acordo que «fortaleça a segurança de Israel e cumpra as suas necessidades vitais».

As negociações do Médio Oriente sofrerão um novo impulso, em Moscovo, no dia 1 de Fevereiro, data do reinício do processo internacional iniciado com a conferência de paz realizada em Madrid em 1991.

Entretanto, no próximo sábado, Israel deve retirar-se de 6,1 por cento da Cisjordânia, depois de nesta semana estar prevista a retirada de outros 5 por cento. Yasser Arafat, líder da Autoridade Palestiniana, no discurso do fim do Ramadão, prometeu que antes do fim do ano o Estado palestino será criado e que «a bandeira palestina voará sobre Jerusalém».

Patrões franceses em greve

As principais associações patronais francesas da área dos transportes, a Federação Nacional do Transporte Rodoviário e a União Nacional de Organizações Sindicais de Transportadores Rodoviários, iniciaram segunda-feira um bloqueio das principais estradas e postos fronteiriços de França com a Espanha, Itália, Alemanha, Suíça, Bélgica e Luxemburgo.

O motivo do protesto vai claramente contra os interesses dos seus funcionários, embora conte com o seu apoio para o concretizar. Em causa está um projecto de lei apresentado na sexta-feira que fixa a duração máxima do tempo de trabalho em 39 horas semanais ou 56 horas se se tratar de uma semana isolada, com um máximo de 220 horas mensais.

O patronato argumenta que a redução do tempo de trabalho prejudica as transportadoras francesas em relação às concorrentes europeias que são regidas por regras menos restritas. A Associação Britânica de Transportadoras qualifica esta acção como «escandalosa».

Por seu lado, os sindicatos consideram a proposta insuficiente e defendem que os camionistas devem ser abrangidos pela legislação que estipula o horário de trabalho em 35 horas semanais em empresas com mais de 20 empregados, lei que entrará em vigor a 1 de Fevereiro.

As Fources Ouvrieres e a Confederação Nacional dos Trabalhadores, dois dos principais sindicatos do sector, estão a organizar manifestações, respectivamente, para o fim do mês e para Fevereiro.

As organizações patronais protestam ainda contra a subida do preço do gasóleo, que no último ano aumentou 30 por cento e que na terça-feira voltou a subir nove centimos por litro.

O Governo lembra que não é responsável pela subida do preço do gasóleo e defende que os camionistas devem ser abrangidos pela diminuição do horário de trabalho.



Farouk al-Chareh, Bill Clinton e Ehud Barak, em Washington

Alemanha

Os milhões da democracia-cristã

Segundo o semanário Focus, o multimilionário de Munique, Schörghuber, é um dos financiadores secretos do partido de Helmut Kohl cuja identidade o antigo chanceler da Alemanha se recusa a revelar. Para defender a «honra» e respeitar a vontade dos pobres multimilionários que enchem constantemente os cofres da democracia-cristã, Kohl recusa-se a cumprir a lei que obriga a publicar a proveniência dos apoios financeiros aos partidos superiores a vinte mil marcos.

Depois da mala com um milhão, entregue num parque subterrâneo em Zurique ao tesoureiro da democracia-cristã, apareceram agora mais um milhão e cem mil marcos em Bona. Por que razão em vez da transferência bancária, este dinheiro de proveniência igualmente desconhecida preferiu viajar do Bundestag para uma das contas secretas do partido, na mala preta do chefe de departamento da CDU, Hans Terlinden, constitui mais um enigma. O catolicismo político alemão nada em dinheiro mas ninguém é capaz de explicar a origem do milagre.

O magazine da ARD Monitor depois de constatar que «nas últimas semanas o principal tema da política interna tem sido os dinheiros da CDU e o papel do seu presidente honorário e ex-chanceler Helmut Kohl» salienta que «diariamente são conhecidos novos aspectos. Mas ao contrário do que fora prometido pela direcção da CDU não têm sido os dirigentes daquele partido, mas a investigação de corajosos membros do Ministério Público e dos jornalistas a fazerem tais revelações. Os políticos envolvidos neste caso refugiavam-se no silêncio, levantam muros, fazem-se surdos, encombram quanto podem e confirmam apenas o que já é do conhecimento público».

Para ajudar a superar a onda de amnésia que atinge os dirigentes democratas-cristãos, o Monitor iniciou mais uma série de revelações, a primeira das quais diz respeito à confidente de Kohl e ex-secretária de Estado para a Defesa, Agnes Hürland-Büning. Esta católica também conhecida por «a mãe da companhia» devido à sua retórica caritativa e socializante e que após terminar as suas funções governativas foi indemnizada pelo Estado com vinte e oito mil contos, recebendo actualmente uma reforma de mil e trezentos contos mensais – tem-se dedicado nos últimos anos ao aconselhamento secreto de grandes impérios capitalistas. Segundo documentos que se encontram na posse do Monitor, Hürland-Büning recebeu através do Credit Suisse em Genebra vários pagamentos no valor total de oito milhões e quinhentos mil marcos (oitocentos e cinquenta mil contos). Este dinheiro é proveniente de uma filial da Thyssen no campo das telecomunicações, a E-Plus, da Elf-Aquitaine que juntamente com a Thyssen assegurara a compra da refinaria Leuna da antiga RDA, e

da cadeia de abastecimento de gasolina Minol. Na Thyssen ninguém consegue explicar qual foi o trabalho desenvolvido pela ilustre conselheira nem o porquê de tão elevado honorário. Segundo o Monitor, uma parte desses milhões desapareceram no Mónaco através da firma fictícia Delta. A Delta com sede em Vaduz, no Lichtenstein, pertence a Dieter Holzer, agente dos Serviços Secretos (BND) e amigo íntimo da família do ex-ministro presidente democrata-cristão da Baviera, Strauß, a qual juntamente com o negociante de armamento Schreiber está ligada aos vinte e cinco milhões de comissão pela venda dos tanques à Arábia Saudita e ao suborno de



A CDU e o seu presidente honorário, o ex-chanceler Helmut Kohl, estão no centro do escândalo político que afecta a Alemanha

mais de cem milhões de marcos da Elf-Aquitaine no projecto da refinaria Leuna.

Segundo o «Spiegel», já em 1975 havia sido descoberto no

Lichtenstein um centro de lavagem de dinheiros ilegais da democracia-cristã designada por Centro Europeu de Aconselhamento Empresarial (EU). Da

lista dos esponsores da EU constavam entre muitos outros conhecidos gigantes do capitalismo alemão a Siemens, Manesmann, Volkswagen, Karsadt, Barmeria de Seguros, etc.

Também em 1980 o caso Flick revelara uma das formas mais perversas de roubo colectivo ao Estado alemão por parte do homem mais rico da república, a democracia-cristã e a igreja católica. Quando inesperadamente os controladores de impostos entraram em 1980 no escritório de um dos guardalivros do grupo Flick, Rudolf Diehl, descobriram documentos comprovativos de que por cada milhão de marcos oficialmente oferecido pelo império Flick ao padre Josef Schröder da missão católica de Steyler em S. Augustin, perto de Bona, os missionários e o partido de Kohl ficavam cada um com cem mil marcos devolvendo secretamente os restantes oitocentos mil ao multimilionário de Düsseldorf. Com este estratagem conseguiu Flick que vários milhões da sua fortuna pessoal fugissem ao pagamento de impostos.

do porto de Ambom, nas Molucas, para impedir a entrada de armas. Os confrontos na ilha provocaram num ano 1300 mortos, 500 dos quais nas últimas duas semanas.

Nato exibiu vídeos enganosos

O jornal alemão «Frankfurter Rundschau» revelou, na sua edição de quinta-feira passada, que a Nato exibiu vídeos enganosos durante os ataques ao Kosovo. As acusações referem-se ao conhecido bombardeio a um comboio sobre uma ponte jugoslava, ocorrido a 12 de Abril do ano passado. As imagens foram passadas a uma velocidade três vezes superior à normal, provocando a ideia de que era impossível desviar o míssil e que o ataque era inevitável. A Nato alega que se tratou de um problema no sistema de computadores identificado em Outubro, mas que «não viu qualquer razão para publicar o erro». Pelo menos 14 pessoas morreram no incidente.

IRA pode destruir armas

O Exército Republicano Irlandês (IRA) poderá vir a destruir parte do seu armamento no fim do mês, segundo uma notícia do «Sunday Telegraph». O jornal britânico afirma que o IRA convidou monitores de desarmamento para testemunharem a destruição de algumas armas. A maior parte do armamento deverá ser guardada em armazéns da Comissão de Desarmamento.

Greve na Hungria

Os cerca de 56 mil trabalhadores dos caminhos-de-ferro da Hungria iniciaram, na segunda-feira, uma greve de 60 horas, exigindo aumentos salariais na ordem dos 12 por cento. Os sindicatos diminuíram as suas propostas até dois pontos acima da inflação, mas os representantes do Governo ficam-se apenas nos 8,5 por cento. O protesto conta com greves de solidariedade dos condutores dos autocarros e do metro de Budapeste. Caso seja cumprida até ao fim, a greve será a terceira maior do país dos últimos cem anos.

Proibida manifestação dos cravos vermelhos

A manifestação dos cravos vermelhos que anualmente se realiza em Berlim em honra de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo e que relembra o assassinio em 1919 daqueles dois fundadores do partido comunista alemão, KPD, pela soldadesca do ministro social-democrata Nosca, foi proibida pelo Senado da cidade. Invocando uma alegada ameaça de atentado à bomba contra os manifestantes, o Senado da capital alemã decidiu suprimir a maior manifestação da esquerda na Alemanha que reúne todos os anos cerca de cem mil pessoas junto ao cemitério socialista de Berlim.

Apesar da proibição reuniram-se em Berlim milhares de pessoas que foram recebidas por um forte aparelho repressivo, tendo muitas delas sido atacadas

pelas forças policiais que espantosamente não estavam munidas de qualquer equipamento para a detecção de explosivos e protecção dos manifestantes. Os polícias não possuem qualquer fotografia ou descrição do autor da ameaça que os serviços de segurança do senado afirmam conhecer. No momento em que os partidos do regime SPD e democracia-cristã se encontram numa fase de absoluto descrédito, o aparelho repressivo do Estado procura intimidar as forças democráticas e de esquerda. Nos últimos anos intensificou-se na Alemanha a colaboração entre os autores de atentados e o aparelho policial. Já em 1993 tinha sido queimada viva em Solingen por neonazis treinados numa escola de luta dirigida por um membro da polícia política, Verfassung-

chutz, uma família turca constituída por cinco mulheres e crianças. Pouco tempo antes, o angolano Jorge Amadeu fora igualmente morto a pontapé por neonazis perante a presença passiva da polícia. Também desde 1993 o governo de Kohl proibiu as manifestações do partido curdo do trabalho, PKK, seguindo a doutrina do regime militar turco. Ainda há poucas semanas a responsável pelo movimento de mulheres do PKK foi presa pela polícia alemã do governo social-democrata de Schröder. É no entanto a primeira vez que direitos fundamentais de organizações da esquerda alemã são suspensos de uma forma tão escandalosa.

O PDS apelou à realização da manifestação dos cravos vermelhos no próximo fim-de-semana.

Equador

Populares exigem demissão do presidente

Depois de meses de protestos contra a política neoliberal do presidente Jamil Mahuad, os movimentos da oposição do Equador começam a ver o Governo ceder às exigências. Na noite de domingo, Mahuad anunciou a demissão de todo o seu gabinete, a fixação da cotação do dólar em 25 mil sucres e a «dolarização» da economia.

É o próprio presidente que afirma que se trata da «maior crise da história» do Equador, posição partilhada pela oposição, que considera que as medidas agora anunciadas são insuficientes e que «só beneficiam quem tem dólares e não os desvalorizados sucres».

Os protestos vão continuar, apesar do estado de «emergência nacional» que Jamil Mahuad decretou na passada quinta-feira. O Equador está mergulhado numa greve geral, convocada pela maioria das organizações do

país, sem data para terminar. O objectivo é exigir a renúncia do Governo, do Congresso e da Corte Suprema de Justiça.

De um lado está Mahuad e a elite económica, do outro juntam-se sindicatos, movimentos estudantis, empresas de transportes e organizações de moradores. «Acreditamos num sistema de governo que conte com a participação não apenas dos políticos mas de todos os sectores da sociedade, inclusive os militares», afirmou o presidente da Frente Popular, Luís Villacís.

Este movimento propõe um novo modelo administrativo e económico, longe das propostas neoliberais do executivo, que já foi apresentado aos militares. «Não sabemos se as Forças Armadas nos apoiarão, mas prometeram-nos estudar o plano de governo alternativo que apresentamos», explicou Villacís.

A Confederação de Nacionalidades Indígenas, apesar de manter distância dos protestos, partilha uma posição semelhante. «Mahuad está acabado. Que venha depois dele uma pessoa que saiba das necessidades do país e não de uns poucos», declarou António Vargas, presidente da organização.

Entretanto, o Conselho de Almirantes e Generais das Forças Armadas manifestou o seu apoio ao presidente Mahuad, apelando para que a solução para a crise seja encontrada «dentro do marco constitucional e democrático».

Desde que Jamil Mahuad assumiu o poder em Agosto de 1998, o desemprego subiu 17 por cento e a taxa de pobreza passou para os 62 por cento. Na semana passada o sucre sofreu uma desvalorização de 20 por cento.

■ Anabela Fino

Marcha Mundial das Mulheres 2000 boas razões para marchar

«Queremos iniciar o próximo milénio com a certeza de que podemos mudar o mundo, pacificá-lo e humanizá-lo.

Marcharemos de forma pacífica para que o ser humano esteja no centro das nossas preocupações, para mundializar a nossa solidariedade.»

Este é, em síntese, o objectivo da Marcha Mundial das Mulheres que culminará a 17 de Outubro numa concentração mundial em Nova Iorque, frente às Nações Unidas. Um objectivo desassombroso de quem tem pelo menos «2000 boas razões para marchar», no dizer do lema mundial escolhido para o evento, o que é uma forma de afirmar que as mulheres estão em luta para que os seus direitos fundamentais sejam definitivamente reconhecidos com inseparáveis dos direitos humanos universais.

Mudar o mundo é uma tarefa de envergadura, mas existem não só forças bastantes para o fazer como se trata de uma necessidade cada vez mais imperiosa. Dos 6000 milhões de pessoas que hoje constituem a população mundial, 4000 milhões - dois terços da humanidade - vivem abaixo do limiar da pobreza relativa, das quais a grande maioria são mulheres e crianças; 70 por cento dos 1300 milhões que vivem na pobreza absoluta são mulheres. Esta realidade não traduz qualquer fatalidade ou uma eventual incapacidade humana em providir às suas necessidades; traduz, isso sim, a desumanidade de um sistema que permite que os ricos sejam cada vez menos e mais ricos, e os pobres cada vez mais e mais pobres.

Os dados respeitantes aos últimos trinta anos demonstram que as desigualdades entre os países têm vindo a acentuar-se de forma brutal:

- o rendimento dos países mais ricos é actualmente 59 vezes superior ao dos países mais pobres (em 1960 a proporção era de 30);
- no mesmo período, duplicou a diferença entre os 20 por cento de pessoas mais ricas e os 20 por cento de pessoas mais pobres;
- a riqueza mundial aumentou cinco vezes, mas o mesmo sucedeu com o número de pessoas mais pobres, cuja proporção passou de 3 para um para 15 para um.

Poder-se-ia pensar que este não é um problema particular das mulheres, mas não é verdade. De facto, as mulheres representam metade da população mundial e efectuam 2/3 das horas de trabalho, mas ganham apenas 1/10 do rendimento mundial e possuem menos de 1/100 da riqueza mundial. Se a esta realidade de exploração e discriminação se acrescentar todas as formas de violência que tradicional e universalmente se abatem sobre a mulher (violência conjugal, agressões sexuais, mutilações sexuais, violações sistemáticas em tempo de guerra), estão reunidas razões mais do que necessárias e suficientes para que as mulheres de todo o mundo conjuguem os seus esforços na luta comum por um mundo mais justo.

Por mais que se manipulem os dados, é incontestável que o fenómeno da pobreza é uma construção política, económica, cultural e social, pelo que compete a cada um nós acabar com ele. Daqui resulta a necessidade de atacar as causas estruturais deste fenómeno, que na sua história mais recente deriva das políticas geradas pelo capitalismo neoliberal, produto reciclado do capitalismo por força da mundialização dos mercados, como afirma o documento de proclamação da Marcha Mundial das Mulheres.

De Pequim a Nova Iorque

A ideia de uma iniciativa mundial contra a pobreza surgiu na Conferência de Pequim (1995) sobre a situação mundial das mulheres. A partir da experiência colhida na sua «Marcha do Pão e das Rosas», no mesmo ano, a Federação das Mulheres do Québec meteu mãos à obra para dar vida ao projecto da Marcha Mundial das Mulheres contra a pobreza e a violência. O primeiro encontro internacional, realizado em Outubro de 1998, mostrou a viabilidade do empreendimento: contou com a presença de 140 delegadas de 65 países de

Homem rico, mulher pobre

... um exemplo esclarecedor

O presidente da conhecida empresa Nike tem uma fortuna de 4500 milhões de dólares e recebe um salário de um milhão de dólares. Uma operária indonésia, empregada da Nike numa das suas empresas de subcontratação repartidas pelo mundo (com um total de 75 000 trabalhadores, dos quais 70 por cento são mulheres entre os 17 e os 21 anos), ganha o equivalente a 360 dólares por ano. Quantos séculos teria de trabalhar para atingir um salário anual idêntico ao do presidente da empresa?



os continentes. Portugal não faltou à chamada, através de uma delegação do UMAR (Movimento para a Emancipação Social das Mulheres Portuguesas). Neste evento foi criado um Comité de Ligação Internacional composto por 40 mulheres de diferentes regiões do mundo. A Marcha começava a dar os primeiros passos.

Em Paris, em Abril do ano passado, realiza-se novo encontro. Portugal, já representado pelo MDM (Movimento Democrático de Mulheres) e pelo UMAR, passa a integrar o grupo de oito países que formam o comité de Ligação Europeu ao Comité Internacional e ainda o Secretariado Europeu de Coordenação da Marcha. As duas organizações portuguesas assumem-se como as principais dinamizadoras da iniciativa a nível nacional, que entretanto recolhe o apoio de muitas outras (Mulheres da CGTP, do PSR, Ninho, Mulheres Agricultoras/CNA, Liga Portugal, Associação de Mulheres Contra a Violência, Associação de Mulheres Cabo-Verdianas, Organização de Mulheres Comunistas, SEIS).

O arranque oficial das acções da Marcha está agendado para 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, devendo ter lugar entre Março e Setembro diferentes iniciativas regionais e das organizações envolvidas.

Sob o lema «2000 boas razões para marchar», a organização da Marcha Mundial, que conta com o apoio da UNESCO,

Uma conta simples

A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) estima em 40 000 milhões de dólares por ano a soma necessária para eliminar a pobreza extrema e permitir um acesso universal à água potável e aos serviços essenciais, especialmente à saúde e à educação. Um pequeno imposto de 0,1 por cento aplicado a mil milhões de dólares diários geraria 72 000 milhões de dólares de rendimentos anuais, o dobro do necessário para eliminar a pobreza extrema. Com um imposto de um por cento os rendimentos ascenderiam a 720 000 milhões de dólares por ano, uma soma que permitiria tecnicamente acabar com a pobreza no mundo.

propõe-se, entre outras coisas, promover um abaixo-assinado (a quota proposta a cada país é de conseguir assinaturas de um por cento da população nacional) exigindo às Nações Unidas e aos seus estados membros que tomem medidas para eliminar a pobreza e assegurar uma justa distribuição das riquezas do planeta, para eliminar a violência contra as mulheres e para assegurar a igualdade entre os sexos.

Até final do ano passado tinham aderido à iniciativa perto de 3000 organizações de 139 países, das quais 59 por cento são organizações não governamentais, 12 por cento mistas, 10 por cento de solidariedade internacional, nove por cento religiosas, nove por cento sindicais e quatro por cento coligações.



O mundo em que vivemos

A análise que as organizadoras da Marcha Mundial fazem do mundo em que vivemos é tão lúcida quanto assustadora.

O mundo em que vivemos, dizem, é um mundo em que triunfam as desigualdades, um mundo de paradoxos.

A par de um desenvolvimento técnico e científico espectacular, do aumento recorde da produtividade industrial e agrícola, da verdadeira revolução dos meios de comunicação, há cada vez mais gente sem trabalho e sem acesso às condições mínimas para uma vida digna.

Ser cada vez mais pobre em países cada vez mais ricos é hoje a perspectiva de vida

para milhões de seres humanos, não por falta de recursos nem de riqueza, mas pela falta de uma justa divisão e gestão desses mesmos recursos e riquezas.

Vivemos igualmente num mundo em crise de identidade, de valores, de projectos, de solidariedade social, em que as relações humanas são preteridas em favor do economicismo; em que se perdem referências e proliferam os fundamentalismos; em que grassam as intolerâncias e se sucedem as guerras agora ditas de «baixa intensidade»; em que se esgotam recursos e se devasta o meio ambiente; em que a cor-

rupção a todos os níveis passou de excepção a regra; em que cada vez mais os estados deixam de assumir as suas responsabilidades para com os seus cidadãos.

Vivemos num mundo, enfim, «em que a democracia está em perigo porque o futuro do mundo está nas mãos dos novos «senhores da guerra» que agem sem lei nem apoio social, sem dar satisfação a ninguém, fora de todo o controlo democrático, sem responsabilidade de cidadania».

Principais vítimas deste sistema, as mulheres estão dispostas a lutar por um mundo novo.

Retrato português*

(...) O Relatório que Portugal certamente apresentará até à próxima Assembleia Geral das Nações Unidas, a realizar em Junho do corrente ano para fazer a avaliação da concretização nos

1991 de um projecto de lei do PCP reforçando as garantias e a protecção dos direitos das mulheres vítimas de violência, que é hoje a lei 62/91.

No entanto, o Relatório não poderá deixar de reflectir a vida real das mulheres portuguesas.

Nomeadamente a que se relaciona com índices que revelam inquietantes taxas de feminização da pobreza e degradação de condições de vida.

Não poderá deixar de reflectir a real violência de que são vítimas as mulheres nos locais de trabalho, e que se cifra, nomeadamente, na privação de exercício de direitos decorrentes da maternidade.

A verdade é que não pode abstrair-se de dados constantes de estudos do INE, do próprio Ministério do Trabalho e Solidariedade, dos dados relativos ao rendimento mínimo garantido.

Aumenta o número de famílias monoparentais femininas.

Regista-se um decréscimo na frequência da escolaridade obrigatória. Torna a registar-se um aumento do índice de envelhecimento.

A provar que é preciso mudar a vida.

A precariedade de emprego vai aumentando.

As mulheres ocupam 70% dos empregos a tempo parcial.

Aumenta o número de desempregados com o ensino superior.

Entre todos os titulares do rendimento mínimo a maioria são mulheres: 68%. Dados de Julho de 1999.

As famílias monoparentais femininas titulares do rendimento mínimo são 21%,

enquanto as monoparentais masculinas são 1%. As mulheres sozinhas são 14% e os homens sozinhos são 10%.

As mulheres ganham em média menos 25% do que os homens.

Os nascidos vivos de mães adolescentes representam cerca de 7% do total, o que revela uma alta taxa de gravidezes adolescentes (cabe perguntar: para quando a execução dos diplomas sobre educação sexual nas escolas?).

Mais de metade das mães adolescentes são inactivas.

As mães jovens foram as que tiveram maior proporção de gravidezes não assistidas (3,2%).

Acrescentemos o que consta do último Relatório sobre o Desenvolvimento Humano das Nações Unidas: nos países da OCDE uma mulher com filhos trabalha em média mais 3,3 horas por dia - trabalho não pago.

O nosso Retrato revela: as mulheres portuguesas são vítimas de discriminações e desigualdades.

Estão bem longe de gozar da plena cidadania. Da plena liberdade. E liberdade, segundo alguém escreveu, «é o direito de escolher, o direito de criar para si mesmo a escolha alternativa. Sem a possibilidade de escolha e o exercício desse direito, o ser humano não é nada mais do que um instrumento, uma coisa».

* Excerto da intervenção da deputada Odete Santos na Assembleia da República a propósito da Marcha Mundial das Mulheres

O mundo que queremos

«A Marcha Mundial das Mulheres no Ano 2000 quer romper em todo o planeta e de forma definitiva com o capitalismo neoliberal. Não se trata simplesmente de alterar as regras do jogo mantendo intacto o sistema.» É com esta frontalidade que o documento que proclama a Marcha Mundial enuncia os seus objectivos.

Num caminho que só pode ser de luta, as mulheres querem pôr termo definitivamente e em todo o planeta ao patriarcado e a todos as formas de violência de que são vítimas; exigem o pleno respeito pela integridade do seu corpo; reivindicam que o conjunto dos direitos da pessoa sejam interdependentes, para que a igualdade, a paz e a solidariedade sejam os valores dominantes.

Pelo mundo em que querem viver as mulheres vão marchar a 17 de Outubro exigindo medidas concretas para eliminar a pobreza, entre as quais se destaca:

- aplicação da taxa Tobin (imposto de 0,1 a 0,5 por cento sobre cada transacção especulativa), que deve reverter para políticas sociais;

- anulação da dívida dos países do Terceiro Mundo (por cada dólar de «ajuda pública ao

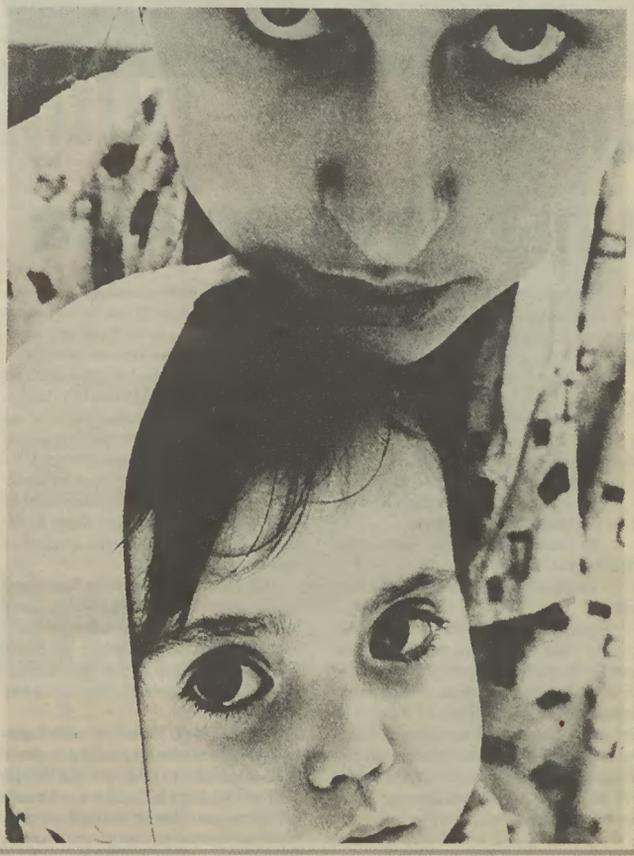
desenvolvimento os países endividados pagam três dólares para pagamento da dívida externa);

- aplicação da fórmula 20/20 nas ajudas internacionais (a «Iniciativa 20/20, proposta em 1994 pelo director executivo da UNICEF, James Grant, estabelece que 20 por cento das verbas atribuídas pelos países doadores devem ser destinadas ao desenvolvimento social e que 20 por cento das despesas do Estado que as recebeu devem ser consignadas a programas sociais. Nos últimos anos registou-se uma queda acentuada nesta iniciativa: entre 1992 e 1997, diminuiu 21 por cento; nos países industrializados a redução da assistência é particularmente grave, dado que a queda foi quase de 30 por cento, apesar de no mesmo período o produto nacional bruto desses países ter aumentado cerca de 30 por cento);

- uma representatividade equitativa entre países ricos e pobres, e uma representatividade paritária entre mulheres e homens;

- levantamento de todos os embargos e bloqueios.

Vale a pena marchar por estes objectivos. O mundo que as mulheres querem é um mundo melhor.



Serviços públicos essenciais

Orientações do Governo mais longe das necessidades

A aplicação de decisões relativas aos preços de alguns serviços públicos essenciais mostra que o Governo PS entrou no ano 2000 com a mesma e «velha política» de prosseguir «orientações que se afastam das necessidades nacionais». A afirmação pertence à Comissão Política do PCP, para quem «a política seguida, com aplicações diversas em vários serviços», tem como «característica comum a manutenção de preços altamente penalizantes para a maioria dos utentes, para quem em muitos desses serviços os preços são dos mais elevados entre os países da UE». Assim, após aumentos substanciais no gás para uso doméstico, verificaram-se, entre outros, aumentos das portagens das auto-estradas, dos correios e das telecomunicações. Quanto à electricidade para uso doméstico, pode-se dizer que ela não baixou de preço, pois, face «aos elevados lucros da EDP e aos preços praticados em outros países designadamente em Espanha onde a electricidade continua a ser muito mais barata que em Portugal», a baixa de 0,6% «é meramente simbólica».

A Comissão Política do PCP entende, entretanto, que o sector das telecomunicações - onde neste início de ano se concretizou a abertura da exploração do serviço da rede fixa a novos operadores e o estabelecimento dos preços para o serviço universal que está a cargo da Portugal Telecom -, justifica uma abordagem particular.

O PCP sempre considerou «a necessidade da existência de um serviço público de telecomunicações, eficiente, moderno, dando resposta às novas necessidades e incorporando os avanços e possibilidades do desenvolvimento técnico e científico, com custos acessíveis, em condições de igualdade em todos os pontos do território nacional, como direito dos utentes e factor de desenvolvimento equilibrado do País». Porém, a política de privatizações levada a cabo por PSD e PS (a Portugal Telecom principal empresa do sector foi privatizada em cerca de 90%) «sobrepôs, também neste sector, a lógica do lucro aos interesses nacionais e das populações».

As consequências foram «brutais aumentos de preços para a generalidade dos utentes, acentuação das diferenças no tratamento das grandes empresas a quem são proporcionados pacotes especiais de desconto em detrimento dos utentes residenciais e da generalidade das PME, refor-

çadas pressões para cortes de investimentos, redução do número de trabalhadores e afectação da qualidade do serviço universal garantido à generalidade dos utentes».

Lucro - o único objectivo

Por outro lado, face aos igualmente brutais aumentos dos preços das telecomunicações verificados nos últimos anos - no âmbito da estratégia de privatizações e num quadro de disputa de posições no mercado entre doze operadores -, a recente abertura da rede fixa a novos operadores, está no imediato a traduzir-se por uma redução significativa do preço das chamadas de longa distância. Mas como os novos operadores também têm como único objectivo o lucro, a sua «aposta» vai preferencialmente, e em alguns casos exclusivamente, para «o tipo de chamadas mais lucrativas» e para «as grandes empresas geradoras de maiores fluxos de telecomunicações».

Assim, diz o PCP, «é significativo» que tendo desde o dia 1 de Janeiro a possibilidade de fornecer chamadas locais a partir de redes próprias (incluindo com a utilização de transmissão via rádio que os dispensariam de criar o tipo tradicional de redes de comunicação a nível local) eles não façam. A razão é óbvia: «fugir aos investimentos necessários à sua instalação», limitando-se, em vários casos, «a queixar-se de não poderem para isso utilizar a rede local da Portugal Telecom».

Isto leva, porém, a que se acentuem «os riscos de tratamento diferenciado dos utentes - com prejuízo para os utentes residenciais -, de desfavorecimento das zonas do país já hoje menos desenvolvidas, de elevação de preços do serviço universal e da degradação da sua qualidade». Entretanto, as vantagens que possam advir, para alguns utentes e em certos segmentos de comunicação, do aparecimento de novos operadores, «devem ser aproveitadas» mas «sem afectar negativamente a maioria».

Por outro lado, «como toda a experiência mostra», após a fase de disputa por posições no mercado, «umas empresas engolem outras e tende a estabelecer-se um sistema de domínio concertado entre algumas grandes empresas que determinam entre si as condições e preços».

Salário mínimo em países da União Europeia

País	1999	
	Euro	Escudos
Bélgica	1074	215.407
Espanha	416	83.465
França	1049	210.327
Grã-Bretanha	963	193.053
Grécia	452	90.636
Holanda	1078	216.156
Irlanda	958	192.011
Luxemburgo	1168	234.156
Portugal	306	61.300

Nota: Portugal é o único caso na União Europeia em que os trabalhadores da Administração Pública têm um salário mínimo inferior ao salário mínimo nacional.

zação dos serviços públicos essenciais e da sua subordinação à lógica do lucro. Só uma lógica de serviço público pode dar reais garantias de resposta às necessidades da população e aos interesses nacionais».

Considerando, por outro lado, a importância que o Grupo Portugal Telecom tem nas telecomunicações, o PCP alerta para «as consequências de uma gestão prosseguida com o único propósito de gerar lucros, que tem eliminado milhares de postos de trabalho (7000 nos últimos anos) e cortado investimentos, com forte incidência no condicionamento da qualidade do serviço e nos interesses e direitos dos trabalhadores, que são também postos em causa em outras empresas do sector».

Dada, ainda, a posição estratégica das telecomunicações, em particular da Portugal Telecom, para o País, o PCP «reafirma a necessidade de reforçar o controlo nacional sobre este sector e, não questionando a necessidade de alianças internacionais, entende que estas não devem pôr em causa a sua autonomia».

Nesse sentido o PCP considera «muito inquietantes os rumores sobre um possível entendimento, que se traduziria na prática por uma absorção da PT pela Telefónica de Espanha» e, reclamando do Governo «um esclarecimento rápido sobre tão importante questão», informa que «vai levar estes problemas à Assembleia da República».



Urge uma nova política

É «indispensável outra política», considera o PCP ao mesmo tempo que reclama uma redução dos preços das telecomunicações. E, nesse sentido, propõe:

- a redução dos preços das chamadas locais e regionais;
- a tarifação ao segundo a partir do início da chamada (uma vez que já há uma assinatura mensal que suporta os custos de disponibilidade de rede);
- a redução do preço da assinatura mensal;
- a incorporação na assinatura mensal do direito a um determinado tempo de conversação;
- um sistema tarifário de apoio à generalização da utilização da Internet;
- a redução dos custos de interligação entre redes.

Segundo a Comissão Política do PCP, estas «são medidas justas, necessárias e possíveis, a aplicar como critério geral para o serviço público (universal) de telecomunicações, independentemente de pacotes especiais optativos lançados pela PT ou por outras empresas, e são compatíveis com um serviço universal de qualidade e em desenvolvimento, para cujo financiamento não devem apenas contribuir os utentes, mas também os novos operadores que apenas intervêm nos sectores mais lucrativos».

«Essenciais» é, ainda «o controlo nacional sobre este sector e a inversão da actual política de privati-

Aumentos são inaceitáveis

Relativamente aos preços definidos para o serviço universal que está a cargo da Portugal Telecom, aplicados no passado dia 1 de Janeiro para vigorar durante o corrente ano, «o PCP considera que contém elementos negativos». É o caso, por exemplo, da assinatura mensal, que voltou a aumentar de 2100\$00 para 2240\$00, mais 140\$00, isto é 6,7% três vezes a taxa de inflação esperada, continuando a não dar direito ao pagamento de qualquer chamada. Daqui resulta que só o aumento em causa irá traduzir-se, este ano, numa subida da receita superior a 6 milhões de contos.

Segundo dados do Instituto de Comunicações de Portugal (ICP), com os valores em vigor e após aquele aumento, que os comunistas consideram «inaceitável», a assinatura mensal ficará mais cara em Portugal que na Grécia, Espanha, Itália, Suécia, França, Finlândia e Alemanha.

Quanto às chamadas locais, que apesar das alterações dos padrões de utilização das telecomunicações dos últimos anos, com destaque para o exponencial crescimento do móvel, continuam a ter uma grande incidência nas comunicações dos cerca de 3,5 milhões de utentes residenciais, elas sofrem em geral um novo aumento.

O PCP considera positivo que, de acordo com uma antiga reivindicação sua, tenha sido finalmente introduzida a facturação ao segundo, no entanto «o sistema encontrado (*) não só limita o alcance desta medida como conduz mesmo a aumentos substanciais».

«É que se algumas chamadas locais de mais curta duração (até 96 segundos no período normal e até 165 segundos no período económico) conheceram uma ligeira redução de preço, as chamadas locais com duração superior sobem de preço com aumentos que no caso de algumas chamadas do período normal (*) podem atingir os 30% (uma chamada de três minutos custava 18\$40 mais IVA passa a custar 24\$00 mais IVA) e os 45% no período económico (*) (uma chamada de seis minutos e quarenta segundos que custava 18\$40 mais IVA passa a custar 26\$80 mais IVA)».

Assim, com estes preços, e também segundo dados do ICP, «o custo de uma chamada local em Portugal será mais elevado que na Grécia, Espanha, França, Suécia, Alemanha, Dinamarca, Luxemburgo, Holanda, Noruega

e Finlândia em termos nominais». O que «não tem justificação», principalmente quando «se comparam os rendimentos e se sabe que os da população portuguesa são muito inferiores ao da população de outros países».

Trata-se, pois, de uma situação «inaceitável», não podendo os utentes das telecomunicações continuar «a ver os seus orçamentos familiares servirem para aumentar os lucros substanciais dos grupos económicos que controlam as empresas de telecomunicações, seja a Portugal Telecom, sejam os novos operadores».

Notas:

(*) Criação de um tempo mínimo de conversação no início de cada chamada (60 segundos no caso das chamadas locais) taxado a 16\$00 acrescido do IVA, a que se soma o custo facturado ao segundo de 4\$00 por minuto no período normal e 1\$90 no período económico, também acrescidos de IVA (chamadas locais).

(*) Período normal — Dias úteis das 9 às 21 horas.

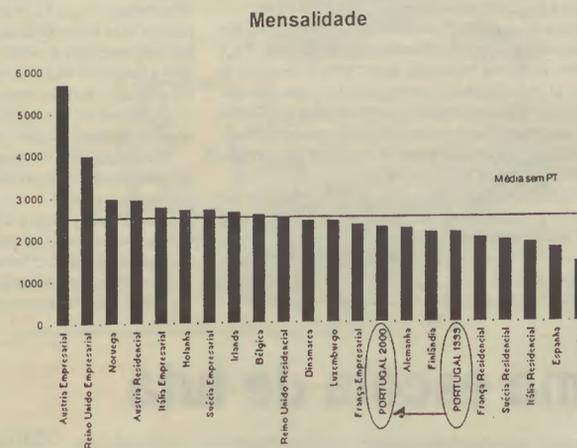
Período económico — Dias úteis das 21 às 9 horas, sábados, domingos e feriados.



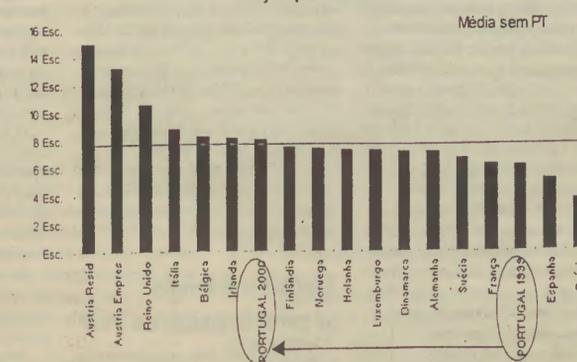
Evolução do preço da assinatura mensal (com IVA e sem equipamento terminal)

Ano	Valor	Percentagem de aumento
1995	1825\$00	-
1996	1995\$00	+ 9,3%
1997	2160\$00	+ 8,3%
1998	2352\$00	+ 8,9%
1999	2457\$00	+ 4,5%
2000	2620\$00	+ 6,7%

Mapa comparativo de custos nos países da UE (Dados fornecidos pelo ICP, em Novembro de 1999)



Comunicações Locais Preços por Minuto

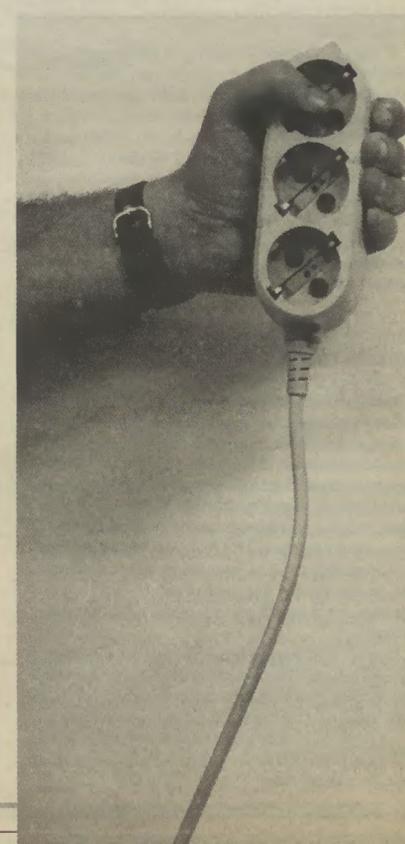


Referência: chamada de 3 minutos; período normal; sem IVA; operadores nacionais

Lucros do Grupo Portugal-Telecom

Ano	Lucros
1995	36,254 milhões de contos
1996	55,200 » »
1997	70,400 » »
1998	88,300 » »

Nota: Lucros idênticos são comuns a outras empresas que começaram a actuar no sector.





Fuga de Peniche

Um episódio da história da resistência ao fascismo

O Forte de Peniche acolheu, na sexta-feira passada, dezenas de comunistas e outros democratas que, a convite da Comissão Concelhia de Peniche do PCP, se associaram à comemoração do aniversário da fuga que, há 40 anos, dez dirigentes comunistas emprenderam, precisamente daquele Forte. Ali, puderam ouvir o relato dos acontecimentos feito por dois dos seus protagonistas: Jaime Serra, um dos evadidos, e António Dias Lourenço, um dos dirigentes do PCP que, no exterior, ajudou a preparar a fuga.



António Dias Lourenço, depois de situar politicamente a fuga, contou alguns dos pormenores que a enformaram - e muitos desconhecem -, na intervenção que a seguir se transcreve:

Estamos nos dias de transição de um século e de um milénio do calendário dos tempos e chegámos ao fim de um século XX rico de efemérides e acontecimentos de dimensão histórica.

O simbolismo destas transições do calendário inflama e inspira o nosso imaginário.

O acontecimento que hoje aqui nos reúne inscreve-se na história da resistência ao fascismo no nosso país, no historial de luta do PCP e também na história de Peniche e do povo trabalhador e solidário desta cidade.

A década que antecede a fuga de 3 de Janeiro de 1960 assinala-se como época de grandes lutas e movimentação democrática e de uma feroz ofensiva das forças repressivas do governo fascista de Salazar que atinge duramente a direcção e a organização clandestinas do PCP.

Nos cerca de 25 mil presos políticos caídos nas garras do aparelho policial fascista de 1926 a 1960 - que totalizaram neste último ano mais de 14.300 anos de prisão -, as baixas produzidas na direcção e organização clandestinas do PCP atingiram-nos duramente numérica e qualitativamente.

No rescaldo das eleições presidenciais, a que o general Norton de Matos concorreu, com a recusa de ir até à boca das urnas, dá-se em 25 de Março de 1949 a prisão de Álvaro Cunhal, o quadro mais destacado da direcção do PCP, de Militão Ribeiro e de Sofia Ferreira.

Nos fins de 1949 e primeiros meses de 1950, mais de uma dezena de membros do Comité Central do PCP são presos e dá-se o falecimento de Soeiro Pereira Gomes e de Bento de Jesus Caraça, membro destacado da organização dos intelectuais comunistas, do MUNAF e do MUD. Na Penitenciária de Lisboa, Militão Ribeiro faz greve de fome até à morte. Dos cerca de 87 assassinados pela polícia ou nas prisões fascistas, cinco dos que perderam a vida neste período são do Comité Central.

O plano concretiza-se

Recuperar o maior número possível de quadros de direcção apriacionados torna-se uma tarefa essencial da direcção do PCP.

Com a transferência de Álvaro Cunhal da Penitenciária para Peniche e o aliciamento de uma sentinela da GNR, o guarda José Alves, pelos camaradas que com ele se encontravam, o organismo de direcção prisional, em estreito contacto com a direcção do Partido no exterior, elabora o plano de evasão que iria restituir ao colectivo dirigente no exterior um razoável núcleo de destacados camaradas.

O Secretariado do CC na época, em liberdade e na clandestinidade, destacou três dos seus membros para levarem por diante o empreendimento: Joaquim Pires Jorge e Octávio Pato, já falecidos, e eu próprio.

Entre nós distribuímos as tarefas: Pires Jorge ficaria responsabilizado pelo alojamento dos camaradas evadidos, Octávio Pato pelo seu transporte desde Peniche, eu pelos contactos com o soldado da GNR e pelas ligações com a direcção da organização prisional interna.

Um rigoroso secretismo rodeou todo o nosso trabalho. Metemos ombros a tão responsável tarefa com uma determinação íntima: «esta evasão não pode falhar».

E não falhou. Entre as coisas que foi necessário fazer entrar secretamente na cadeia e fazer chegar aos camaradas presos incluía-se o clorofórmio com que foi adormecido o guarda prisional de serviço no pavilhão dos fugitivos e um aparelho bocal de aço inoxidável, como os usados nas operações cirúrgicas, destinado a pôr na boca do guarda adormecido para que não dobrasse a língua e não sufocasse por isso. Não queríamos que o guarda prisional perdesse a vida. E não perdeu.

E chegou o 3 de Janeiro. Os camaradas empenhados na operação a vários níveis não tomaram conhecimento do objectivo das tarefas de que o Partido os encarregava. Por exemplo, Rogério Paulo, o falecido camarada actor do Teatro Nacional, foi encarregado de fazer com o seu carro, de maneira visível para os camaradas do interior, manobras que não sabia a que se destinavam. Quando o soube, após a fuga, quis que lhe dessemos o relógio pelo qual vira com rigor a efectivação das suas manobras. E deu-se a fuga com o êxito conhecido.

A evasão de dez presos e da sentinela da GNR (que fizemos sair do País com o compromisso de fazermos chegar até ele a sua esposa - uma valorosa mulher - e os seus dois filhos, ele com 12 e ela com 11 anos) representou uma grande vitória do PCP e uma grande coragem e espírito de decisão dos evadidos e uma estrondosa derrota do regime fascista e do seu poderoso aparelho policial.

Uma escola de luta

Na sua intervenção Jaime Serra, referindo-se à Fortaleza de Peniche, diz que ela é, «simultaneamente, um símbolo de opressão e um testemunho da luta pela Liberdade».

Um símbolo de opressão, «pelo uso que desta bela Fortaleza fizeram os fascistas de então, encarcerando ali e sujeitando-os aos maiores vexames, ao longo de décadas, muitos dos melhores filhos do nosso povo que se opunham à criminosa política da ditadura fascista». Um testemunho da luta pela liberdade «porque por ali passaram centenas, senão milhares de patriotas e democratas portugueses cujo único crime foi a dedicação sem limites à causa dos trabalhadores e do povo português, à causa da liberdade e da independência da Pátria, espeznados ao longo de quase meio século pela ditadura salazarista e caetanista, ao serviço dos monopólios e do imperialismo estrangeiro».

Para muitos antifascistas, a Fortaleza de Peniche foi ainda «uma verdadeira escola de formação revolucionária, de aperfeiçoamento cultural e de formação de carácter. Foi uma escola de luta».

Como Jaime Serra lembrou quando da comemoração do 25.º aniversário da fuga, «desde simples cursos de alfabetização, a cursos colectivos de formação política, de economia, etc., até ao funcionamento dum organização de solidariedade colectiva à escala da Fortaleza», ali tudo contribuiu, «não só para



mização do movimento antifascista e do movimento operário, feminino e estudantil: as grandes greves e manifestações de 1962; o 31 de Janeiro e o Dia Internacional das Mulheres no Porto; as grandes lutas estudantis contra o decreto 40900 de Abril/Maio de 62 e as greves operárias e camponesas do 1.º Maio que, no caso dos assalariados rurais, lhes possibilitou arrancar o regime das 8 horas de trabalho nos campos.

Foram lutas que envolveram cerca de um milhão de portugueses - homens, mulheres e jovens - de todo o País.

Do contexto político da época vos falará o camarada Jaime Serra, «recordman» das evasões prisionais sob o fascismo e um dos evadidos com Álvaro Cunhal.

Aos camaradas e ao povo de Peniche gostaria de expressar a gratidão, que estou convencido interpretar em nome dos presos políticos antifascistas, pela solidariedade fraterna com que sempre ajudou as nossas lutas pelo melhoramento das condições prisionais e pela forma como acolhia e tratava as famílias dos prisioneiros quando aqui vinham visitá-los.»

dirigir colectivamente as lutas prisionais e para manter a confiança no futuro da luta antifascista, como para a formação de quadros para continuar no exterior, nas duras condições da clandestinidade, a luta contra a ditadura».

De tal modo assim era, afirma, que «quando se pensava ou trabalhava na organização dum fuga, estava implícito que tal fuga se faria para continuar a luta pela libertação do povo português e não para qualquer um alcançar a liberdade para si próprio». Só assim se compreende o facto de que «vários camaradas, ao longo de anos, foram presos, evadiram-se, voltaram a ser presos e voltaram a evadir-se, sempre com o objectivo de prosseguirem a luta pela libertação do povo português».

Segundo Jaime Serra, «em certo sentido, pode dizer-se que Peniche foi para dezenas e dezenas de camaradas, uma verdadeira universidade revolucionária».

Manter e defender as características do PCP

A verdade, porém, é que o ambiente e os regulamentos prisionais não facilitavam de algum modo esse trabalho político e cultural. «Muito pelo contrário. Pode afirmar-se que tal trabalho foi realizado a despeito dos regulamentos e práticas repressi-

Foi-lhes tão difícil engolir a derrota que até inventaram que os prisioneiros tinham sido recolhidos por um submarino russo ancorado na baía de Peniche!!! Esta fuga - juntamente com outra grande fuga colectiva da cadeia de Caxias um ano depois, que libertou oito camaradas, transportados num carro blindado de Salazar e tripulado pelo camarada António Tereso com superior coragem e audácia - foram um grande factor de dina-

vas instaurados pelos carcereiros para o impedir.» Hoje, a 40 anos de distância, a célebre fuga de 3 de Janeiro de 1960, que restituiu à liberdade e à luta um punhado de destacados dirigentes do PCP, «para além do mais, prova que já então o Partido Comunista Português era a única força política organizada a lutar contra o regime fascista e que por essa razão, a população prisional dessa época, a cumprir pena, era essencialmente composta por militantes comunistas. Prova ainda a forte implantação do PCP no tecido social dessa época e a grande capacidade de organização do PCP, posta à prova nos múltiplos pormenores de execução desta fuga».

De facto, «pelo rigor da sua organização e da sua execução, pelo êxito alcançado e pela sua espectacularidade» a fuga de Peniche teve então uma grande repercussão nacional e internacional e «lançou na maior confusão o aparelho repressivo da PIDE», constituindo «uma grande derrota para o governo fascista de Salazar».

Para os trabalhadores e o povo português, «tal acontecimento foi em geral considerado um grande êxito da luta antifascista e uma grande vitória do PCP».

Assim, considera Jaime Serra que, nas novas condições políticas, «é um dever manter e defender as características do Partido revolucionário da classe operária e de todos os trabalhadores que somos e queremos continuar a ser».

A explosão da precariedade provocada pela globalização neoliberal

■ Eugénio Rosa

No artigo anterior, partindo da empresa, procurámos explicar como a lógica actual de funcionamento do sistema capitalista, utilizando os seus instrumentos preferenciais (as empresas globais e as empresas multinacionais), geram de uma forma inevitável a precariedade, e, como consequência, tudo aquilo a que ela está naturalmente associada: a exclusão social crescente, o agravamento das desigualdades e na repartição da riqueza, o sentimento generalizado de insegurança, a atomização crescente da sociedade, o salve-se quem puder, etc. Assim, a precariedade, o trabalho informal, etc., tornam-se um dos instrumentos privilegiados que o capitalismo utiliza, no momento actual, para maximizar a taxa de lucro.

Neste artigo, utilizando a linguagem fria dos números, muito deles oficiais, procuraremos mostrar que essa explosão de precariedade e do trabalho informal está a atingir tanto os países subdesenvolvidos ou da periferia, com também os países desenvolvidos ou do centro.

Dois exemplos apenas: os casos do Brasil e da Argentina.

De acordo com Gilberto Dupas (Economia Global e Exclusão Social), no Brasil, entre 1991 e 1997, o número dos trabalhadores sem qualquer contrato cresceu 27%, enquanto o número dos com contrato diminuiu 28% durante o mesmo período. Igualmente verificou-se um grande aumento na chamada categoria «conta própria». Como resultado desta explosão da precariedade, em 1998 o chamado sector informal representava já 54% da mão-de-obra metropolitana brasileira.

Na Argentina, a partir de 1976 existem inúmeras formas contratuais que legalizam a precariedade (contratos de conjuntura, contratos de temporada, contratos eventuais, contratos de lançamento de uma nova actividade, etc., etc.). Como consequência, em 1997, cerca de 55% da população estava na situação de subocupação ou de sobreocupação).

De acordo com a própria OIT, na «América Latina, o chamado sector informal já atinge cerca de 40% a 70% do mercado de trabalho. Sua taxa de crescimento anual tem sido superior a 4%, contra apenas 1% do sector formal. A característica do sector informal é a de trabalhadores isolados, muitas vezes inventando o seu próprio trabalho» (Gilberto Dupas, pág. 58), sem horário de trabalho e sem quaisquer direitos.

Explosão da precariedade nos países desenvolvidos

Mas não é apenas nos chamados países da periferia que se verifica uma explosão da precariedade com nefastas consequências sociais. Nos próprios países desenvolvidos o aumento da precariedade e do trabalho informal é um fenómeno cada vez mais grave e mais generalizado atingindo sectores cada vez mais amplos da população.

Na União Europeia, segundo o relatório «O Emprego na Europa em 1999» da Comissão Europeia, em 1998, o emprego a tempo parcial atingia já 17,4% da população em idade de trabalhar; os chamados independentes representavam 14,7% do emprego total, e os com contratos a prazo 12,8%. Portanto, em 1998, dos 151 milhões cidadãos da U.E. empregados, 88 milhões, ou seja 58%, tinham um emprego a tempo parcial, ou estavam contratados a prazo, ou eram independentes. No mesmo ano, a taxa de desemprego na U.E. atingia os 10%, sendo 4,9%, ou seja praticamente metade, desemprego de longa duração. Portanto, aos 88 milhões anteriormente referidos, haveria ainda que juntar quase 17 milhões de desempregados, o que significa que a precariedade e a exclusão social atinge valores impressionantes na própria União Europeia.

Nos Estados Unidos, segundo os dados disponíveis no livro «A Armadilha da globalização», se se somar o número oficial de desempregados (sete milhões em 1995), mais os chamados desencorajados (os que desistiram de procurar

emprego depois de muito o fazerem, e que eram seis milhões), mais os que trabalhavam em part-time (4,5 milhões), mais os com emprego temporário (10,5 milhões), mais os independentes (cerca 8,3 milhões), obtém-se 36 milhões de trabalhadores que estavam na situação ou de desemprego, ou tinham trabalho a tempo parcial, ou estavam contrata-

dos a prazo, ou eram independentes. Para além disso, de acordo com um estudo da OIT, um quinto de todos os empregados trabalha com uma remuneração inferior ao limiar da pobreza, os chamados «working poors».

Em Portugal a precariedade cresce vertiginosamente

Em Portugal, de acordo com o I.N.E., entre o 2.º Trimestre de 1992 e o 2.º Trimestre de 1999, os assalariados com contrato permanente aumentaram apenas 0,6%, enquanto o número de contratados a prazo cresceu 16,8%, e o número dos chamados independentes aumentou em 19,1%. No 2.º Trimestre de

vamento contínuo na repartição da riqueza, em claro prejuízo dos trabalhadores. Por exemplo, nos países da União Europeia, de acordo com os dados do Eurostat, entre 1992 e 1996, o peso das remunerações dos assalariados no Produto Interno Bruto, a preços de mercado (PIBpm) teve a seguinte evolução: na Bélgica passou de 55% para 51,2%; na Alemanha de 57,1% para 54,1%; no Reino Unido de 57,4% para 54,5%; na Itália de 45,2% para 41,1%; na Irlanda de 51,3% para 44,4%. Por outro lado, e como contrapartida, o peso dos lucros cresceu.

Assim, se tomarmos em conjunto toda a União Europeia, a média que as remunerações dos assalariados representam do PIBpm desceu na Comunidade, entre 1992 e 1996, de 52,6% para 51%, enquanto o excedente líquido de exploração, constituído fundamentalmente por lucros, aumentou de 24% para 25,5%.

Em Portugal, durante o mesmo período, o agravamento na repartição da riqueza foi muito maior, pois o peso das remunerações no PIBpm diminuiu de 48,6% para apenas 42,7%, enquanto o excedente líquido de exploração, ou seja, os lucros, cresceram de 36,5% para 39,9% do PIBpm.

Mas esta repartição primária da riqueza é significativamente agravada em Portugal pela redistribuição realizada pela política fiscal. Basta dizer que em 1996, de acordo com dados fornecidos pelo governo à Assembleia da República, 86% dos rendimentos declarados para efeitos de IRS eram de trabalhadores ou de reformados, enquanto os rendimentos comerciais, industriais, prediais, mais valias recebidas por pessoas singu-

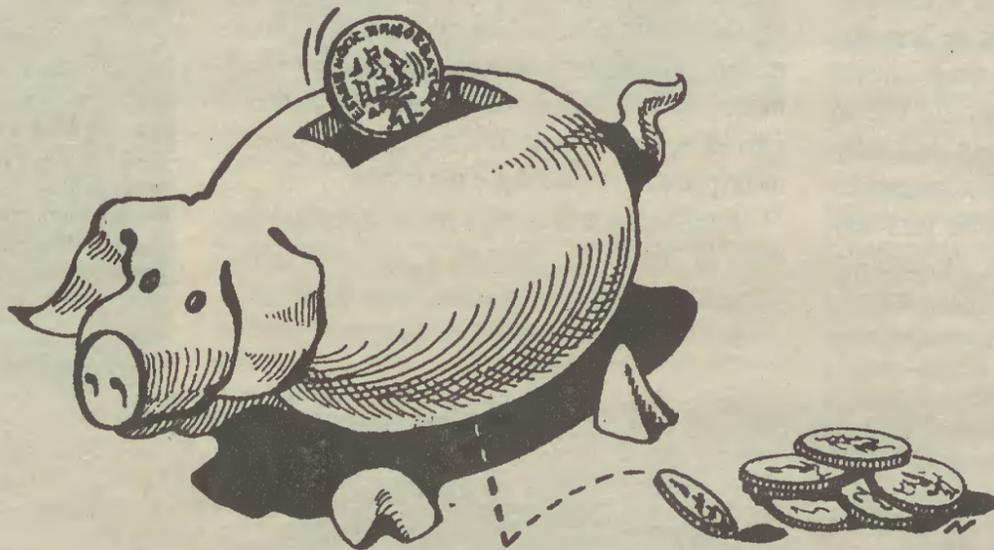
lares representaram apenas 8,8% dos rendimentos declarados. Quem declara muito menos rendimentos, naturalmente paga também muitos menos impostos.

E é significativo e ao mesmo tempo esclarecedor, sob o ponto de vista de interesses de classe que o actual governo defende, que ele se recuse a lançar um imposto sobre a riqueza mobiliária e imobiliária, que anuncie desagravamentos significativos na já reduzida carga fiscal paga pelas empresas (os órgãos de comunicação falam em reduções na taxa do IRC que podem atingir os 9 pontos, o que significa uma descida superior a 26%), e que se prepare para fazer pequenas e insuficientes reduções nos impostos que incidem sobre os traba-

hadores, não alterando em nada significativo a gravíssima injustiça fiscal existente no País.

Algumas reflexões finais

Para maximizar a taxa de lucro, as empresas globais e multinacionais fragmentam não só a cadeia de valor, não apenas o processo de produção, mas também o próprio produto, produzindo as diferentes componentes em países diferentes, aproveitando ao máximo as vantagens comparativas de cada um deles, nomeadamente baixos salários, apoios e isenções governamentais, etc. Nesta estratégia cada vez mais global, não só em termos de mercados mas também de produção, aquelas empresas procuram tornar todos os custos variáveis e flexíveis, incluindo os custos com investimentos e com a mão-de-obra. E para isso recorrem cada vez mais a subcontratações, o *franchising*, o trabalho em rede, etc., etc. A precariedade de emprego, o emprego flexível, o trabalho informal, o trabalho sem horário e sem direitos, etc., está cada vez mais associado à lógica actual do modo de funcionamento do sistema capitalista, tornando-se o seu instrumento por excelência para maximizar a taxa de lucro e para aumentar o domínio e a exploração. Como contrariar esta lógica infernal de exploração, de precariedade e de insegurança crescente gerada pelo modo actual de funcionamento do sistema capitalista? Eis uma questão fundamental que deixaremos para um próximo artigo.



1999, os contratados a prazo, os independentes, os trabalhadores a tempo parcial (menos de 25 horas de trabalho por semana) e os desempregados representavam cerca de 56% da população activa portuguesa.

Por outro lado, se analisarmos a estrutura do desemprego em Portugal identificamos fenómenos extremamente preocupantes. Em Novembro de 1999, estavam inscritos 344.751 desempregados nos Centro de Emprego do IEFP. E sabe-se que muitos portugueses desempregados, por não terem qualquer benefício em estarem inscritos, não o fazem. Daquele total, 153.257, ou seja 44,5%, já estavam desempregados há mais de um ano. Por outro lado, 221.466, ou seja 64,2%, tinham o ensino básico ou menos. Reduzida escolaridade, desemprego prolongado, idade avançada, é o caminho rápido para uma crescente exclusão social.

O crescimento da desigualdade na UE

O aumento das desigualdades na repartição da riqueza não se verifica apenas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre os chamados países do centro e de periferia. É um facto que a desigualdade se tem acentuado vertiginosamente entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, ou da periferia.

Mas nos próprios países desenvolvidos, o crescimento rápido da precariedade do emprego está associada a um agra-

Nordeste

■ José Brinquete

E agora, senhor ministro?

Refiro-me ao dr. Guilherme de Oliveira Martins, actual ministro da Educação. E passo a explicar para que os leitores possam com toda a objectividade tirar as devidas conclusões.

Decorria o ano de 1993, o Partido Socialista encontrava-se na oposição e, como é sabido, ambicionava voltar ao poder o mais rápido possível. As clientelas políticas dos partidos social-democratas a isso obrigam.

Ah! É preciso dizer que meses antes, ainda, no ano de 1992, Armando Vara tinha apresentado no parlamento, em nome do PS, o projecto de lei (n.º 239/VII) de criação da Universidade de Bragança.

Bem, agora, já podemos voltar ao dr. Guilherme de Oliveira Martins.

Então, é assim: em 13 de Março de 1993 a Federação Distrital de Bragança do PS toma a iniciativa de promover um colóquio subordinado ao tema «Universidade de Bragança», para dar suporte, no plano político, à iniciativa parlamentar de Armando Vara/PS.

Participaram nesse colóquio, para além da «fina flor» do partido que o promoveu, entre outros, o reitor da Universidade de Aveiro e o deputado Guilherme de Oliveira Martins, este na qualidade de porta-voz do PS para a Educação.

As conclusões aprovadas nesse colóquio e subscritas por todos os oradores são, em síntese, as seguintes: «A necessidade de criar a Universidade de Bragança, atendendo ao aspecto de que Bragança é hoje a capital de distrito mais distante de qualquer universidade do País», alegando que «o actual Instituto Politécnico dispõe de recursos humanos com formação consentânea com as exigências do ensino universitário, para além das instalações, estruturas sociais e infra-estruturas técnicas e científicas adequadas (veja-se os inúmeros projectos de investigação existentes, bem como todas as situações de apoio à comunidade)».

Penso que agora já todos percebemos do que se trata. Pois é, este «ilustre» senhor foi, nos últimos quatro anos, secretário de Estado da Educação e é, desde Novembro, ministro da Educação de Portugal para os próximos 4 anos.

Portanto, é legítimo perguntar ao senhor ministro da Educação, dr. Guilherme de Oliveira Martins, se mantém a mesma opinião de 1993, acerca da criação da Universidade de Bragança. Porque, em política é mesmo assim: ou as pessoas são coerentes com as suas atitudes ou, sendo incoerentes, caíram em descrédito, como é natural.

Senhor ministro da Educação, certamente que os seus «camaradas», responsáveis regionais, não deixarão de lhe lembrar o compromisso que assumiu em Março de 1993! Entretanto, se me permite, gostaria de lhe fazer um desafio: tenha a iniciativa e a coragem política, de se antecipar, visite Bragança, o mais urgente possível, a transmitir-nos os seus propósitos.

Também não deixam de ser, no mínimo, interessantes o comportamento e a coerência de Armando Vara. Durante anos defendeu e até propôs, como constatámos atrás, a criação da Universidade de Bragança para, muito recentemente, de uma forma grotesca e patética (em plena campanha eleitoral), vir defender a criação de uma Faculdade de Economia «pendurada» de uma outra Universidade.

Sei que muitos socialistas não gostarão do uso de adjectivos como grotesco e patético, mas que outro epíteto poderá ser usado nestas circunstâncias?

Se tivermos em devida conta as responsabilidades políticas de Armando Vara, o mínimo que dele se esperava seria que tivesse apresentado essa proposta por escrito, indicando com clareza o que pretendia dizer com «uma Faculdade pendurada». Nada disso aconteceu. Limitou-se a mandar «areia para os olhos» de quem o ouvia.

Mas mais lastimável é o facto de, logo a seguir às eleições, numa entrevista dada a um jornal regional, Armando Vara ter afirmado que «a transformação do IPB em Universidade põe em risco todo o ensino politécnico do País», e ter acrescentado que «se as pessoas não querem compreender isso, estão a trabalhar para que Bragança não tenha nada». Senhor ministro adjunto, sabe uma coisa? Estamos fartos de ameaças. E de tanto estarmos fartos já nem recebemos as suas...

Bem andaria Bragança — cidade, concelho e região — se um dia empunhasse uma bandeira que incomodasse os poderes instalados na capital, incluindo os ministros adjuntos. Talvez o mal desta terra seja, precisamente, não ter nos últimos anos qualquer objectivo ou reivindicação mobilizadoras que catapultasse para primeiro plano os verbos **lutar** e **reivindicar**.

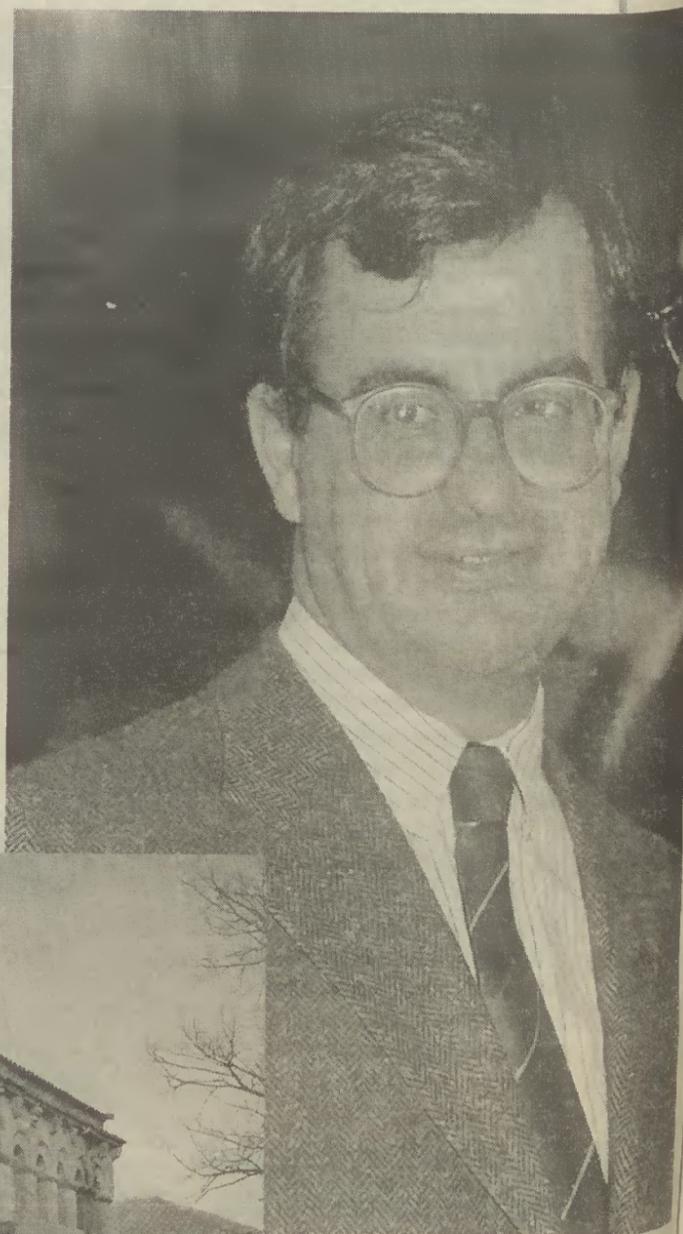
Aprendemos com as palavras avisadas do Presidente da República quando, no mês passado, ao visitar o distrito, dizia: «lutem pelos vossos direitos».

A Assembleia Municipal de Bragança aprovou,

de Bragança possa ser analisada com serenidade, seriedade e responsabilidade. Aguardam-se resultados do trabalho que irá desenvolver. O ensino superior é, do ponto de vista nacional, uma questão estratégica, não se compadece com atitudes oportunistas e eleitoralistas.

Todos esperamos que a Comissão agora constituída saiba definir objectivos estratégicos que respondam às necessidades da região. Sendo certo que, do ponto de vista da decisão do Governo, o mesmo se rege por critérios de natureza política.

Todos sabemos que o ensino superior, com a criação de inúmeros estabelecimentos privados, apadrinhados por PS e PSD, vive no reino da confusão e em alguns casos sob suspeita de manobras e actividades pouco claras. É a lei do vale tudo, a lei da selva. Hoje há universidades privadas que vendem cursos como



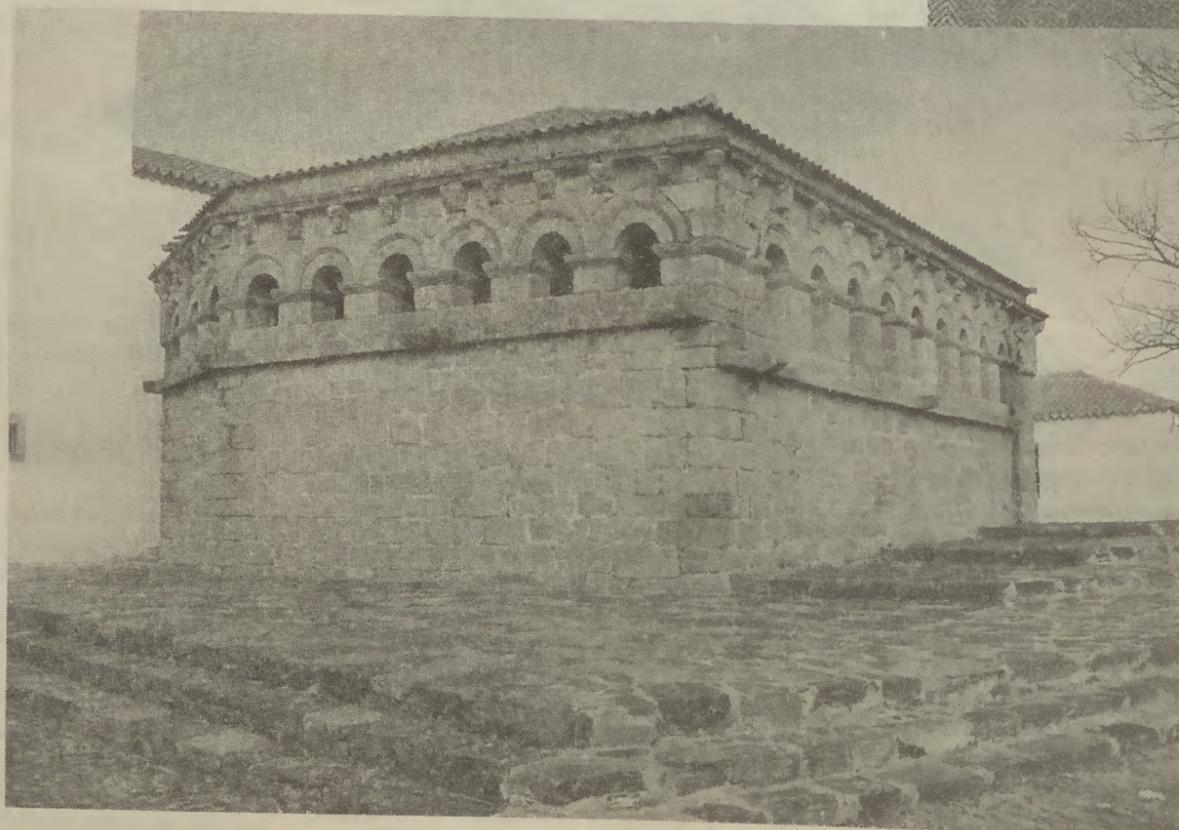
quem vende detergentes ou coca-cola.

Recusamo-nos a participar nessa irresponsabilidade. Queremos e defendemos um ensino superior público de qualidade.

A Comissão Pró-Universidade, depois de definir o que quer, tem muitos caminhos a seguir. De

forma pacífica mas determinada, dentro das normas constitucionais estabelecidas, tanto pode pedir audiências ao Governo como apresentar petições à Assembleia da República e, se necessário, promover uma megamanifestação, em pleno centro da cidade, para fazer ouvir a voz deste povo, que tanto tem sido esquecido e abandonado pelo poder central.

O desenvolvimento exige-o e Bragança merece.



em 26 de Fevereiro de 1999, a criação de uma Comissão Pró-Universidade, amplamente abrangente e representativa das forças vivas, partidos e instituições locais e regionais. Essa Comissão tomou posse no dia 6 deste mês. É liderada pelo presidente da Câmara Municipal de Bragança.

A criação desta Comissão é uma boa medida para que a problemática da criação ou não da Universidade

Elián O menino náufrago sequestrado

herói de uma iliada cubana



■ Miguel Urbano Rodrigues

Nas vésperas do ano 2000 uma situação inimaginável mudou a vida em Cuba: o sequestro pelos EUA de um menino náufrago. O desfecho do crime e da saga ainda permanece em aberto. Mas os episódios que fizeram do sequestro acontecimento mundial moldam uma estória que parece extraída das páginas da *Iliada*.

O povo cubano mobilizou-se para recuperar o menino. Mas não partiu como os antigos aqueus à conquista de uma nova Tróia. Para libertar a criança roubada e derrotar o inimigo travou a batalha no seu próprio solo.

Elián, símbolo da inocência e da pureza, é, aliás, a antítese da bela Helena.

É desta guerra sem choques armados que aqui se fala, uma guerra nunca antes vista em que a pequena Cuba se mobiliza para o combate contra o gigante americano.

O caso correu mundo. Não há quem hoje o desconheça.

Elián Gonzalez, um garoto de 5 anos, da cidade de Cardenas, perto do Varadero, foi encontrado pela Guarda Costeira dos EUA em águas revoltas, agarrado a uma câmara de ar. A mãe e o padrasto haviam perecido no naufrágio da embarcação em que tinham, com outras pessoas, deixado ilegalmente Cuba, rumo às costas da Florida.

Custa a perceber como o menino sobreviveu ao naufrágio, à tempestade, ao frio, a longas horas de angústia. Mas isso aconteceu.

Segundo a letra dos Acordos de Emigração assinados pelos EUA após a chamada crise dos *balseros*, deveria ter sido imediatamente devolvido ao pai, que desconhecia toda a trama da fuga organizada pelo padrasto, um parasita sem ocupação definida.

Não foi o que ocorreu. As autoridades norte-americanas entregaram a criança a familiares de Elián - um tio-avô e uma prima - residentes em Miami. As violações do Direito internacional, das próprias leis dos EUA e de *compromissos* firmados com Cuba acumularam-se a partir de então em cascata.

A chamada Lei de Ajuste Cubana, de 1966, estabelece que cidadãos cubanos, inclusive criminosos, que pisem solo dos EUA têm direito ao direito de residência se o solicitarem. Entretanto, os Acordos de Emigração de 1994, posteriores à crise dos *balseros*, são taxativos no tocante ao repatriamento imediato de qualquer cubano interceptado no mar pela Guarda Costeira, após saída ilegal da Ilha. Era esse o caso de Elián, com a peculiaridade de haver sido subtraído ilegalmente ao pátrio poder.

As autoridades norte-americanas, tripudiando sobre a legislação que lhes cumpria aplicar, tornaram-se cúmplices de um sequestro.

O governo federal permaneceu passivo durante largos dias, lavando as mãos como Pilatos. Interrogado pela comunicação social, o seu porta-voz respondeu com displicência que o assunto não era da esfera do executivo. Foi mais um erro maiúsculo, revelador da má-fé com que estava actuando a engrenagem do sistema de poder.

Mafia de Miami em acção

A mafia de Miami assumiu desde o início o controlo da situação através da Federação Cubano-Americana. Os familiares locais de Elián abriram o jogo. Primeiro solicitaram em nome do menino que lhe fosse concedido o direito de asilo, numa iniciativa sem base jurídica e eticamente inaceitável. Mas foram mais longe. Em conversa telefónica com o pai de Elián tentaram suborná-lo. Segundo Fidel revelou dias depois numa carta lida perante a gigantesca multidão concentrada em frente da sede da missão diplomática dos EUA - o Escritório de Interesses -, essa gente levou a abjecção ao ponto de oferecer dois milhões de dólares ao pai da criança em troca da renúncia ao seu direito a recuperá-la.

Ante a firme recusa ouvida, entraram no terreno da provocação frontal. No dia em que Elián completou seis anos, enfiaram-lhe a camiseta da Federação com o emblema estampado no peito. Quando o pai falava com o menino e o tranquilizava a respeito do seu regresso a Cuba, pretendiam forçá-lo a declarar: «Eu quero ser piloto dos *Hermanos al Rescate!*», a conhecida organização terrorista que promovia

as incursões aéreas que terminaram com o derrubamento de duas avionetas piratas.

Elián apareceu aos telespectadores norte-americanos rodeado de brinquedos sofisticados. Os parentes de Miami, ao lado, sorridentes, justificavam o sequestro com um argumento repetido exaustivamente: «Nós temos dinheiro, aqui ele será, por isso, mais feliz!» No início de Janeiro, o menino foi matriculado numa escola milionária cujas propinas anuais custam 40 000 dólares (mais de 8 mil contos). Uma conta bancária aberta em seu nome ultrapassou já os dois milhões de dólares.



Em Cuba sucedem-se as manifestações pela libertação de Elián, a criança que os EUA não hesitam em usar nesta nova escalada de agressão contra a pequena ilha

Elián tem sido usado pela mafia de Miami como um boneco. O seu futuro, como disse Fidel, é incerto e os danos causados à sua mente infantil podem ser eventualmente irrecuperáveis.

Congressistas norte-americanos desdobram-se em declarações triunfalistas e provocatórias. O pequeno náufrago sequestrado tem sido usado como peça numa campanha repugnante contra a Revolução Cubana.

Era pungente saber que o menino perguntava pelo pagagaio que pretendia fazer subir e pedia notícias dos coleguinhos da sua escola e lhe respondiam despejando-lhe em cima presentes caríssimos.

Povo cubano unido contra os EUA

Transcorreram dias antes que em Washington se tivesse a noção de que os EUA não só estavam a perder uma batalha como criavam condições para um fenómeno paralelo, totalmente inesperado: ofereciam, pela estupidez da sua posição, ao povo de Cuba uma oportunidade única de afirmar perante o mundo a vitalidade da Revolução e a sua verdadeira imagem, sistematicamente distorcida pelos grandes *media* internacionais.

Quando Fidel afirmou que os EUA dispunham de 72 horas para resolver a situação, devolvendo Elián à família e à pátria, no Departamento de Estado interpretou-se a advertência como ultimato. Sorriam, com arrogância. Que poderia Cuba fazer que incomodasse o grande Império?

Congresso dos EUA cede à mafia de Miami

Elián González foi intimado, no sábado, para se apresentar perante o Congresso norte-americano, constituído maioritariamente por deputados republicanos. A audiência foi marcada para 10 de Fevereiro. O menino cubano está legalmente impedido de deixar os EUA até essa data, o que significa que a decisão tomada a semana passada pelo Serviço de Imigração e Naturalização de entregar Elián à custódia paterna foi suspen-

sa e que o menino já não regressará amanhã a Cuba como chegou a ser anunciado.

O envolvimento do Congresso nesta questão, verdadeiramente insólito, é considerado como uma cedência à mafia cubano-americana de Miami e mais uma prova inequívoca de que a questão do pequeno Elián está ser utilizada sem quaisquer escrúpulos na batalha política entre republicanos e democratas na corrida à Casa Branca.

Os mecanismos da engrenagem do sistema de poder norte-americano não podiam prever nem a natureza nem a eficácia da resposta cubana.

Não houve ultimato algum. O povo fez seu o drama do pequeno náufrago. Saiu às ruas em massa para exigir o fim do sequestro e a volta do menino à sua cidade, a casa do pai, onde passava, aliás, a maior parte do tempo.

No primeiro dia, 50 mil pessoas concentraram-se em frente do edifício do Escritório de Interesses dos EUA. No segundo foram 100 mil. No terceiro mais de 300 mil participaram num desfile colossal que terminou no mesmo lugar.

O brado «Queremos Elián!», «Libertem Elián!» deu a volta à Ilha, saiu para o vasto mundo.

No dia 10 de Dezembro, uma sexta-feira, houve desfiles e concentrações nas 14 Províncias da Ilha. O número de pessoas que participaram nas manifestações foi avaliado em mais de 2 200 000, um quinto da população.

Nos dias seguintes a televisão transmitiu imagens de cada um desses acontecimentos.

Até correspondentes estrangeiros conhecidos pela sua hostilidade à Revolução Cubana reconheceram que uma maré de emoção varria a Ilha de lés a lés. A adesão popular ao protesto e à exigência era tão transparente que não podia ser negada.

Desde então não se passa um dia sem iniciativas de massas convocadas para exigir o regresso de Elián.

Um exemplo de dignidade

Com alguma surpresa para os observadores estrangeiros, as manifestações assumiram um carácter multifacetado. O clamor pela volta de Elián tomou-se indissociável de uma poderosa afirmação de unidade, de afirmação de confiança na marcha e no futuro da Revolução. Pela Tribuna Livre montada em frente do edifício havanero do Escritório de Interesses dos EUA desfilaram representantes de toda a sociedade cubana, desde os pequenos pioneiros a poetas como Roberto Fernandez Retamar, historiadores como Eusébio Leal, cortadores de cana, mães de família, militares em uniforme de campanha, estudantes universitários, sindicalistas. Velhas canções revolucionárias são entoadas com emoção, alternando com poemas e letras que andam hoje na boca de um povo que carrega no sangue a música e a dança. O povo bloqueado de Martí e Fidel não perdeu nem a alegria nem a combatividade.

Uma situação que impressionou os enviados especiais dos *media* estrangeiros: a ausência de um forte aparelho policial. Em Washington havia preocupação com a segurança das instalações da sua missão diplomática. Apreensão sem fundamento. Não foi registado até hoje um só incidente, um gesto agressivo contra norte-americanos. A confiança na consciência social do povo cubano é tal que os militares postados em frente do Escritório de Interesses estavam desarmados. Apresentavam-se sem os seus revólveres de serviço. Isto poucos dias após as selváticas cargas da polícia de Seattle contra os cidadãos que ali se manifestavam contra a reunião da OMC. Que contraste!

Inicialmente o governo norte-americano deu indicações de que estava disposto a devolver a criança ao pai. Posteriormente houve um recuo. A proximidade da eleição presidencial preocupa a Administração Clinton. A «libertação» do menino poderia favorecer o Partido Republicano.

O jogo é abjecto, mas real.

Sem entrar no terreno movido das previsões, pode-se avançar uma certeza. Os EUA pela irracionalidade da sua política criaram um incidente que permitiu ao povo cubano, ao assumir colectivamente uma grande causa ética, reencontrar a chama e a capacidade de mobilização dos dias gloriosos do início da sua revolução.

O assalto à razão implícito no sequestro do menino náufrago provocou uma resposta maciça e emotiva do povo cubano; uma resposta que rejuvenesce a Revolução.

O sistema de poder norte-americano está a prestar, contra a sua vontade, um enorme serviço à Revolução Cubana.

Manoel
de Lencastre

Tony Blair em Lisboa

A Grã-Bretanha regressa lentamente à normalidade, após duas quase intermináveis semanas de feriados em relação com o Natal e a entrada do ano 2000. Agora, o primeiro-ministro Tony Blair e a senhora Blair voaram para Lisboa onde, segundo asseveram meios ligados ao n.º 10 de Downing Street, estão em viagem particular. Experimentam as perigosas delícias do sol de Inverno português, visitando Sintra, talvez, saboreando o País recôndito que Byron, Beckford, Southy, Wellesey e tantos outros também conheceram. Talvez, então, tenha o primeiro-ministro do «New Labour» aproveitado para dar uma rápida saltada ao Algarve onde se encontra em estágio a célebre equipa do Celtic...

Tony Blair, dizem-nos, está na residência do embaixador britânico. Mas a sua honrosa visita à capital do mais antigo país aliado julga-se estar ligada à passagem para Lisboa da presidência da chamada União Europeia.

O governo britânico, fiel às suas tradições, está a procurar influenciar a referida presidência e os governantes portugueses quanto a problemas que lhe interessam. Sabemos, por exemplo, que o ministro da Economia e Finanças, Joaquim Pina Moura, visitará o chanceler do Exchequer (Tesouro) no próprio dia em que este jornal surge nas bancas.

Em causa, evidentemente, a tão assustadora «Withholding Tax», um imposto inventado pela UE para atingir importantes capitais retidos nas instituições da City. Este imposto (20% sob certa modalidade de retenção de capitais), se aplicado, atingiria, duramente, o mercado que joga e

vive no domínio dos títulos do Estado britânico. O dinheiro, se vítima de tão «iníqua» taxa, fugiria todo para a Suíça, dizem certos sectores económico-financeiros londrinos, e os Bancos da City perderiam 10 000 empregos.

Eis, portanto, a questão. Tony Blair terá viajado para Lisboa no sentido de interceder junto de Guterres e, acima de tudo, do inefável Gama, para conseguir salvar 10 000 casas de família – ou não terá sido o seu objectivo preservar o mercado dos ameaçados capitais? – Quanto ao ministro Pina Moura, o chanceler Gordon Brown tratar-lhe-á da saúde...

Depois, a 31 de Janeiro, em nova reunião que terá lugar em Lisboa, o futuro do imposto que os capitalistas da City temem, será decidido, talvez amortecido e feito perder o sentido que os alemães e os finlandeses tinham imaginado. A menos que o espírito do 31 de Janeiro entre na ordem do dia entre os ministros portugueses. Disso, porém, temos as nossas dúvidas. E será que os nossos governantes conhecem o que se passou nessa terrível data da nossa História?

Na louca passagem para o Ano 2000

Decadência e realidade em Inglaterra

A passagem para o ano 2000 agitou fervorosamente o ânimo dos povos da Grã-Bretanha. Tudo, evidentemente, tinha sido preparado há muitos meses para dar largar a mil instintos que o temperamento reservado contém e, igualmente, dar a impressão ao mundo de que neste país se vive numa atmosfera de prosperidade absorvente. O Ritz, por exemplo, oferecia três noites por 9500 libras (mais de 3000 contos) sem extras, preço para casal. O Savoy, no Strand, com largas vistas sobre o Tamisa, facturou 10 000 libras (3200 contos) por um pacote que incluía, para duas pessoas, jantar com 17 pratos diferentes e baile abrilhantado por uma orquestra composta por 17 músicos. Algumas das reservas já tinham sido feitas há 20 anos...

Mais: o Dorchester, em Park Lane, modestamente, oferecia instalações numa nave espacial imaginária e jantar que incluía caviar «Beluga» (o melhor), lagosta, «foie gras» e muitas coisas mais por 5000 libras (1600 contos) para duas pessoas – tudo ao som da voz de «Galáctica, a imperatriz do Universo». Em Perthshire, no esplendor do melhor que há na Escócia, o famoso hotel Gleneagles acolhia os seus clientes num rectângulo de patinagem sobre o gelo após o que eram conduzidos para os respectivos aposentos através de corredores iluminados por enormes tochas dispostas em fileiras. A factura, compreendendo 4 noites para duas pessoas começava em 7800 libras (2500 contos) e atingiria as 16 000 libras (mais de 5 mil contos) se se preferisse ficar na Royal Lochnagar Suite.

O programa incluía chás-dançantes e entrada livre no casino onde se exibiam quartetos de instrumentos de corda e uma grande orquestra que só actuou na noite famosa de 31 de Dezembro.

O jantar no «Le Manoir Aux Quat'Saisons» em Oxfordshire (preço: 500 libras por pessoa/160 contos), incluía entretenimentos diversos a cargo de palhaços e bobos, música de gaita de foles, uma «jazz-band» a atacar no «charleston» toda a noite e ceia às 2.30 da madrugada. Os pratos «mais» da preferência dos 500 convivas presentes eram a lagosta assada, escalopes de veado, «foie gras» em terrinas. No campo dos vinhos, «champagnes» sem fim, de todas as marcas, de todos os anos.

Vem aí a gripe!

A meia-noite chegou. Em Greenwich, centro do tempo, o relógio marcou a entrada do ano 2000. Londres explodiu de entusiasmo e festa. Mas não se viu o pânico e o caos que se havia previsto. Multidões sem fim, ao longo das margens do Tamisa descendo entre Vauxhall Bridge e Tower Bridge (a célebre Torre de Londres) para assistirem ao espectáculo de fogo de artifício – coisa incrível, 30 toneladas de material de pirotecnia a serem «disparadas» de 16 barcaças. O trânsito fora cortado nas pontes de Waterloo e Blackfriars devido a temer-se que o peso de tanta gente causasse um terrível desastre. Ao princípio da noite já estavam cerca de um milhão de pessoas no centro de Londres; Piccadilly, Leicester Square, Trafalgar Square, e na Oxford Street, em Marble Arch, Hyde Park, Knightsbridge, Kensington.

Em Greenwich, na presença da rainha Isabel II, do primeiro-ministro e de todo o creme da «melhor sociedade política», realizou-se um carnaval de sons e acrobacias. Tony Blair veio da Abadia de Westminster. A monarca, de Sandringham – mudança de vestuário, rapidamente, em Buckingham Palace, missa, logo a seguir, na catedral de Southwark, e uma visita só de minutos, a um asilo de pessoas sem abrigo. A realidade impôs-se – então numa conjuntura destas, quase irreal, também existem pessoas sem abrigo?

A epidemia de gripe ajudou a temperar os acontecimentos. Correram notícias, quando o Big Ben badalava a meia-noite, de que todos os hospitais britânicos estavam cheios, a abarrotar, com pacientes que buscavam tratamento urgente contra o desconhecido vírus. Pior, ainda: rapidamente, começou a circular uma incrível informação – em toda a Grã-Bretanha, um país que não é tão pequeno como isso, só existiam quatro (quatro!) camas vagas!!!

Fogo de artifício e crise nos hospitais

As pessoas mal queriam acreditar nesta terrível situação. Na noite luminosa e de glória da entrada do ano 2000 era impossível pensar na decadência do sistema. Todos e todas se abraça-

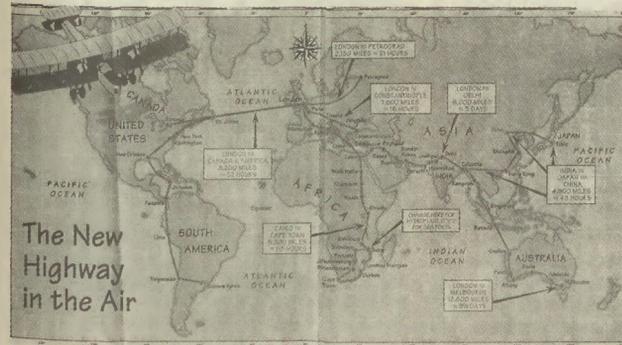
vam às frivolidades que tinham diante dos olhos. O fogo de artifício subia nos ares. Fazia da noite espectacular um momento raro na vida de cada um. Era imperioso fugir da verdade. Mas ela existe. Não adianta esquecê-la. Só quatro camas nos hospitais...

Em todas as zonas do país as autoridades dos serviços de Saúde Nacionais trabalhavam febrilmente para arranjar mais camas na previsão, evidentemente, da epidemia de gripe mas, também, de excessos nos festejos do chamado «New Millennium». E confirmou-se que em Londres, onde existem sempre 275 camas nos sectores de cuidados intensivos nos hospitais, agora só quatro estavam disponíveis. Em certos hospitais das províncias, já estava a recorrer-se ao expediente de transferir doentes para outros estabelecimentos a 300 quilómetros de distância. Problemas em Plymouth: os médicos queriam transferir um doente para Wolverhampton a fim de poderem vagar a respectiva cama. Disse o dr. Scott Ferguson, médico dos serviços de cuidados intensivos do Derriford Hospital, de Plymouth: «Esta situação afecta crianças e adultos. Há mais de quatro semanas que nos encontramos sob terrível pressão. Já mandámos um doente para Torbay, a 40 milhas de distância. Agora queremos transferir outro, mas a única vaga que existe é em Wolverhampton, a 250 milhas (mais de 400 quilómetros).»

No dia 31 de Dezembro, a situação melhorou um pouco quando vagaram duas camas no St. Thomas Hospital e uma em Kingston, mas os médicos adiaram que todas seriam ocupadas em questão de horas. Disse o dr. Craig Davidson, de St. Thomas: «Já vem um doente a caminho. Agora, só tenho uma cama vaga. E note-se que o nosso é um dos poucos hospitais melhor conhecidos como dispo de capacidade adicional.»



Quando o mundo era uma «viagem» britânica...



Atlee, chefe do governo trabalhista eleito em 1945. As esperanças não se cumpriram



Durante a guerra, as mulheres ganharam protagonismo. Mas depois...

Todos contra o capitalismo!

Estamos a 6 de Janeiro. O Sindicato dos trabalhadores da indústria têxtil e do vestuário (GMB) deu um grito de alarme. Fez saber a toda a Grã-Bretanha que os famosos armazéns também presentes em Portugal onde vendem monos, Marks & Spencer, estavam a retirar encomendas de fábricas britânicas e, transferindo-as para outros sítios no globo, já tinham provocado o despedimento de 6000 operários. Gritou o secretário do sindicato: «Valha-nos o Arcebispo de Canterbury!» Mas, duvidando de que George Carey (a arcebispo) pudesse fazer alguma coisa num terreno pertencente aos accionistas dos Marks & Spencer, pôs-se à frente de uma manifestação de trabalhadores às portas da entidade patronal, em Moorgate, na City. Um desesperado esforço.

Os «Marks & Spacks», como o povo britânico os identifica melhor, têm atravessado uma crise. Os lucros respectivos andam em queda, anualmente. Mesmo assim, à média de 500 milhões de libras por exercício não podem considerar-se maus. Os accionistas, entretanto, exigem mais valor relativamente ao capital empregue, o que significa mais eficiência e menos pessoal. As encomendas foram para Israel (o país preferido dos M&S), para o Sri Lanka, para a China e para a Indonésia. A minguada ficaram fábricas do País de Gales, na Escócia e no Norte de Inglaterra. Os M&S, dizem: «Sorry, a nossa cadeia de fornecedores revelou-se incompetitiva. Tivemos de agir.»

O secretário do sindicato, entretanto, declarou aos trabalhadores durante a manifestação em Moorgate: «Sabem uma coisa? Fazer uma gabardina, um fato, uma camisa na Indonésia ou no Sri Lanka custa só 5% dos preços de produção na Grã-Bretanha. Como os capitalistas não têm pátria, levam o dinheiro para esses países onde constroem fabriquetas e recomeçam o trabalho que suspenderam no nosso país.»

O governo do «New Labour» em que o país tinha depositado tantas esperanças, falhou. Tony Blair, falhou. Não, não, a verdade é que não faltou às promessas feitas ao capitalismo em geral!

«YeEEEEEEes!», respondeu um coro ensurdecido.

Aspectos da vida britânica

A Grã-Bretanha é um dos países mais modernos e avançados em todo o mundo apesar das gritantes injustiças e desigualdades que marcam a sua sociedade.

Estas, naturalmente, resultam das contradições de classe bem conhecidas e perfeitamente aparentes em todas as cenas da vida normal.

Tais contradições, como se sabe também, agravaram-se com o desenvolvimento do capitalismo que, ao longo dos séculos, tem presidido às principais tragédias que o país conheceu. Pelo contrário, as lutas dos povos inglês, irlandês, escocês e galês, aceleraram avanços que jamais teriam tido lugar sem elas.

Quando a II Grande Guerra Mundial se definiu no horizonte da História e os povos verificaram o destino que os aguardava, o imperialismo, em dificuldades por ele próprio criadas, apelou às classes populares para defesa do país. Elas, patrioticamente, responderam, mas exigindo que

a praga do desemprego fosse para todo o sempre eliminada. Os capitalistas concordaram. Mas as massas, depois da grande vitória e profundamente impressionadas pelo que estava a passar-se na URSS, decidiram que só um governo trabalhista e uma política verdadeiramente nacional poderiam garantir aquela histórica e fundamental exigência.

Ora os governos «Labour» traíram, invariavelmente, os compromissos tomados para com o povo britânico e, hoje, a situação é ainda pior do que a verificada em 1939. Hoje, o conceito de emprego começa a desaparecer. O capitalismo meteu na cabeça do mundo a ideia de que sendo «livre» todos os cidadãos, também cada um deve ser patrão de si próprio e trabalhar apenas em regime de subcontrato e à tarefa. O capitalismo, assim, foge às suas responsabilidades. Mas encontrar-se-á com o seu destino histórico...

Gastos familiares, pessoais, do lar

(Uma libra/Esc: 320)
Milhões de libras

	Em 1998	Em 1990
1. Alimentação e bebidas não alcoólicas	54 113	41 817
2. Bebidas alcoólicas e tabaco	41 577	30 009
3. Vestuário e calçado	32 479	21 934
4. Habitação, água, energia	94 341	56 729
5. Mobiliário, equipamento para o lar, manutenção de casa	31 999	19 882
6. Saúde	6 186	3 559
7. Transportes	78 806	51 767
8. Telefones e outras comunicações	10 835	6 485
9. Actividades recreativas e culturais	58 485	35 733
10. Educação	8 492	3 221
11. Restaurantes e hotéis	39 910	24 762
12. Outros serviços e produtos de consumo	66 149	40 166
Total	523 372	336 064

Se tivéssemos espaço e tempo analisaríamos cada uma das mencionadas rubricas do ponto de vista da posse dos serviços e dos produtos vendidos e do destino das receitas geradas. Mas basta olhar de relance a tabela acima para con-

cluir-se que mesmo as receitas que eram do Estado passaram para capitalistas. Eles, de facto, são proprietários da Grã-Bretanha e do valor do trabalho do seu povo.

Sectores onde se desenvolve o trabalho dos britânicos (... e se acumulam os lucros e as mais-valias dos capitalistas!!!)

(Uma libra/Esc: 320)
Milhões de libras

	Milhares de empregos	Varição
1. Agricultura e Pescas	526	-5,2%
2. Águas, Energia	223	-0,6%
3. Indústria	4 317	-4,1%
4. Construção	1 805	0,1%
5. Serviços		
Distribuição, hotelaria, restaurantes	6 106	0,5%
Transportes e comunicações	1 661	4,7%
Negócios, serviços financeiros	5 093	3,0%
Administração Pública, Saúde, Educação	6 398	0,9%
Outros	1 548	-0,3%
Total	27 677	0,3%

Salta à vista a perda de empregos no sector industrial (-4,1% em relação ao ano anterior) e o ganho correspondente nos Transportes e Comunicações – o que demonstra o quanto a sociedade de agora se encontra tão estranhamente dominada pelos telefones e pelas televisões...

Igualmente, não pode escapar o facto de que num país de quase 60 milhões de habitantes, apenas 27 estão efectivamente registados como

exercendo uma actividade. Os outros são as donas de casa, as crianças, os idosos e os doentes, os desempregados, os excluídos, os milhões de pobres e, evidentemente, os especuladores que são também alguns...

1) Origem: «Britain 2000» um relatório do «Office of National Statistics».

2) Relativamente ao ano anterior: números de 1998.

Advertências

A concentração monopolista soma e segue, sob o beatífico sorriso do primeiro-ministro e o diligente empenhamento do ministro Pina Moura: A «megafusão» agora anunciada mancomunada o BCP/Atlântico e o Banco Mello, dando origem ao maior banco privado português. Não menos diligentemente, o secretário-geral da UGT, João Proença, correu às televisões para «advertir» o novo consórcio bancário de que a sua organização sindical «estará atenta» na defesa dos direitos dos trabalhadores dos dois bancos agora «fundidos». E «atenta» porquê? Porque – João Proença *dixit* – as fusões bancárias implicam redução de pessoal, pela que a UGT, ó maravilha das maravilhas!, estará «atenta».

Atenta está, de certeza. Tão atenta que, mal os senhores do dinheiro anunciaram o seu negócio, esta central sindical acorreu a admitir, ela própria, reduções de pessoal, poupando aos senhores banqueiros o ónus, sempre espinhoso, de serem eles a anunciá-las. Assim, o caminho fica já aberto e bestialmente simplificado: na altura adequada, a UGT há-de aparecer a representar o seu papel de «defensora dos trabalhadores» partindo duma

PONTOS CARDEAIS

base de negociação que admite, *a priori*, as reduções de pessoal, pelo que o que há a negociar será um prato de lentilhas de acordo com os interesses dos banqueiros. Quanto a estes, nem precisam de se maçar com as demagogias do costume para explicar os despedimentos, arengando sobre a necessidade de «rentabilizar», «flexibilizar» e «racionalizar», já que a redução de pessoal é um ponto assente e definido pela própria central sindical! Uma vergonha. E um descaramento sem limites.

Presidências

A presidência portuguesa do Governo da Comunidade também se esforça por seguir no «pelotão da frente» e, à semelhança de alguns dos seus antecessores, promoveu e aceitou financiamentos de empresas privadas como contribuição para as despesas desta presidência, a troco de publicidade para as empresas contribuintes.

A gente ouve isto e fica sem fala. Então a presidência de um Governo da Comunidade

aceita ser financiada por empresas privadas? Onde é que pára a propalada independência governativa do poder económico? E o que é que se segue? As empresas privadas a financiar as despesas do próprio Governo português? Mas onde é que já vamos? Numa república das bananas?

Pelo menos – e pelos vistos – já estamos numa «Comunidade das bananas»...

Presidencialadas

O país anda numa risota com as «novidades presidenciais» vindas do PSD, esbandalhando-se a rir com a abortada autocracia de Vieira de Carvalho – uma «candidatura do Norte» promovida pelo próprio e que durou 24 horas, o tempo que mediou entre o auto-anúncio e o encontro do presuntivo candidato com o presidente do partido, Durão Barroso. Nesse curto lapso de tempo, esfumaram-se na brisa do laranjal os «numerosos apoios» do PSD a Vieira de Carvalho, com enérgicos desmentidos dos presumíveis apoiantes a correrem para as

redacções, enquanto o próprio candidato, no curto espaço de uma hora, afirmava à entrada do encontro com Durão Barroso que «não era homem para desistir», dado que «pensava maduramente» nas suas decisões e, à saída, tartamudeava que «nunca iria criar divisões no partido» e prometia esclarecimentos aos jornalistas numa conferência de imprensa que daria no dia seguinte. E no dia seguinte... adoeceu, pelo que não se apresentou na conferência de imprensa nem prestou quaisquer esclarecimentos, até hoje. As melhoras.

Anúncios

O superministro Jorge Coelho convocou, na passada terça-feira, uma conferência de imprensa para anunciar que o relatório preliminar sobre o acidente do avião da SATA na ilha de S. Jorge, nos Açores, já estava concluído. Expectantes, os jornalistas aguardaram o resultado do referido relatório, mas o ministro, no seu sorriso de infundável amplitude, afirmou que só divulgaria os resultados desse relatório... no dia seguinte! Se assim era, por que convocou uma conferência de imprensa na terça-feira? Não era mais lógico, económico e respeitador dos jornalistas que fizesse tudo de uma vez na quarta-feira? O que esta gente faz para andar todos os dias na televisão...

Corrupções

Prosegue o estendal de corrupções que anda a abanar a Democracia Cristã na Alemanha e afundou no descrédito o «grande construtor da Europa», Helmut Kohl. Agora foi o próprio presidente da CDU alemã que veio a público confessar que, ele próprio, aceitara financiamentos ilícitos de um vendedor de armas, na altura interessado em colocar os seus «produtos» na Arábia Saudita. Quanto a Kohl, de herói passou rapidamente a vilão entre os seus próprios correligionários, que o estão a abandonar com toda a descontracção e frieza, incluindo (e sobretudo) a direcção e os principais dirigentes da CDU, muitos deles, aliás, repimpados nos cargos graças e às costas do próprio Helmut Kohl. Só que o «gigante» Kohl – como carinhosamente lhe aduladores nos tempos áureos de poder indiscutível e indiscutido – resolveu reagir e já avisou que «não vai abandonar a política», o que desassossegou imensa gente. A coisa promete...

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Cinco notas de mim

Pessoal

Escrever neste espaço oferece a plena sensação de liberdade. Pensem que estão na beira-mar. Parece que a infinita distância nos invade

e nos repousa. Tece o mar no seu tear de eternidade e não me incita a que me desinteresse da qualidade

dos versos. Não. Ainda é mais exigente para me pôr de acordo com a gente que me lê. Camarada,

meus versos, vidro velho, pensam que são um pouco o teu espelho e sob os pés nem sentem a geada.

Poeminho

Vou m mandar-te um abraço pela primeira nuvem que passar

Ah, bem capaz é ela de chover pelo caminho!

Está bem. Haverá mais flores no ano que vem.

Omnipotência

Bom Deus, faz que o Sporting ganhe! Bom Deus, dá a vitória ao meu Benfica!

Dizem, bom Deus, que podes tudo. Então? Isto para ti não é senão uma ninharia.

Porto-Lisboa

Na carruagem circumspecta a mulher gorda, gorda, gorda canta em voz clara desinibida: «No barco lá vem vem o meu amor».

Vê-se que é pioneira do rancho folclórico.

Desceu em Alfaiates e a carruagem ficou nitidamente viúva.

História

Há mais, bem mais de um século, dissemos é preciso repartir a riqueza. Os tempos que vieram mostraram que temos razão? Ah, com certeza!

Há bem, bem mais de um século, dissemos é preciso defender a natureza. Os tempos que vieram mostraram que temos razão? Ah, com certeza!

Há mais, bem mais de um século, dissemos é preciso atender à grandeza do povo. Os tempos mostraram que temos razão? Ah, com certeza!

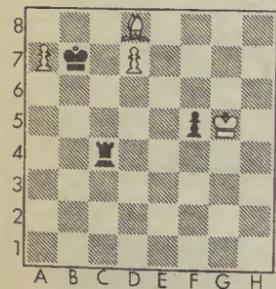
Continuamos, continuaremos, a enfrentar a aspereza da luta pela razão que temos? Ah, sim, com certeza!

XADREZ

DCCXXXV - 23 DE DEZEMBRO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999X46

Por: Ladislav Prokes'
«Sach», 1930

Pr.: [3]: Pf5 - Tc4 - Rb7
Br.: [4]: Ps. a7, d7 - Bd8 - Rg5



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1999X46 [L. P.]

1. a8=D+, R:a8; 2. Bb6, Tg4+; 3. Rh6, Tg8;
4. Rh7, Tf8; 5. Rg7, Tb8; 6. Bc7 e g.

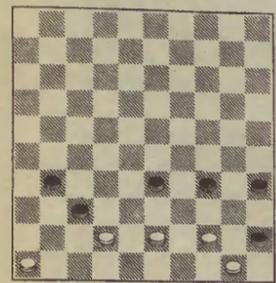
A. de M. M.

DAMAS

DCCXXXV - 23 DE DEZEMBRO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999D46

Por: P. Kuiper
NL, 1965

Pr.: [6]: 31-33-34-35-37-45
Br.: [6]: 42-43-44-45-47-50



Branças jogam e ganham

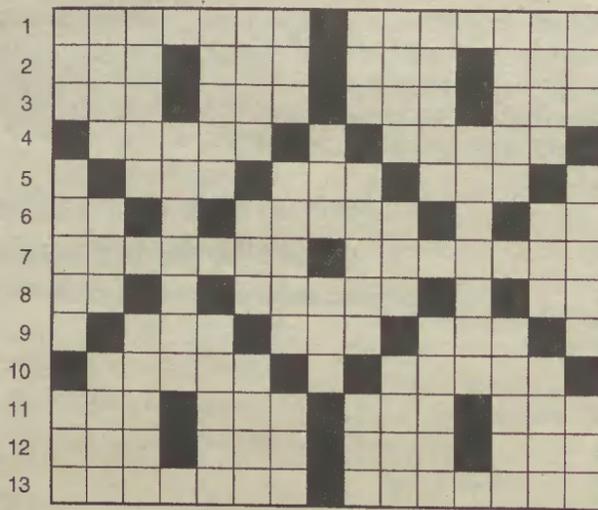
SOLUÇÃO DO N.º 1999D46 [P. K.]

1. 46-41, (Tf8x39); 2. 44-40, (35x44); 3. 41-37, (37x42); 4. 47-44+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 – Bebida preparada com aguardente de cereais aromatizada com bagas de zimbro; duplicar. 2 – Patrão; aqui está; nome da sétima letra do alfabeto grego; ice. 3 – Prep. indicativa de carência ou ausência; pequeno poema da Idade Média, narrativo ou lírico, em versos octossilábicos; estudar; comparece. 4 – Sinete ou carimbo empregado para autenticar documentos (pl.); presa da ave de rapina (pl.). 5 – Igreja episcopal ou patriarcal (pl.); enfermidade; nota musical (pl.). 6 – Ósmio (s.q.); grupo musical de estudantes, que se desloca para concertos (pl.); Cobalto (s.q.). 7 – Fragmentos de argamassa soltos das paredes e tectos velhos (pl.); misturar umas coisas com outras. 8 – O mais (ant.); agulhas de pinheiro; naquele lugar. 9 – Suf. nom., de origem latina, que exprime a ideia de origem; isolados; pano de arrás. 10 – Fruto silvestre; cerume (pl.). 11 – Profundo; acolá; textualmente; nota musical (pl.). 12 – Condimento; sofrimento; amarro; irmão do pai. 13 – Aplanara; partira em lascas.

VERTICAIS: 1 – Fluido aeriforme; buraco no solo, no tronco de uma árvore, para acolher animais (pl.); nome de mulher. 2 – Nome de letra (pl.); ilha do arquipélago de Cabo Verde; condutor de palanquim, na Índia. 3 – Denominações; tornei mole ou brando. 4 – Imprudente. 5 – Bonitos; ermida fora do povoado. 6 – Braço de rio (pl.); bigorna de ourives; estímulo. 7 – Empunhei; cada uma das nove divindades que, segundo a mitologia romana, presidem as letras, ciências e artes liberais (pl.); cólera. 8 – Ilha inglesa no mar da Irlanda; esmaga. 9 – Massa gelatinosa obtida a partir das chamadas soluções coloidais; sacerdote budista tibetano (pl.); chiste (fig.). 10 – Líquido muito volátil e inflamável resultante da desidratação do álcool pelo ácido sulfúrico; hipótese (pl.); menciona um texto. 11 – Lebre-das-pampas (pl.); o m.q. porco (pl.). 12 – Fazer justiça por suas mãos. 13 – Parte do templo destinada aos fiéis (pl.); pula. 14 – Flancos; óxido de cálcio; passar para fora. 15 – Soberano; grupo de cantores; ressoa.

SOLUÇÃO:
VERTICAIS: 1 - Cás; focas; lsa. 2 - Enes; Sal; amal. 3 - Nomes; emoh. 4 - Levia-
Alisara; lascara.
HORIZONTAIS: 1 - Genebra; gennira. 2 - Amo; eis; eia; ale. 3 - Sem; lat; ler; val.
4 - Selo; calés. 5 - Ses; mah; sis. 6 - Os; lmas; Co. 7 - Calças; mesclar. 8 - Al; samas;
14 - 9 - Enos; sos; rás. 10 - Amora; ceras. 11 - Imo; ali; sic; lds. 12 - Sal; dor; aro; tio. 13 -
15 - Ret; corai; soa.
sal. 10 - Eter; ses; cta. 11 - Mards; recos. 12 - Linchar. 13 - Naves; salta. 14 - Alsi; cal;
no. 5 - Belos; orada. 6 - Kias; tas; alor. 7 - Ast; musas; tra. 8 - Man; mói. 9 - Gel; lamas;

AGENDA



O 18 DE JANEIRO E O MOVIMENTO OPERÁRIO

- debate com Domingos Abrantes e Costa Feijão
Sábado, 15,
às 21h30
no CT
da Marinha Grande

Marinha Grande

JANTAR-CONVÍVIO DE METALÚRGICOS DO PCP

com a participação de Jerónimo de Sousa
Sexta-feira, 14, às 21h,
no CT do PCP

Visitas de deputados

Hoje mesmo, quinta-feira, **Ilda Figueiredo**, deputada da CDU no Parlamento Europeu, cumpre em Matosinhos um programa de trabalho junto do Sindicato dos Pescadores e de outros trabalhadores (às 14h, junto ao bar da lota do porto de Matosinhos) e com a Direcção da Propeixe (às 15h30), sobre a atribuição de quotas de pesca recentemente alteradas e outras questões de interesse para o sector das pescas. No próximo sábado a deputada do PCP **Luísa Mesquita**, eleita por Santarém, desloca-se a Casais Romeiros (freguesia de Bugalhos, concelho de Alcanena) para contactos com a sua população, que tem decerto mais que uma palavra a dizer quanto à hipótese de instalação de um aterro de resíduos industriais na zona de Casais Romeiros.



69 anos de vida do "Avante!" Património e perspectiva

- debate com o camarada José Casanova

Sábado, 15, às 15h30,
no CT
de Viana do Castelo

Covilhã

Sábado, 15, 15 h.
sede das Juntas
de Freguesia da Covilhã

Reunião de eleitos autárquicos comunistas do distrito de Castelo Branco

Nova Legislação Autárquica
- Direito de Oposição
com a participação
de Daniel Branco

Reunião do OD da Zona Norte de Freguesias de Lisboa com eleitos autárquicos

- Apreciação do trabalho desenvolvido no plano autárquico e partidário
- Plano de iniciativas do Partido em 2000

Terça-feira, dia 18 - 21h
- CT Vitória

VIAGEM Á CHINA

Pequim - Xian - Xangai
Guilin - Macau
Hong-Kong

10 a 24 de Setembro de 2000

(Informações: DORS / Cam. Adelaide - Tel. 2265526123)

Iniciativa nacional de debate sobre as questões da Toxicodependência



com a participação de Francisco Lopes; Gonçalves da Costa, Juiz e João Goulão, Presid. do SPTT

Sábado, dia 15, a partir das 10h30,
no Salão da Junta
de Freguesia de Alcântara



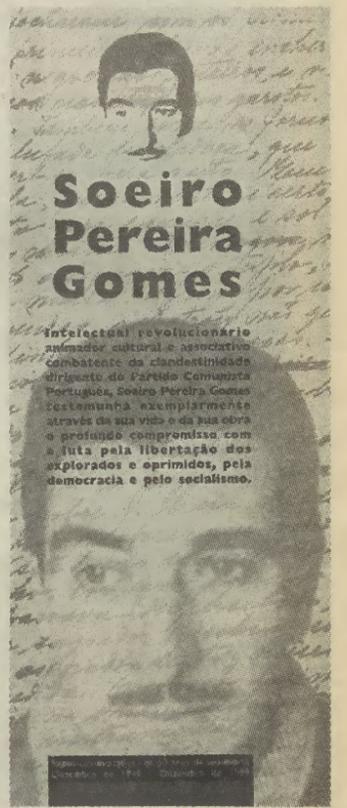
Torres Vedras
Sábado, 15 - 15 h.
- Auditório Municipal

ENCONTRO DE ACTIVISTAS DA CDU

Os problemas das populações
A intervenção da CDU nos órgãos autárquicos
com a participação de António Andrez

Soeiro Pereira Gomes
- Literatura e intervenção política
Colóquio no Centro Cultural Regional de Santarém
19 de Janeiro
às 21 horas

Participação de Manuel Gusmão e Urbano Tavares Rodrigues



Plenários e outras reuniões das Organizações do Partido

LISBOA

Bancários - Plenário de militantes da Organização, sobre as eleições para os Corpos Gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas: hoje, quinta-feira às 17h30, no Centro de Trabalho Vitória.

Seguros de Lisboa - Plenário de militantes da Organização, sobre a situação política e sindical no Sector e linhas de trabalho para este ano: hoje, quinta-feira, às 18h, no Centro de Trabalho Vitória.

Marvila - Plenário da organização da freguesia, para discussão da situação política e avaliação do trabalho autárquico: sexta-feira, 14, às 21h, na Comissão de Moradores da zona I (Av. Dr. August

to de Castro, junto à estação do Metro de Chelas).

Sta. Engrácia - Plenário de militantes da freguesia, com a participação da camarada Maria da Piedade Morgadinho: sábado, 15, às 15h, na sede do Grupo Recreativo "Os Sempre Unidos".

Anjos - Plenário de militantes da freguesia sobre o trabalho autárquico e o plano de trabalho da Organização: sábado, 15, às 15h, no Centro de Trabalho Vitória.

OVAR

Plenário de militantes do concelho de Ovar sobre a situação política e social e perspectivas de trabalho da Organização para o ano em

curso, com a participação do camarada António Salavessa: sexta-feira, 14, às 21h30, no Centro de Trabalho de Ovar.

SINTRA

Casal de Cambra - Plenário de militantes da organização local: sexta-feira, 14, às 21h30, na garagem do cam. Garcia.

Algueirão - Convívio no Centro de Trabalho: sábado, dia 15, a partir das 16h30

VIALONGA

Plenário de militantes sobre o trabalho autárquico: sábado, 15, às 15h, no Centro de Trabalho local.

Debate sobre Transportes, Trânsito e Estacionamento na Cidade de Lisboa

promovido pela Direcção da Cidade de Lisboa
Quinta-feira, 20, às 18h30, no Hotel Sofitel (Av. Liberdade)

TELEVISÃO

Quinta, 13

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.15 Regiões
20.00 Telejornal
21.30 A Lenda da Garça
22.10 Lições do Tonecas
22.40 Maggie
(EUA/1998, com Rita Wilson, Mae Whitman, Victor Garber. Drama)
00.20 24 Horas
00.50 Primeira Página
01.25 No Rasto do Mal
02.20 Fantasmas
(de Joe Chappelle, EUA/1997, com Peter O' Toole, Rose McGowan, Joanna Gong, Liev Schreiber, Ben Affleck. «Thriller»)

RTP 2

07.30 Hora Viva
10.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 Índios Americanos
18.00 Informação Religiosa
18.35 Mistérios e Mitos do Séc. XX



Noel Coward - última parte (no domingo) do notável documentário que vem sendo transmitido na RTP2

19.00 Juvenil
20.35 Amazônia Indómita
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.55 Acontece
23.15 O Notável Século XX
23.45 Mistérios de Ruth Rendell
00.45 A Firma
01.20 Corredor
(de Sharunas Martas, Lit./Ale/1994, com Katerina Golubeva, Viacheslav Amiranian, Sharunas Martas. Drama Poético)

SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Loja do Camilo
21.30 Terra Nostra
22.30 Esta Semana
23.45 O Rochedo
(de Michael Bay, EUA/1996, com Sean Connery, Nicolas Cage, Ed Harris, David Morse, John C. McGingley. Ver Destaque)
02.35 Último Jornal

TVI

09.00 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.20 Alta Velocidade
19.30 Directo XXI
20.00 Polícias e Ladrões
21.00 Os Reis da Música Nacional
00.15 Confiança Perdida
(de Bill Corcoran, EUA/1993, com Melissa Gilbert, Kate Nelligan, Shirley Douglas, Dick Latessa. Drama)
02.20 Doido por Ti
03.00 Adultos à Força
04.00 A Balada de Hill Street
05.00 Serras Azuis

Sexta, 14

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.15 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.10 Soldados do Universo
(de Paul Verhoeven, EUA/1997, com Casper Van Dien, Dina Meyer, Jake Busey. Acção / Ficção Científica)
00.20 24 Horas
00.50 Primeira Página
01.25 Futebol (Final do Camp. Mundial de Clubes)
03.00 NBA

RTP 2

07.30 Hora Viva
10.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 Os Samurais
18.00 Informação Religiosa
18.35 Mistérios e Mitos do Séc. XX
19.00 Juvenil
19.55 Andebol: Portugal-Noruega

21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.55 Acontece
23.15 O Notável Século XX
23.45 Viagem no Cosmos
00.40 Andamentos
01.10 Crime Violento
02.05 Bem... Você Percebe!

SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Chuva de Estrelas
22.10 Terra Nostra
23.35 Jogo Limpo
02.25 Último Jornal
02.55 Afrodísia

TVI

09.00 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.20 Alta Velocidade
19.30 Directo XXI
20.00 Polícias e Ladrões
21.00 Os Reis da Música Nacional
00.15 Confiança Perdida
(de Bill Corcoran, EUA/1993, com Melissa Gilbert, Kate Nelligan, Shirley Douglas, Dick Latessa. Drama)
02.20 Doido por Ti
03.00 Adultos à Força
04.00 A Balada de Hill Street
05.00 Serras Azuis



"Gigantes do Século", em estreia segunda-feira na RTP2, omite muitos "gigantes", mas no primeiro episódio fala de um dos incontestáveis: Luther King



"A Loja do Cidadão", para ver sempre ao domingo na RTP1

Sábado, 15

RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Top +
15.15 Parlamento
16.15 Máquinas
17.10 Sete em Miami
18.00 Jet 7
18.50 Futebol: Marítimo-Benfica
21.00 Telejornal
22.20 Santa Casa
24.00 Esquadra de Polícia
01.00 24 Horas
01.25 Futebol: Porto-Gil Vicente (Resumo)
01.55 A Rainha dos Bandidos
(de Shekhar Kapur, Índia/Gr.Br./1994, com Seema Biswas, Nirmal Pandey, Manoj Bajpai. Drama / Aventuras)

RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Quem Sai aos Seus
12.30 Heróis em Acção
13.30 A Terra
14.30 Dinheiro Vivo
15.00 Desporto 2
19.05 2001
19.35 Onda Curta
(Os Brancos Divertem-se, de Claude Gnakouri e Luis Marques, Fr./1998; Pierrot Le Pou, de Mathieu Kassovitz, Fr./1990; Pesadelo Branco, de Mathieu Kassovitz, Fr./1991. Curtas Metragens)
20.05 Neste Século Aconteceu
21.00 Novos Heróis
22.00 Jornal 2
22.55 O Lugar da História - "Os Maias"
23.55 Brit Com
01.25 Nadja
(de Michael Almereyda, EUA/1994, com Suzy Amis, Galaxy Craze, Martin Donovan, Elna Lowenshon, Peter Fonda, David Lynch. Ver Destaque)

SIC

07.00 Zip Zap
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Presas Brancas
(de Randal Kleiser, EUA/1991, com Klaus Maria Brandauer, Ethan Hawke, Seymour Cassel. Aventuras)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.10 Negócio Fechado
23.40 L.A. Confidencial
(de Curtis Hanson, EUA/1997, com Kevin Spacey, Russell Crowe, Kim Basinger, Guy Pearce. Ver Destaque)
02.25 Último Jornal
03.00 ... e Justiça para Todos
(de Norman Jewison, EUA/1979, com Al Pacino, Jack Warden, John Forsythe. Drama)

TVI

09.00 Animação
12.00 Top Rock
13.00 Desporto
14.15 Duas Sopeiras em Beverly Hills
(de Robert Townsend, EUA, com Martin Landau, Dennis Rodman, Ian Richardson. Comédia)
15.45 O Culto do Amor
(de Timothy Bond, Can./1998, com Nick Mancuso, Kelly Rowan, Shari Belafone. Drama)
17.45 O Anjinho Papudo
(de Bryan Gordon, EUA/1995, com Josh Charles, John Goodman, Ann Heche. Comédia)
19.45 Polícia Suicida
(de Gregg Champion, EUA/1994, com Dabney Coleman, Matt Frewer, Terri Garr. Comédia / Acção)
21.45 Todo o Tempo do Mundo
22.45 Promessa de Vida
(de Alan Metzger, EUA/1998, com Andriew McCarthy, Michael Learned, Teri Polo. Drama)
00.45 Directo XXI
01.15 Asilo
(de James Seale, EUA/1996, com Robert Prutick, Malcolm McDowell, Sarah Douglas, Jason Schombing. Drama)
02.15 Sol e Toiros
(de José Buchs, Port./1957, com Manuel dos Santos, Ana Paula, Eugénio Salvador, Costinha, Leonor Maia. Drama)
04.15 Casos de Arquivo
05.15 Serras Azuis

Domingo, 16

RTP 1

07.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Made in Portugal
15.40 Loja do Cidadão
16.40 Academia de Polícia
17.40 Gremlins 2 - A Nova Geração
(de Joe Dante, EUA/1989, com Zach Galligan, Phoebe Cates, John Glover. Comédia / Terror)
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
21.35 Os Principais
23.05 Domingo Desportivo
00.25 24 Horas
00.50 A Face do Diabo
(de Jean-Paul Quéllette, Can./1988, com Charles King, Mark Kinsey Stephenson, Alexandra Durrell. Terror)

RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.20 O Nome da Nossa Gente
12.50 Memórias de Hotéis de Luxo
12.45 Quem Sai aos Seus
13.10 A Rapariga Mais Rica do Mundo
14.00 Jornal d'África
14.30 Rotações
15.00 Desporto 2
18.10 Novos Heróis
19.00 Bombordo
19.30 A Minha Vida com os Animais
20.00 Artes e Letras - "Noel Coward" (3.ª parte)
21.00 A Máscara da Tortura
22.00 Jornal 2
22.50 Horizontes da Memória
23.20 Travessa do Cotovelo
00.20 Cativos de Terpsichore
01.20 Alice
(de Woody Allen, EUA/1990, com Joe Mantegna, Mia Farrow, William Hurt, Judy Davis, Cybill Shepherd, Alec Baldwin. Ver Destaque)

SIC

07.30 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Pequenos Rebeldes
(de Harry Winer, EUA/1996, com Jamie Lee Curtis, Kevin Pollack, Jennifer Tilly. Comédia)
16.00 Vip
17.00 Rex
18.00 Speed, Perigo a Alta Velocidade
(de Jan De Bont, EUA/1994, com Keanu Reeves, Dennis Hopper, Sandra Bullock, Jeff Daniels. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
21.05 Residencial Tejo
22.30 O Exterminador Implacável
(de James Cameron, EUA/1984, com Arnold Schwarzenegger, Michael Biehn, Linda Hamilton. Acção / Fantástico)
01.50 Último Jornal
02.25 O Guarda-Costas (Série)

TVI

09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.05 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Caras Lindas
15.45 S6 Tu
(de Norman Jewison, EUA/1994, com Marisa Tomei, Robert Downey, Jr., Bonnie Hunt, Joaquim de Almeida, Fisher Stevens, Billy Zane. Ver Destaque)
17.45 Segredo das Estrelas
19.00 O Guerreiro da Espada Sagrada
(de Michael Kennedy, EUA/1995, com Lorenzo Lamas, Claire Stansfield, Michael Champion. Acção)
21.00 Directo XXI
21.20 Todo o Tempo do Mundo
22.30 Médicos
23.30 Um Grito em Silêncio
(de Rodney Gibbons, EUA/1998, com Erika Elleniak, Michael Ironside, Catherine Colvey, Adrienne Ironside. Drama)
01.30 Prisioneiro de Alta Segurança
(EUA/1997, com Billy Drago, Frank Zagarino, Shannon Sturges. Ficção Científica)
03.30 A Balada de Hill Street
04.45 Serras Azuis

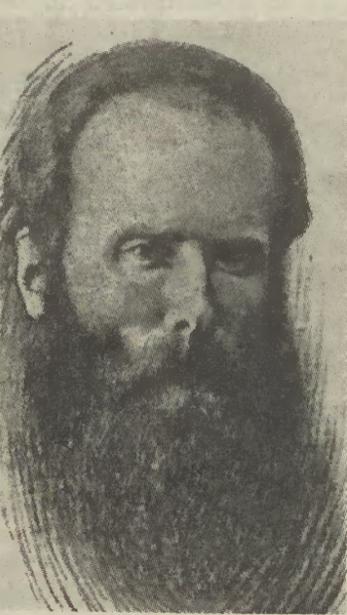
Segunda, 17

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
15.55 Brigada Submarina
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.15 Crónica do Século (Progr. 10)
23.20 Jogo Falado
00.50 24 Horas
01.20 Primeira Página
01.55 Os Campeões do Surf
(de Bruce Brown, EUA/1994, com Robert «Wingnut» Weaver, Patrick O'Connell. Documentário / Aventuras)

RTP 2

07.30 Hora Viva
10.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 As Sete Maravilhas do Mundo
18.00 Informação Religiosa
18.35 Mistérios e Mitos do Séc. XX
19.00 Juvenil
20.35 Amazônia Indómita
21.25 Remate
22.00 Jornal 2
22.55 Acontece
23.10 Os Gigantes do Século
24.00 Segredos Reais
00.30 Perigo Iminente
01.20 Retratos: «Antero de Quental»



Antero de Quental "retratado" segunda-feira à noite na RTP2

SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Clube dos Campeões
21.30 Terra Nostra
22.30 Roda de Milhões
00.40 Harry, o Detetive em Acção
(de Ted Post, EUA/1973, com Clint Eastwood, Hal Hallbrook, Mitchel Ryan. Policial)
03.00 Último Jornal
03.55 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.20 Alta Velocidade
19.20 Directo XXI
20.00 Polícias e Ladrões
21.00 Quero Justiça
22.35 O Esconderijo
(de Brett Leonard, EUA/1995, com Jeff Goldblum, Christine Lahti, Alicia Silverstone, Jeremy Sisto. Drama)
00.45 O Vingador
01.50 Doido por Ti
02.20 Adultos à Força
03.20 A Balada de Hill Street
04.20 Serras Azuis

Terça, 18

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
15.55 Brigada Submarina
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.30 A Lenda da Garça
22.10 Não És Homem Não És Nada
22.40 O Amor da Minha Vida
(de Glenn Gordon Caron, EUA/1994, com Warren Beatty, Annette Bening, Katharine Hepburn, Garry Shandling. Ver Destaque)
00.30 Jesse
01.00 24 Horas
01.30 Primeira Página
02.05 O Treinador
(de Burt Reynolds, EUA/1993, com Burt Reynolds, Reba McEntire, Joe Theismann. Telefilme / Dramático)

RTP 2

07.30 Hora Viva
10.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 As Sete Maravilhas do Mundo
18.00 Informação Religiosa
18.35 Mistérios e Mitos do Séc. XX
19.00 Juvenil
20.35 Amazônia Indómita
21.25 Remate
22.00 Jornal 2
22.55 Acontece

23.10 Os Gigantes do Século
24.00 Animais e Plantas
00.50 A Tempestade de Gelo
(de Ang Lee, EUA/1997, com Kevin Kline, Joan Ellen, Sigourney Weaver, Christina Ricci. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Clube dos Campeões
21.30 Terra Nostra
22.30 Roda de Milhões
00.40 Harry, o Detetive em Acção
(de Ted Post, EUA/1973, com Clint Eastwood, Hal Hallbrook, Mitchel Ryan. Policial)
03.00 Último Jornal
03.55 Portugal Radical

SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.10 Terra Nostra
23.30 Duro de Roer
(de Bruce Malmuth, EUA/1990, com Steven Seagal, Kelly Le Brock, Bill Stader, Frederick Coffin. «Thriller»)
02.50 Último Jornal
03.15 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Alta Velocidade
19.20 Directo XXI
20.00 Polícias e Ladrões
21.00 Academia de Polícia V
(de Alan Myerson, EUA/1998, com Bubba Smith, David Graf, Michael Winslow. Comédia)
22.45 Uma Amante de Sonho
(de Nicholas Kazan, EUA/1994, com James Spader, Madchen Amick, Bess Armstrong. Comédia)
00.30 Experiência em Filadélfia 2
(de Stephen Cornwell, EUA/1994, com Brad Johnson, enire outros. Drama)
02.30 Doido por Ti
02.00 Adultos à Força
03.05 Desporto
03.35 A Balada de Hill Street
04.35 Serras Azuis

Quarta, 19

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
15.55 Novas Aventuras de Robin Hood
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.30 A Lenda da Garça
22.10 Nós, os Ricos
22.40 Sem Medo de Viver
(de Peter Weir, EUA/1993, com Jeff Bridges, Isabella Rossellini, Rosie Perez, John Turturro, Tom Hulce. Ver Destaque)
00.50 24 Horas
01.20 Primeira Página
01.55 Diário de Maria
02.55 Dolares
(de Ruggero Deodato, It./1995, com Bud Spencer, Philip Michael Thomas. Aventuras)

RTP 2

07.30 Hora Viva
10.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 As Sete Maravilhas do Mundo
18.00 Informação Religiosa
18.35 Mistérios e Mitos do Séc. XX
19.00 Juvenil
20.35 Survival
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.55 Acontece
23.10 Os Gigantes do Século
23.45 Sinais do Tempo ou Zoom
01.00 Artes de Palco - Bailado: "The Man Who Never Was..."

SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.15 Terra Nostra
23.40 Tempo de Matar
(de Joel Schumacher, EUA/1996, com Sandra Bullock, Samuel L. Jackson, Matthew McConaughey, Kevin Spacey. Ver Destaque)
02.20 Último Jornal
02.55 Toda a Verdade
03.35 Portugal Radical

TVI

09.05 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.20 Alta Velocidade
19.20 Directo XXI
20.00 Polícias e Ladrões
21.00 Ri-te Ri-te
22.30 Os Especialistas do Crime
(de Jim Kouf, EUA/1997, com James Belushi, Tupac Shakur, Lela Rochon. Drama)
00.35 Doido por Ti
01.15 PSI Factor
02.15 Adultos à Força
03.15 A Balada de Hill Street
04.15 Serras Azuis

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Rochedo

(Quinta, 23.45, SIC)

Um herói das guerras do Vietname e do Golfo (convém sempre acrescentar agora esta última, para vender melhor!), incapaz de convencer as autoridades a criar um fundo para ajuda às famílias de soldados mortos em «missões especiais», apodera-se da desactivada prisão de Alcatraz, fazendo dos turistas reféns e ameaçando arrasar S. Francisco com um gás venenoso. Mas o FBI tem o antídoto necessário: um antigo «secreta» britânico, único prisioneiro a ter alguma vez conseguido fugir de Alcatraz, e um reputado engenheiro químico, vão tratar do assunto! Produto da implacável e eficaz máquina do cinema-espectáculo, *O Rochedo*, repleto que está de situações cinematográficas capazes de grudar os espectadores às cadeiras (ou aos sofás), também não desdenha basear-se numa história pouco menos que absurda. Com Sean Connery e Nicolas Cage.



Keanu Reeves e Sandra Bullock, em «Speed, Perigo a Alta Velocidade», de Jan De Bont

L.A. Confidencial

(Sábado, 23.40, SIC)

Situado em Los Angeles em meados nos anos 50, este filme de Curtis Hanson debruça-se sobre uma história de corrupção no seio da polícia local, seguindo o percurso de três detectives que (com «pruridos éticos» e formas de actuação também completamente diversas) investigam sucessivamente um caso de conspiração ligado a uma luxuosa recepção... Com Kim Basinger e Kevin Spacey nos principais papéis, diz-se que esta é uma clara homenagem ao filme negro clássico.



Annette Bening e Warren Beatty, em «O Amor da Minha Vida», de Glenn Gordon Caron

Nadja

(Sábado, 01.25, RTP2)

O tema do vampirismo num filme de tonalidade e ambiente marginais realizado por Michael Almereyda (mas patrocinado por David Lynch e com este na personagem de um empregado da morgue) no qual uma vampira romena deambula em busca de vítimas pelas ruas de Manhattan, acabando por se apaixonar pela mulher do sobrinho de um caçador de vampiros... Um filme de terror, em tom de comédia negra.

Só Tu

(Domingo, 15.30, TVI)

Realizada por Norman Jewison e com direcção de fotografia de Sven Nykvist, esta comédia romântica conta-nos a história de uma jovem que vem até à Europa em busca do par ideal. Com Marisa Tomei e Robert Downey, Jr.



Rosie Perez e Jeff Bridges, em «Sem Medo de Viver», de Peter Weir

Speed, Perigo a Alta Velocidade

(Domingo, 18.00, SIC)

Tal como aqui se disse há uma semana – a propósito deste filme, que então esteve programado – eis uma história de acção na qual as ameaças de um bombista tentam ser contrariadas por um membro do esquadrão especializado da polícia de Los Angeles. O que leva a duas perseguições infundáveis: uma, de autocarro de passageiros, pelas ruas daquela cidade, e outra através do metro subterrâneo. Com Keanu Reeves, Sandra Bullock e Dennis Hooper, nos principais papéis, *Perigo a Alta Velocidade* é um filme para entreter.

Alice

(Domingo, 01.20, RTP2)

Casada há dezasseis anos com um conhecido homem de negócios, Alice está farta das frivolidades que ocupam o seu dia-a-dia. E eis que começa a imaginar o que seriam as suas relações amorosas com um homem divorciado que entretanto conhece, certamente

bem mais interessantes do que a vida artificial a que o casamento a levou. Estamos, claro, perante um filme de Woody Allen – ainda por cima, um dos que mais êxito colheu nos últimos anos junto do público – com sequências verdadeiramente divertidas e servidas pela participação de um naipe de intérpretes de excepção, como Joe Mantegna, Mia Farrow, William Hurt, Judy Davis, Cybill Shepherd ou Alec Baldwin.

O Amor da Minha Vida

(Terça, 22.40, RTP1)

Mike Gambrell, uma ex-vedeta do futebol americano, viaja de avião para a Austrália mas o seu avião é forçado a aterrar de emergência no Taiti. E é então que, recolhido por um navio russo, aprofunda a sua relação com uma passageira, Terry McKay, que conheceu a bordo, ambos se apaixonando e combinando encontrar-se três meses mais tarde em Nova Iorque. Mas Terry não aparece e Mike julga

que ela o rejeitara... Pela história, percebe-se tratar-se de um argumento já levado ao cinema por duas vezes por Leo McCarey (em 1939 e 1957), aqui com Warren Beatty e sua mulher Annette Bening nos principais papéis. A descobrir.

A Tempestade de Gelo

(Terça, 00.50, RTP2)

Eis um drama familiar que atinge duas famílias norte-americanas em plenos anos 70 e que se diz admiravelmente interpretado por Kevin Kline, Sigourney Weaver, Joan Allen e Christina Ricci e posto em cena com sensibilidade e extremo bom gosto pelo cineasta de Hong Kong, agora radicado nos EUA, Ang Lee (*Sensibilidade e Bom Senso*). Também a descobrir.

Sem Medo de Viver

(Quarta, 22.40, RTP1)

Já é azar! Segunda história sobre um desastre de aviação, esta conta-nos a história de Max Klein, um arquitecto, de viagem de avião para Houston, e que é surpreendido por uma viagem



Cartaz do filme «Tempo de Matar», de Joel Schumacher

turbulenta que acaba em tragédia, em virtude de uma falha mecânica provocar a queda daquele. Com um dos sobreviventes do desastre ele decide encarar uma nova forma de existência, incapaz de voltar a ligar-se à sua mulher, até que é posto em contacto com um outro sobrevivente do desastre, ambos conseguindo ultrapassar o trauma de terem escapado a uma morte certa. Um drama psicológico e fantástico de Peter Weir, com Jeff Bridges numa excelente interpretação.

Tempo de Matar

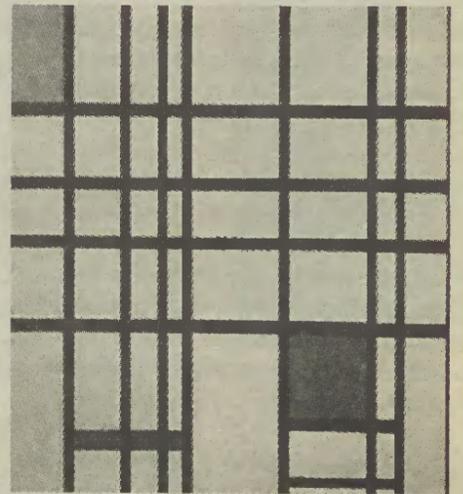
(Quarta, 23.40, SIC)

Segundo o texto de apresentação da própria SIC, este filme «é um impressionante drama sobre o julgamento de um negro acusado de ter assassinado dois brancos em pleno tribunal. Estamos no Sul dos EUA e os dois homens tinham violado e agredido a sua filha de 10 anos, sendo libertados pelo juiz. O julgamento vai atear as paixões e pôr a cidade à beira de uma explosão de violência.» Trata-se de uma excelente adaptação ao cinema de um romance de John Grisham, numa realização vigorosa de Joel Schumacher, com Samuel L. Jackson, Sandra Bullock, Kevin Spacey e Matthew McConaughey nos principais papéis.

CABO & SATELITE

Um mestre da pintura abstracta

Transmitido hoje à noite no People & Arts, um canal a que não seria mau estar de vez em quando atento – por causa da qualidade de algumas das suas propostas – o documentário sobre o pintor holandês Piet Mondrian desvendará-nos à arte de um dos artistas plásticos do século XX mais influentes na arquitectura, no design industrial e nas artes gráficas e que, ao pintar em 1927 o seu quadro *Composição em Vermelho, Amarelo e Azul* (ver reprodução), levaria até às últimas consequências a estética da pintura abstracta, através de uma radical simplificação da composição e da cor. (People & Arts, Quinta, das 21 às 22 horas)

**Ainda o «bug» do ano 2000**

Já muito boa gente se pergunta hoje se – para além das evidentes precauções que a nível dos governos e da administração e instituições públicas, assim como das grandes empresas, havia que tomar face aos previsíveis problemas relacionados que a passagem de 1999 para 2000 levantaria em relação aos grandes sistemas informáticos – todo o «barulho» feito em relação a esta questão, sobretudo no que toca o pequeno consumidor e utilizador, não teria sido uma grande manobra das empresas informáticas (software e hardware) para meter ao bolso mais alguns milhões. Talvez por isso seja interessante dar uma olhadela ao documentário que, sobre esta matéria, será amanhã transmitido no canal Discovery. (Sexta, Discovery, das 11 às 12 horas)



A encenação do terror

«**S**e havia algo aos olhos dos nazis ainda mais importante que o cinema e o teatro, isso era a ópera. Na Alemanha, ela era considerada o melhor meio de revelar as qualidades dos alemães: uma arte situada algures entre as sombrias profundidades da alma e a mais elevada das harmonias. Fundir corações e mentes era indispensável ao Poder.»

Era com estas palavras que começava o documentário que, já bem depois da meia-noite e aparentemente não incluído em qualquer série documental temática, a RTP 2 transmitiu no passado domingo. Intitulado «*A Ópera e o III Reich*», realizado por Gérard Caillat (1997) e produzido pela France 3, um dos canais de televisão pública francesa, o documentário debruçava-se, assim, sobre uma das mais aberrantes realidades culturais do nacional-socialismo.

Claro que já se sabia (e a televisão portuguesa transmitiu também, há algum tempo, ampla documentação audiovisual sobre esta matéria) como o cinema – arte impressiva por excelência e capaz de sintetizar em poucas imagens aquilo que, mesmo subliminarmente, necessita de milhares de pala-

avras e conceitos para ser inculcado nas pessoas – tinha sido fundamental para a exibição do Poder nazi e, mais ainda, para a própria encenação deste, como ritual de dominação dos poderosos em relação aos mais humildes, àqueles que era suposto sentirem-se, inevitavelmente, seres inferiores face à inspiração mítica e quase «sobrenatural» do Führer e seus acólitos. E, neste âmbito, é indispensável falar-se dos filmes e documentários verdadeiramente sinistros que uma cineasta tão fulgurante e talentosa como era Leni Riefenstahl levou a cabo em louvor do nazismo e dos seus vultos mais proeminentes, em obras como *O Triunfo da Vontade*.

Também não era uma constatação nova comprovar como, por exemplo, a arte de Richard Wagner tinha sido aproveitada em termos culturais e de pura propaganda para exaltar a mensagem de grandeza, de heroísmo e de patriotismo do povo alemão, na exacta medida em que isso convinha à ideologia opressora e expansionista do nazi-fascismo. A este propósito, o aproveitamento por Francis Ford Coppola da famosa *Cavalcada das Valquírias* como elemento sonoro e musical integrante de uma célebre cena de brutal e feroz bombardeamento no filme *Apocalypse Now*, não foi mais do que uma amarga e irónica referência (também auto-crítica em relação aos americanos e às barbaridades cometidas na Guerra do Vietname) ao pró-

prio aproveitamento, pelos nazis, do mesmo trecho musical como banda sonora dos jornais de actualidades alemães que davam conta do bombardeamento de Paris pela Luftwaffe.

Mas o que este filme ao mesmo tempo nos revela são as formas como Goebbels, ministro da Propaganda, criou a chamada Câmara de Cultura do Reich, subdividida em sete sub-câmaras, cada uma delas encarregada de um ramo específico das artes e da cultura e todas dirigidas por dignitários da sua confiança pessoal.

Assim se percebe como, para além do expansionismo, da guerra, e do Holocausto, das perseguições e massacre de milhões de comunistas, judeus e democratas antifascistas de todos os credos políticos e religiosos, a sociedade se torna, à superfície, num teatro da manipulação, como é encenada a própria ideia do nazismo, enquanto modelo para a sua própria actividade em todos os domínios, a começar pela organização do Estado.

E se, no campo específico da ópera é questionada, com a maior das frontalidades, como terá sido possível que tantos compositores, maestros, cantores e músicos se tenham mostrado cegos, surdos e susceptíveis de ser capturados pelo Poder, para servi-lo e às suas ideias e métodos de forma tão indecorosa, também se denunciavam as grosseiras falsificações que, neste campo, o poder empreende.

Exemplos? Von Klenan, musicólogo e compositor oficial do regime, atribui a paternidade do dodecafonismo a Wagner e não a Schoenberg, para assim legitimar a sua utilização; a autoria do libreto de D. Giovanni é contestada a Lorenzo Da Ponte, pelo simples facto de este ser judeu, o mesmo se passando em relação a Richard Strauss obrigado a dispensar Stephan Zweig como libretista; Hermann Levi, tradutor para o alemão das óperas «italianas» de Mozart é, pelos mesmos motivos, substituído por Schoeneman.

Feita esta limpeza a todos os níveis, não admira que o nacionalismo mais reaccionário e sinistro inflame o célebre discurso de Goebbels mostrado neste documentário e, em particular, esta passagem: «*Temos um teatro alemão, um cinema alemão, uma imprensa alemã, uma literatura alemã, umas artes plásticas alemãs, uma música alemã, uma rádio alemã.*»

O mesmo Goebbels que instilou na mente dos alemães a ideia de que Hitler era um verdadeiro Deus e que o destino do povo alemão era o de ser o verdadeiro senhor de todo o mundo.

Como foi isto possível?

A letra na sopa

CRÓNICA

■ Leandro Martins

Sem nostalgia - e mesmo com ela, porque estamos fartos de renegar a saudade como sentimento ilegítimo -, apenas assinalando factos, concluímos que as coisas já não são o que eram. E não fazendo destas letras um balanço, mesmo que o ano 2000 nos seus primeiros passos a isso nos convide, não deixamos de, por outro lado, dar conta de que o que pudéssemos haver imaginado para final de século não corresponde nem às previsões, quanto mais aos sonhos.

Poderia alguém, por exemplo, décadas atrás - quando a rapidez e a facilidade de comunicação se anunciava já fortemente como futuro credível - que as palavras iriam perder a importância que tinham e que as próprias letras deixariam, a breve trecho, de formar sons e construir significados?

Vamos por partes.

Há coisa de meio século, as crianças de uma geração - toda não, é claro, mas apenas aquelas que tinham escapado ao trabalho infantil, à

«Morte ao fascismo!»; «Fora a Pide!»; «Abaixo a guerra colonial!»; «Viva o 1.º de Maio!».

As mesmas letras, já não tenras como na sopa da infância, mas fortes e afiadas, à medida dos sonhos, das lutas, das esperanças.

As letras tiveram os seus muros, os seus papéis. Sobretudo o seu papel na grande revolução de Abril. E aí, feitas de vitórias e de transformações profundas, e de novo agudas e certeiras, as letras entraram na batalha, com inteligência e vontade: «A reacção não passará!»; «Viva a Reforma Agrária!»; «Viva as Nacionalizações!»; «25 de Abril Sempre!». E nas refregas prolongadas em defesa das conquistas de Abril, as letras escreviam os nomes dos seus inimigos, apontavam-nos com a franqueza dos revolucionários. E, mesmo quando eles eram já objecto de



bucha de pão e pontapé no rabo como arquitrave da sua instrução e cultura - aprendiam cedo as letras. Mesmo na mais pequena burguesia, com a mãe em casa e pelo menos sopa quente à refeição, desde logo as letras lhes eram enfiadas insidiosamente na boca. Literalmente. Havia mesmo aquela sopa de massa, com letrinhas, e a mais enfatiada das criaturas lá ia engolindo o seu próprio nome, depois de juntar letras à beira do prato. As letras tinham, logo para começar, significado. E sabor.

Essa facilidade no manuseamento das letras, essa curiosidade em juntá-las e organizá-las em palavras, daria os seus frutos. Mesmo na mais negra opressão, com a palavra impressa vigiada e a voz esmagada, a palavra, feita de letras e com sabor a sentimentos e inteligência, acabava por saltar barreiras, imprimir-se, distribuir-se ou estampar-se em muros, gravar-se tão profundamente neles que a sua resistência ainda hoje pode ser testemunhada contra todas as reescritas.

Foi assim que, lembremo-lo sem nostalgias mas com a saudade que fica das coisas verdadeiras e valorosas, se deu voz a uma luta prolongada.

Pegava-se num balde carregadinho de nitrato de prata, escolhia-se um bom muro por onde as gentes passassem a caminho do trabalho, arranjava-se um grupo de amigos - ele havia tantos -, montava-se a segurança e, de luvas para não queimar as mãos, escrevia-se laboriosamente com aquele soluto invisível, molhando o pincel, fazendo o gosto ao dedo, dando largas à alma. Era como um grito silencioso, ao retardador, com as palavras a aparecerem ao sol do dia seguinte, cada vez mais negras e resistentes:

louvores dos novos poderes, não deixavam de os denunciar. Escrevia-se «Spínola é um facho», enquanto ele recebia um bastão de marechal. É que as letras também tinham coração.

Havia uma profusão de letras. Das que se aplaudiam, das que se repudiavam, das que faziam sorrir, das que, até, metiam nojo. Mas elas falavam por sobre o silêncio.

O silêncio acabou por ganhar peso. Instalados em muitas câmaras municipais, os novos-ricos de Abril, ajudantes de restauradores de monopólios e de latifúndios, aliados de novo ao imperialismo, aprendizes do poder, aspiraram a exercê-lo como era dantes, e deu-lhes uma grande vontade limpadora. Em numerosos municípios do País tem sido um faltar de lavagem de paredes, a extirpar vestígios de vozes de ontem e de hoje.

Poderia pensar-se que se tratava apenas de mania das limpezas, como alguns pretendem fazer crer. Mas, olhando os muros por aí fora, não só em Portugal mas por essa Europa, vemos que uma «nova» escrita aparece e que ninguém lhe toca. Estranhamente, a mão que a «escreve» parece ser a mesma, em exercício caligráfico de um viajante demente. Escreve sempre a mesma coisa. Mas não diz nada.

Aqui há meses, um ministro italiano, recordando os tempos em que escrevera nas paredes, inquietava-se com estes grafitti cheios de letras e sem palavras. Esquecera-se apenas de que a política a que empresta a sua voz de convertido contribuiria para este silêncio das letras, que nem sequer fazem o «bang!» das bandas desenhadas. Ensurdedoras, estas letras não gritam nem sussurram. Por isso as deixam ficar. São letras que voltam à sopa. Querem provar que não temos voz.



ESCAPARATE



TEATRO

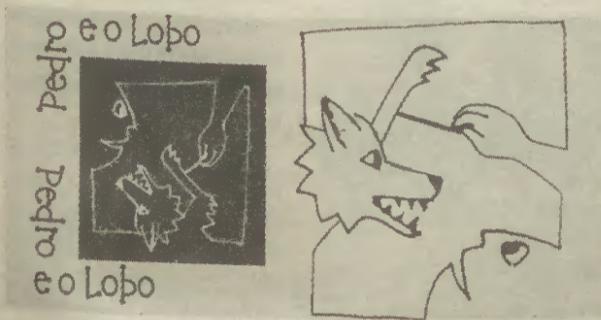
Uma peça teatral a partir de Mia Couto

Depois de uma estreia no Festival PoNTI, no Porto, está agora em cena em Lisboa, desde o passado dia 12 até 5 de Março, a peça «A Varanda de Franjipani», adaptada por Julio Salvatierra de um romance do escritor moçambicano Mia Couto e encenada por Miguel Seabra. Esta peça é um espectáculo do Teatro Meridional que a apresenta no Teatro da Comuna de quarta a sábado às 22 horas e aos domingos pelas 17 horas. Nas palavras de Miguel Seabra, «é um espectáculo europeu, não africano. Mas acima de tudo queremos que seja um espectáculo humano, vivo e imaginativo, despido e rigoroso, porque são essas as características que nos chamaram a atenção no texto

de Mia Couto.» Interpretação de Ângelo Torres, Natália Luiza, Marta Furtado, João Ricardo, Filipe Duarte e Paulo B.

Espectáculo para crianças

A companhia A Lente - Teatro de Aumentar apresenta no Teatro Taborda (Costa do Castelo, Lisboa) a peça «Pedro e o Lobo», de Catarina Pé-Curto, a partir da ideia de Prokofiev. A direcção técnica é de Pedro Raposo e a encenação e marionetas de Catarina Pé-Curto, participando na interpretação Margarida Pé-Curto, Milton Lopes e Paulo Diegues. Até 30 de Janeiro, os espectáculos realizar-se-ão de quinta a sábado às 21.30 e aos domingos às 16 horas.



EXPOSIÇÕES

Picasso: Homenagem ao Toureiro

É já na próxima quinta-feira que se inaugura na Fundação Arpad Szenes - Vieira da Silva, uma exposição que se prolongará até 26 de Março e que, aguardada com

grande expectativa, se integrada no ciclo «Amigos de Arpad e Vieira». Trata-se de uma série de trabalhos realizados entre finais dos anos 50 e meados dos anos 60 pelo grande pintor catalão Pablo Picasso tendo com inspiração a corrida de touros e os seus principais protagonistas: o touro e o matador e em particular a sua grande amizade por Luís Miguel Dominguin e sua mulher Lucia Bosé, a cuja colecção pertencem estas gravuras. Segunda a sábado, das 12 às 20 horas; domingos, das 10 às 18 horas.

Obras de Carmo Romão e de João Silvestre

Intitula-se «Caminhos da Escrita - Projecto de Pintura» a exposição de sete óleos sobre tela, de Carmo Romão, que está patente ao

João Silvestre



Carmo Romão: «Luísa Ventura visita Baudelaire»

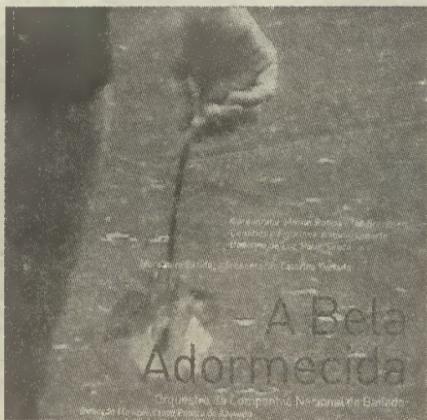
Regressam duas importantes companhias de Bailado

No Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, regressa esta semana a Temporada de Bailado daquela Fundação com a apresentação de duas estreias, uma nacional e outra absoluta. No primeiro caso, está o bailado «Nutu», com coreografia de Meryl Tankard. «Nutu, a força da vida em que os egípcios acreditavam como meio de lhes permitir transcender a morte.» No segundo caso, está «F.I.M. - Fragmentos / Inscrições / Memórias», com coreografia de Olga Roriz, «sobre a memória e a possibilidade de poder jogar com o tempo, ao desarrumar o passado, lançando-o num novo presente». Serão intérpretes o Ballet Gulbenkian e os espectáculos realizar-se-ão a partir de quarta-feira 19 até sábado 22, nos seguintes horários: 19, 20,



21 e 22 às 21 horas e no dia 22 também às 16 horas.

Pelo seu lado, a Companhia Nacional de Bailado regressa igualmente, neste início do ano, ao Teatro Camões (Parque das Nações) para apresentar o clássica «A Bela Adormecida», na coreografia de Marius Petipa numa versão com coreografia adicional de Ted Brandsen. A música é de Tchaikowsky, a cenografia e figurinos de António Lagarto e o desenho de luz de Paulo Graça, estando a apresentação a cargo de Catarina Furtado e a direcção musical de Vasco Pearce de Azevedo, à frente da Orquestra da Companhia Nacional de Bailado. Espectáculos nos dias 15, 20, 22 e 29 às 21.30 e nos dias 16, 21, 22, 23, 27, 28 e 30 às 16.30, em versão reduzida.



público até 11 de Fevereiro no Instituto Franco-Português (Av. Luís Bivar). Segundo o texto de apresentação da exposição, «Luísa Ventura, personagem imaginária cuja vida decorre ao longo de quase todo o século XX (1901-1993) encontra na Literatura a paixão que a acompanhará durante toda a vida. Este projecto de pintura de Carmo Romão irá permitir um vislumbre cronológico do século em diversos países da Europa (quando Luísa "visita" as vidas dos seis autores que abrangem todo o século), bem como uma visão do século XX em Portugal (quando os autores "visitavam" a vida de Luísa.»

Entretanto, na Galeria Municipal Gymnásio (R. da Misericórdia, Lisboa) está patente ao público uma exposição de pintura de João Silvestre. O horário desta exposição (que se manterá até 9 de Fevereiro) é o seguinte: segunda a sexta das 13 às 20 horas; sábados das 14 às 19 horas.

MÚSICA

«Vésperas» de Monteverdi no CCB

Num único concerto a realizar no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém vai ser apresentada no próximo sábado 15 (21.30) uma das obras mais representativas do repertório do grande compositor Claudio Monteverdi (1567-1643) - «As Vésperas della Beata Vergine». Participará neste concerto (promovido por ocasião da Presidência Portuguesa da União Europeia) a Capella Ducale Venetia, um agrupamento especializado na música do Renascimento e do Barroco que, segundo o texto de apresentação do concerto, «tem como fonte inspiradora, precisamente, "Capella Musicale" da basílica de S. Marcos que, durante três séculos, foi uma das mais

prestigiosas da Europa». Além do mais, a data provável da primeira audição desta obra (25 de Março de 1614) «corresponde também ao

momento no qual a "Capella Musicale" de S. Marcos atingiu o seu máximo esplendor, dada a chegada de Monteverdi (...).

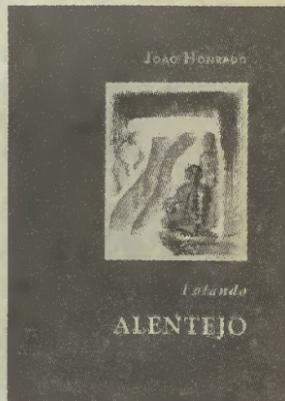


LIVROS



A Casa Velha das Margens

Anda este escritor angolano há quatro décadas a publicar livros e só agora se abalança a um romance. Em boa hora o escreveu, em hora melhor ainda a *Campo das Letras* o publica, na sua colecção *Chá de Caxinde* (nome da editora angolana que também publica este livro), uma colecção que Arnaldo Santos inaugura e que o editor anuncia outras obras de escritores angolanos. Arnaldo Santos, nascido em Luanda em 1935, é autor de muitos volumes de contos e de poesia e nessa escrita tem feito a mão que hoje nos mostra uma prosa interessantíssima de conhecedor da língua portuguesa nesta rica vertente da palavra angolana. Deste romance diz Luandino Vieira que «se revela uma marca fundamentada da literatura angolana de hoje em dia. A quase obsessão em perseguir e des-nichar a história da nação, quer no visível da sua emergência ou em suas raízes, seu desenvolvimento de ideia e construção». Assinalando a Arnaldo Santos a «linhagem de outros pares - Pepetela, Abranches, etc», Luandino afirma que este autor «vai mais fundo e mais longe». Vamos com ele, na leitura do livro que nos propõe.



Falando Alentejo

Mais um livro de Alentejo, da autoria do nosso amigo João Honrado, que nos últimos anos nos vem brindando com as suas crónicas em que eleva a voz da planície para recordar momentos e para intervir com a palavra sobre a realidade e trazer a memória de alguns ao conhecimento de mais outros. Falando Alentejo, editado pela Associação de Municípios do Distrito de Beja, é prefaciado por Paulo Lima, que afirma: «O mais espantoso neste trabalho de João Honrado nem é tanto o acervo informativo a que nos dá acesso, é antes a forma generosa e depurada como é construído.» E o autor: «Também na escrita não desistimos de reivindicar sobre tudo a que temos direito: a terra que trabalhamos e a liberdade do céu que dela olhamos. Na vontade de não ficarmos de costas voltadas para a vida que nos acena para além das desigualdades agressivas.»

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Safadezas

Quando os criativos da sociedade de consumo se lembraram de transformar objectos de uso corrente em artigos decorativos, o mercado foi inundado por um nunca mais acabar de inutilidades que passaram a fazer parte do quotidiano de ofertas que fazemos uns aos outros, quando não mesmo a nós próprios. Entre a quinquilharia doméstica, no fundo de uma gaveta ou num caixote escondido no armário, ainda deve andar uma enorme borracha cor-de-rosa que recebi há um rol de anos, ostentando em gordas letras as instruções de utilização: «para grandes erros». Confesso que nunca fui capaz de lhe dar uso, não por falta de oportunidade mas porque cedo aprendi que não há borrachas, por maiores que sejam, que apaguem os grandes erros. Não há, quer dizer, não havia. Ou melhor ainda, nos tempos que correm, com as borrachas em desuso, a safagem dos erros faz-se por outros métodos. Há quem lhes chame safadezas. Que o digam o ex-ministro Cravinho e o bi-primeiro-ministro Guterres, que na semana passada protagonizaram mais um episódio da tragicomédia política portuguesa.

Em declarações registadas em vídeo e em áudio, dadas a conhecer a milhões de portugueses, Cravinho afirmou não ter sido «capaz de vencer os lobbies e os grupos de interesse poderosíssimos» que se ergueram contra ele, derrotando-o. Disse ainda o ex-ministro não ter sido o único, incluindo na derrota «o Governo e o próprio Partido Socialista». E para que não restassem dúvidas quanto à dimensão do problema, Cravinho acrescentou que durante o seu consulado à frente das Obras Públicas evitou «que 30 a 40 milhões de contos, pelo menos, fossem todos os anos para os bolsos de quem não deviam ir». «Quando se fazem coisas destas» - concluiu - «é evidente que se paga.»

Naturalmente, perante a gravidade tamanha das acusações, mais a mais sem indicação de alvos concretos, choveram de todos os quadrantes pedidos de explicação. Não faltou sequer uma curiosa (e ameaçadora?) declaração de Ludgero Marques, o patrão do Norte, afirmando que as palavras de Cravinho tinha sido um «suicídio político».

Boquiaberto, o país ainda mal tinha digerido as acusações do ex-ministro quando, espanto dos espantos, o próprio vem afirmar que o que os portugueses o ouviram dizer não era o que tinham ouvido, que as suas afirmações tinham sido desinseridas do contexto, etc., etc. Estupefacto, o país assistiu de seguida à prestimosa intervenção de Guterres louvando a acção do ministro descartado e manifestando-lhe toda a sua solidariedade, como se este fosse a vítima de alguma cabala concertada pela oposição, assumindo-se ao mesmo como o garante necessário e suficiente da idoneidade passada, presente e futura do Governo e dos seus ministros. Igualmente solidário, o grupo parlamentar do PS rejeitou de imediato a formação de uma comissão de inquérito para apurar responsabilidades.

A comunicação social, por via das dúvidas, repetiu as gravações com as palavras fatídicas de Cravinho, confirmando que valem o que valem em qualquer contexto. Na Assembleia da República esgrimiram-se argumentos. Os comentadores comentaram. O Governo fechou-se em copas. E depois? Depois nada, silêncio absoluto como se nada de importante se tivesse passado. Nem inquéritos, nem investigações, nem sequer polémica. Em Portugal, as notícias, algumas notícias, morrem cedo. São geralmente as que nunca o deveriam ter sido, as que perturbam os espíritos, as que interferem com os interesses estabelecidos ou se assemelham em excesso a pedradas no charco. E os aparente actos de coragem são, regra geral, despeitos encapotados, contas por saldar, avisos à navegação.

«Erros» como o de Cravinho não se apagam com borrachas e o ex-ministro sabe-o muito bem. Mas apagam-se com o silêncio, um silêncio que se troca, que se vende. É assim que funcionam as «repúblicas de bananas», onde qualquer semelhança com um Estado de Direito é pura coincidência.

■ Anabela Fino

Projecto do PCP é hoje discutido

Violência contra mulheres deve ser crime público

O PCP pretende ver reforçadas as medidas de protecção às mulheres vítimas de violência, defendendo que sejam considerados crimes públicos situações de maus tratos entre pessoas que coabitem.

O projecto do PCP, que é hoje, quinta-feira, discutido na Assembleia da República, propõe a criação de uma Comissão Nacional de prevenção e de protecção das mulheres vítimas de violência, com funções de coordenação da prevenção da prevenção a funcionar na dependência dos ministros da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade.

Em cada distrito e em cada região autónoma, os comunistas propõem que funcione uma comissão, dotada sempre que necessário de um centro de atendimento, que poderá ter núcleos de extensão.

Na área penal e processual penal, o diploma do PCP visa alargar «a tipificação do crime de maus tratos por forma a contemplar situações, como a de ex-

-cônjuges, ou de pessoas que tivessem vivido em uniões de facto e ainda pessoas que tenham em comum filhos».

Em relação às pessoas que coabitem, o projecto entende que «o crime deve ser público», explicando que «é nessa situação que a dependência das mulheres as faz recetar a apresentação da queixa, que já tem conduzido a desistências para continuar de novo o inferno dos maus tratos».

No entanto, prevê a possibilidade de que «ofendida/ou possa requerer a suspensão provisória do processo», que poderá ser mesmo arquivado

após relatório do Instituto de Reinserção Social.

Por último, no caso de crime de maus tratos, o projecto propõe o afastamento do condenado da residência da vítima pelo período de dois anos.

Entretanto, o grupo parlamentar do PCP realizou, entre segunda-feira e ontem, visitas ao Centro de Acolhimento de Crianças em Risco da Cáritas, em Setúbal, e à Associação «O Ninho»; e encontros com a Associação de Apoio à Vítima, com a directora do programa INOVAR, com a Associação de Mulheres Contra a Violência e com a Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres.

18 de Janeiro

Comemorações começam no sábado

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira inicia no próximo sábado as comemorações do 18 Janeiro de 1934, data em que ocorreram no país várias movimentações de trabalhadores em protesto contra a ilegalização dos sindicatos decretada pelo regime fascista de Salazar.

Em Silves, Coimbra, nas zonas operárias de Lisboa, no Barreiro e em Setúbal registaram-se greves e manifestações, mas foi na Marinha Grande que



As forças repressivas ocuparam a Marinha Grande na sequência da greve operária

a greve teve maiores proporções. Encabeçada por militantes comunistas, teve a adesão maciça dos trabalhadores que ocuparam a vila durante várias horas, sendo depois reprimidos pelas forças fascistas.

O programa das comemorações culmina na terça-feira, dia 18, com uma romagem aos cemitérios de Casal Galego e Marinha Grande, com deposição de flores nas campas dos participantes no movimento já falecidos, bem como no monumento do Vidreiro.

Entretanto, no sábado, dia 15, tem lugar na Colectividade da Ordem um espectáculo infantil, com exposição de trabalhos alusivos à data feitos por crianças da escola primária; no domingo, realiza-se o 6.º Grande Prémio de Atletismo «18 Quilómetros do Vidreiro»; na segunda-feira, é promovido um jantar com animação musical na Colectividade da Ordem.

As comemorações são enquadradas pela exigência de melhoria das condições de vida, reforma aos 55 anos e garantia dos postos de trabalho.

Interesses suíços asfixiam TAP

Os deputados Vicente Merendas e Fátima Amaral afirmam num requerimento apresentado na AR que, na sequência dos acordos de parceria com o Sair Group, a TAP tem vindo a perder a sua imagem e identidade em mercados europeus, perdendo tráfego para companhias concorrentes.

Considerando que a transportadora aérea portuguesa necessita de uma aliança estratégica que potencie as suas capacidades, os deputados do PCP ressaltam que, «na defesa do país, da empresa e dos seus trabalhadores», o governo não deve subcrever um acordo com a Swissair que leve «à completa absorção da TAP e liquide assim, de uma só vez, as suas potencialidades».

Por outro lado, o requerimento alerta para os perigos do processo em curso de segmentação da TAP em três empresas, designadamente quanto à garantia de futuro da empresa e dos direitos dos trabalhadores, com destaque para o emprego.

O PCP refere ainda a existência de um estudo técnico do Conselho de Administração da empresa provando que a hipótese da Air France era mais favorável que a Swissair, e sublinha que esta última irá a curto prazo entrar numa aliança onde está a Ibéria, o que retirará espaço de manobra à TAP, condicionando a política de transporte aéreo e investimentos aeroportuários.



PCP recebeu Confederação de Turismo

Um delegação do PCP, constituída por Carlos Luís Figueira, da Comissão Política, e Lino de Carvalho, deputado na Assembleia da República, recebeu na passada terça-feira, na sede do Partido em Lisboa, representantes da Confederação Portuguesa de Turismo.

Gescartão protestou em Lisboa

Os representantes dos trabalhadores da Portucel Viana, da Portucel Embalagem e da Portucel Recicla tinham marcada para ontem, quarta-feira, uma concentração frente ao Ministério das Finanças, no Terreiro do Paço. A acção foi convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa e destinou-se a alertar a opinião pública para as preocupações e interrogações relacionadas com o processo de privatização da Gescartão.

O Sindicato manifesta apreensões quanto à forma como a Administração do Grupo Portucel «parece querer despachar as empresas» e denuncia ainda a indiferença do governo que não recebeu os trabalhadores.

